



Documento de Trabalho

Observador Rural

**Anatomia Pós-Fukushima dos Estudos sobre o
ProSAVANA:
Focalizando no “Os mitos por trás do ProSavana”
de Natalia Fingermann**

Sayaka Funada-Classen

**Nº 12
Dezembro
de 2013**

O documento de trabalho (*Working Paper*) *OBSERVADOR RURAL* (OMR) é uma publicação do Observatório do Meio Rural. É uma publicação não periódica de distribuição institucional e individual. Também pode aceder-se ao *OBSERVADOR RURAL* no *site* do OMR (www.omrmz.org).

Os objectivos do *OBSERVADOR RURAL* são:

- Reflectir e promover a troca de opiniões sobre temas da actualidade moçambicana e assuntos internacionais.
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, de pesquisas e reflexões sobre temas relevantes do sector agrário e do meio rural.

O *OBSERVADOR RURAL* é um espaço de publicação destinado principalmente aos investigadores e técnicos que pesquisam, trabalham ou que tenham algum interesse pela área objecto do OMR. Podem ainda propor trabalhos para publicação outros cidadãos nacionais ou estrangeiros.

Os conteúdos são da exclusiva responsabilidade dos autores, não vinculando, para qualquer efeito ao Observatório do Meio Rural.

Os textos publicados no *OBSERVADOR RURAL* estão em forma de *draft*. Os autores agradecem contribuições para aprofundamento e correcções, para a melhoria do documento final,

Nota da Direcção do OMR

O presente texto constitui um debate sobre o ProSAVANA e refere-se especialmente ao texto “Os mitos por trás do ProSavana” de Natalia Fingeremann, publicado pelo Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), série IDeIAS, Nº 49, de 29 de Maio de 2013. O leitor pode ter acesso a este texto em <http://www.iese.ac.mz> (página WEB do IESE).

O texto agora publicado no Observador Nº 12 do OMR, é mais que um debate entre as duas autoras. Sayaka Funada-Classen, demonstra, com base na análise minuciosa dos documentos do ProSAVANA e de pesquisas de terreno, vários aspectos, como por exemplo:

- A evolução da filosofia e dos discursos sobre o ProSAVANA.
- Os posicionamentos das três partes envolvidas (governos Moçambique, Brasil e Japão).
- Os potenciais incoerências e incompatibilidades entre a aplicação no terreno de aspectos fundamentais da estratégia de implementação do ProSAVANA.
- Os cuidados e alertas de precaução que devem ser consideradas na implementação do projecto.

Sayaka Funada-Classen analisa ainda possíveis associações entre o ProSAVANA e outros megaprojectos, cuja implantação atravessa toda a zona do corredor de Nacala.

Pela importância do tema, o OMR publica este texto como contributo para o importante debate sobre o ProSAVANA. Embora o projecto esteja na sua fase final de estudo, a autora chama à atenção para o princípio da "abordagem de precaução", que permite prever potenciais danos futuros, utilizando também estudos de casos semelhantes (método comparativo).

**Anatomia Pós-Fukushima dos Estudos sobre o ProSAVANA:
Focalizando no “Os mitos por trás do ProSavana” de Natalia Fingermann
Sayaka Funada Classen¹**

¹ A Dr. Sayaka Funada-Classen é actualmente Professora Associada na Tokyo University of Foreign Studies - TUFS (Universidade de Tóquio para Estudos Estrangeiros) e tem trabalhado e pesquisado no Norte de Moçambique desde 1994. Obteve o prémio de autora pela sua tese de Ph.D.: “The Origins of War in Mozambique: a history of unity and divisions” (*As Origens da Guerra em Moçambique: uma história de unidade e divisões*), agora disponível online (em inglês) nas publicações sul-africanas The African Minds (<http://www.africanminds.co.za>). Funada-Classen é também co-autora de “The Japanese in Latin America” (*Os Japoneses na América Latina*) publicado pela Illinois University Press em 2004. De 1997 a 2009, ela foi pesquisadora associada do Centro de Estudos Africanos na Universidade Eduardo Mondlane (Maputo) e foi uma presidente fundadora da Mozambique Support Network (*Rede de Apoio a Moçambique*) e da Mozambique Great Flood Survivors Support Network (*Rede de Apoio aos Sobreviventes das Grandes Cheias em Moçambique*) (2000-2004); uma vice-presidente fundadora do TICAD Civil Society Forum (*Fórum TICAD da Sociedade Civil*) (2004-2009); e responsável pela preparação e organização de seminários da JICA sobre construção da Paz para África Francófona de 2009 a 2011. Actualmente, é presidente do Needs Response Project for Fukushima’s Pregnant Women and Infant Children (FnnnP) (*Projecto de Resposta às Necessidades das Mulheres Grávidas e Crianças de Fukushima*), desde Abril 2011. Os seus trabalhos anteriores sobre o ProSAVANA: “Analysis of the discourse and background of the ProSAVANA programme in Mozambique – focusing on Japan’s role” e “Análise do Discurso e dos Antecedentes do Programa ProSAVANA em Moçambique – enfoque no papel do Japão” estão disponíveis em <http://farmlandgrab.org/post/view/21574> em inglês e <http://farmlandgrab.org/post/view/21802> em português.

Resumo:

Esta é uma versão completa e revista do artigo intitulado “Fukushima, ProSAVANA and Ruth First: Examining Natlia Fingermann’s “Myths behind ProSAVANA” publicado por 国際関係論叢 (*Kokusai Kankei Ronso* – Treatises on Studies of International Relations) 第2巻第2号 (2013)².

² *Kokusai Kankei Ronso* é uma publicação de artigos do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Tóquio de Estudos Estrangeiros. <http://www.tufs.ac.jp/common/fs/iir/publications.html> A versão portuguesa deste artigo (“Fukushima, ProSAVANA e Ruth First: Análise de "Mitos por trás do ProSAVANA" de Natália Fingermann”) foi publicado no *IDeIAS Boletim*, No. 51 – No.53, IESE. http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_51.pdf
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_52.pdf
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_53.pdf
A versão integrada está no seguinte site:
[http://farmlandgrab.org/uploads/attachment/Fukushima,%20ProSAVANA%20and%20Ruth%20First%20\(pt\)%20-%20final.pdf](http://farmlandgrab.org/uploads/attachment/Fukushima,%20ProSAVANA%20and%20Ruth%20First%20(pt)%20-%20final.pdf)

Introdução

Quando li o artigo de Natalia N. Fingerhann intitulado “Os mitos por trás do ProSAVANA” no *IDEIAS Boletim* (publicado em 29 de Maio de 2013), a primeira coisa que me ocorreu não foi nem Moçambique, nem a cooperação triangular na agricultura do Japão, Brasil e Moçambique chamada ProSAVANA (Cooperação Triangular para Desenvolvimento da Agricultura na Savana Tropical em Moçambique³). Em vez disso, pensei no acidente nuclear que ocorreu no reactor da TEPCO em Fukushima, no meu país o Japão em 11 de Março de 2011, que levou os pesquisadores japoneses a parar e reconsiderar, seriamente, o seu papel, objectivos, responsabilidade e abordagem de pesquisa. Pensei também sobre as lições da vida e trabalho de Ruth First, que lutou pela libertação de África e dos africanos, morta em Maputo por uma bomba enviada para ela no CEA (Centro de Estudos Africanos) em 1982 pelo regime do apartheid sul-africano.

1. Quadro de análise deste estudo

1.1. Lições de Fukushima: Interesses de quem? Porque estamos a debater agora e não mais tarde?

No Japão, na sequência do desastre devastador em Fukushima, o papel, objectivos, responsabilidade e abordagens da academia e pesquisadores foi subitamente questionada, e desde então que tem havido uma revisão e reconsideração em muitos círculos académicos. Antes do acidente, houve certamente muitos pesquisadores de mente independente, que procuravam servir os interesses do povo japonês através da sua pesquisa e escrita, mas, infelizmente, muito dos seus trabalhos tinham sido negligenciados na esfera académica dominante, e esses pesquisadores foram, muitas vezes, excluídos de receber fundos ou promoção. A verdade é que, até ao acidente nuclear em Fukushima, a academia japonesa, na sua maioria, estava longe de ser independente do poder de Estado ou de interesses empresariais. Esta cultura académica, fortemente influenciada pelo poder, privatização e interesse pessoal, teve um papel na produção no Japão, um dos países mais avançados no domínio da ciência e tecnologia, do pior acidente nuclear na história humana (NAICC, 2012⁴).

Até 11 de Março de 2011 a maioria dos especialistas nucleares no Japão recebiam fundos para pesquisa fornecidos pelo sector nuclear /ou agência estatais estreitamente controlados por políticos e burocratas com ligações estreitas com as empresas. Estes especialistas, apoiados pelas empresas e governo, jogaram um papel importante na divulgação de propaganda sobre a “segurança total” e

³ O nome do programa ProSAVANA, no primeiro Memorando de Reunião (Memorandum of Meeting - MoM) assinado em Setembro de 2009, aparece como “Triangular Cooperation Programme for Agricultural Development of the **African Tropical Savannah** among Japan, Brazil and Mozambique” (*Programa de Cooperação Triangular para o Desenvolvimento da Agricultura da Savana Tropical Africana*) e “Triangular Cooperation Programme for Agricultural Development of the **Tropical Savannah in Africa**” (*Programa de Cooperação Triangular para o Desenvolvimento da Agricultura da Savana Tropical em África*) (MoM, Set. 2009). Estes dois últimos nomes que aparecem no MoM revelam a ideia original por trás do programa – sendo Moçambique “um caso” da cooperação ambiciosa japonesa-brasileira para desenvolver a Savana tropical africana. De acordo com a JICA, o ProSAVANA compõe-se de três actividades: ProSAVANA-PD para Apoiar o Plano Director de Desenvolvimento da Agricultura para o Corredor de Nacala (Março 2012-Set.2013); ProSAVANA-PI para Melhorar a Capacidade de Pesquisa e de Transferência Tecnológica para o Desenvolvimento Agrícola do Corredor de Nacala (2011-Abril 2016); ProSAVANA-PE para Melhorar a Extensão Agrária (reunião ONG-MNE, 25 de Janeiro de 2013; Relatório No.1, 2013:1-1). Neste estudo, o enfoque é no ProSAVANA-PD, um projecto relacionado com o Plano Director e com Projectos Piloto e Projectos de Rápido Impacto. Informação sobre o ProSAVANA no site da JICA: Acessível em: http://www.jica.go.jp/english/our_work/thematic_issues/south/project07.html

⁴ Relatório da Comissão Independente de Investigação do Parlamento Nacional do Japão sobre o Acidente Nuclear em Fukushima (Nuclear Accident Independent Investigation Commission – NAICC); (<http://warp.da.ndl.go.jp/info:ndljp/pid/3856371/naicc.go.jp/en/report/>)

“limpeza” da energia nuclear⁵. Passaram dois anos e meio desde o acidente, mas ainda ninguém (incluindo os especialistas que instalaram a estrutura em Fukushima e prometeram a sua segurança). foi capaz de entender como resolver a crise humana e ecológica em curso resultante do desastre. Não foi possível remover as barras de combustível nuclear do local do acidente e, portanto, o derrame da contaminação nuclear continua; quase 200.000 pessoas foram forçadas a escapar-se das suas casas e as comunidades existentes na altura do acidente continuam refugiadas e ainda não sabem quando, ou se, vão regressar; pelo menos, 25 crianças foram reportadas como tendo, ou suspeitas de ter, cancro tifoide; e muitas famílias de Fukushima e áreas circunvizinhas continuam a viver com medo. Devido ao acidente, lares, sonhos, saúde e vidas de milhares de homens, mulheres e crianças foram-lhes subitamente perdidos.

Outra lição importante que nós, pesquisadores japoneses, aprendemos de Fukushima foi a necessidade e valor de aplicar o “princípio da precaução” – uma abordagem desenvolvida no domínio dos estudos ambientais e adoptada como um dos 27 princípios da “Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento” na UNCED (Cimeira “Rio”) em 1992⁶. O princípio ofereceu-nos outro caminho para enfrentar os problemas na sociedade. Contudo, até então, o princípio da precaução foi negligenciado pela maioria de nós, quer porque não nos sentíamos confortáveis com a ideia de “antecipar” e “prevenir” problemas, quer porque não estávamos dispostos a colocar o fardo de garantir a segurança de uma dada tecnologia nas empresas japonesas para quem trabalhávamos. Antes do acidente, a maioria dos pesquisadores estava disposta e sentia-se confortável em focalizar somente no exame “pós-eventos” porque, assim, é muito mais fácil conduzir a pesquisa e defender os argumentos de cada um. Mas quando ocorre um falhanço tecnológico deste tipo e escala, é demasiado tarde para evitar o estrago. Finalmente, vimos a importância do “princípio da precaução” depois da lição profunda e dolorosa de Fukushima.

Hoje, os pesquisadores no Japão não podem evitar as perguntas críticas da sociedade japonesa e dos seus colegas sobre que interesses eles servem na sua pesquisa e escrita, quão independentes são do poder de Estado e/ou interesses empresariais e o que significa ser um pesquisador responsável.

Isto ocorreu-me depois de ler o artigo de Fingerhann pois ela apelou à sociedade civil e académicos a agir de “maneira responsável”, a criticar “em bases reais” e a abrir canais para “comunicação produtiva” para o “futuro” (Fingerhann, 2013:2). Concordo totalmente com ela e foi o que aprendi no CEA e Ruth First. Esta foi também a razão pela qual tenho estado a estudar e a discutir questões relacionadas com o ProSAVANA, agora, e não, mais tarde. Muitos dos actores oficiais envolvidos na promoção e desenvolvimento do ProSAVANA tratam-no como se fosse mais outro “programa”, “política”, “modelo de assistência” ou “experiência”. Contudo, o programa tem implicações muito reais para as vidas e futuro de mais de 4 milhões de homens, mulheres e crianças rurais que vivem nos 19 distritos nas 3 províncias na zona Norte de Moçambique (Relatório No.2, 2013; JICA⁷,

⁵ Infelizmente, tem-se constatado que esta tendência está a voltar à sociedade Japonesa.

⁶ Um princípio particularmente importante a realçar neste contexto é o Princípio 15, que diz: “De modo a proteger o ambiente, a abordagem de precaução deverá ser generalizadamente aplicado pelos Estados de acordo com as suas capacidades. Onde há ameaças de danos graves ou irreversíveis, a falta de certeza científica absoluta não deve ser usada como motivo para adiar medidas custo-efectivas para evitar a degradação ambiental”. Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento (Rio de Janeiro, 3-14 Junho de 1992), Anexo I. <http://www.un.org/documents/ga/conf151/aconf15126-1annex1.htm> Esta abordagem foi expandida para se aplicar ao domínio da saúde humana, entre outros domínios de estudo e investigação, na Conferência Wingspread sobre o Princípio de Precaução realizada em 26 de Janeiro de 1998. <http://www.sehn.org/wing.html>

⁷ JICA-Japan International Cooperation Agency (*Agência Japonesa de Cooperação Internacional*). Uma explicação detalhada desta agência e seus antecedentes como agência para apoiar a migração japonesa para o exterior (América Latina) foi escrita em Funada-Classen, 2013a; 2013b.

2013⁸). A região identificada para implementar o ProSAVANA é a mais populosa no país e a maioria dos habitantes da região depende unicamente da sua produção agrícola para as suas vidas. A agricultura familiar é o modo de vida das pessoas e comunidades na zona Norte de Moçambique e o ProSAVANA foi desenhado para ter um impacto significativo na vida no dia-a-dia e futura das pessoas da região. Se as coisas correrem mal, poderá levar à destruição das comunidades e vidas.

Os custos sociais, muitas vezes associados a projectos de desenvolvimento de grande escala, podem ser observados no Distrito de Moatize na Província de Tete, por exemplo, onde a população local foi forçada a viver na miséria devido à aquisição de terra em grande escala e exploração pela gigante mineira brasileira Vale (Human Rights Watch, 2013⁹). O governo local não tem protegido as pessoas cujas vidas foram afectadas negativamente pelas operações mineiras da Vale, nem defendeu os seus direitos; ao contrário, muitos dos que se levantaram na tentativa de defender os seus direitos e os direitos dos que estão nas suas comunidades, foram detidos e ameaçados pela polícia local (Justiça Ambiental & Friends of the Earth Mozambique, 2013; ADECRU, 2013¹⁰).

Considerando a escala e o possível impacto do ProSAVANA, não só no Norte de Moçambique, mas também no país inteiro, muitas perguntas surgem inevitavelmente. Por exemplo: “Em que medida o programa foi produzido pela população e sociedade de Moçambique?”; “Foi realizada pesquisa e debate suficiente na sociedade moçambicana antes de assinar este mega-programa trazido pelo Japão e Brasil?”; “De que formas os pesquisadores moçambicanos contribuíram para a formulação e desenho deste programa?”; e “Quando é discutido, quem realiza esta discussão e no interesse de quem, com base em que realidade?”

Até há pouco tempo (início de 2013), os académicos moçambicanos estiveram ausentes da maioria das discussões académicas sobre o ProSAVANA. Claramente, o programa não emergiu, nem foi acompanhado, de discussões ou aspirações da sociedade moçambicana. O ProSAVANA veio de fora¹¹. Este facto pode também ser observado ao considerar que o “Plano Director de Desenvolvimento da Agricultura no Corredor de Nacala em Moçambique” e o seu projecto de suporte, chamado ProSAVANA-PD (JICA, 2011; ProSAVANA-PD, Relatório No.1; No.2, 2013), escritos por empresas de consultoria japonesas e brasileiras (Oriental Consultants, entre outras, do Japão, e Fundação de Getúlio Vargas [FGV] do Brasil). Os relatórios escritos por estas empresas de consultoria estrangeiras que escaparam para o público, demonstram o seu nível de compreensão do contexto local e da realidade do Norte de Moçambique (e, em última análise, o seu nível de vontade

⁸ Explicação e documentos da JICA distribuídos na 1ª reunião ONG-MNE (Ministério dos Negócios Estrangeiros) sobre o ProSAVANA realizada em Tóquio em 25 de Jan. de 2013. O resumo da acta e dos documentos distribuídos encontra-se na seguinte site do MNE. http://www.mofa.go.jp/mofaj/gaiko/oda/shimin/oda_ngo/taiwa/prosavana/prosavana_01.html

⁹ Human Rights Watch (2013) “What is a House without Food?: Mozambique’s Coal Mining Boom and Resettlements” (*O que é uma Casa sem Comida?: A Explosão da Extração de Carvão e Re-Assentamentos*) (<http://www.hrw.org/node/115535>)

¹⁰ ADECRU (Acção Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais) (Abril 18, 2013) “Violência e Confrontos entre Polícia e Famílias na Mina da Vale em Moçambique”. Ver também os materiais visuais enviados para as ONU pelas organizações ambientais locais, Justiça Ambiental & Friend of the Earth Mozambique. <http://panphotos.org/PAN/blog/2013/04/stop-look-listen-3-short-films-on-forced-resettlement-in-northern-Mozambique/> Este relato foi divulgado nos seguintes mídia nacionais e internacionais: AIM (Abril 18, 2013) “Manifestantes paralisam minas de carvão de Moatize” <http://www.jornalnoticias.co.mz/pls/notimz2/getxml/pt/contentx/1642179> BBC, “Mozambique protesters at Brazil-owned Vale coal mine” <http://www.bbc.co.uk/news/world-africa-22191680>

¹¹ Para uma discussão detalhada sobre este tema ver Funada-Classen (2013a; 2013b) e Nogueira e Ollinaho (2013).

de compreender)¹².

Contudo, em Moçambique há, actualmente, muitos pesquisadores, institutos e universidades locais que estão prontos para realizar essa pesquisa e que estão preparados para entrarem nas discussões e apresentarem sugestões baseadas nas realidades locais e no contexto moçambicano. Afinal, diferentemente dos consultores contratados ou agentes de ajuda/diplomáticos estrangeiros, que saem do palco quando terminam o seu trabalho, os académicos e instituições moçambicanos não podem escapar aos resultados e impactos a longo prazo trazidos pelo ProSAVANA. Porque é que o dinheiro dos contribuintes japoneses e brasileiros foi, principalmente, para apoiar apenas o IIAM (*Instituto de Investigação Agrária de Moçambique*), em vez de ter sido usado para contribuir para o desenvolvimento sustentável de uma ampla gama de instituições locais? Como o ProSAVANA não envolve apenas a agricultura, mas também os direitos e vidas da população moçambicana e o futuro da sua sociedade, o apoio apenas ao IIAM não é, de algum modo, suficiente. Porque é que um assunto tão importante foi mantido fora das mãos da sociedade local e das instituições e pesquisadores locais, e tem sido amplamente discutido entre aqueles que não pertencem à sociedade moçambicana¹³?

Não é tarde para rever o actual quadro de “cooperação técnica”. Os pesquisadores moçambicanos não precisam de esperar pelos actores oficiais do ProSAVANA para abrir as suas portas ou enviar-lhes cartas de convite. É tempo dos académicos moçambicanos participarem mais activamente nas discussões, porque o ProSAVANA é sobre o seu povo, sociedade e futuro, e não dos brasileiros ou japoneses.

1.2. Como se deve abordar este assunto academicamente?

Então, como conduzir uma pesquisa independente sobre o ProSAVANA no interesse da população que, em última análise, será a mais afectada pelas mudanças trazidas pelo programa? O “princípio da precaução” é uma das abordagens chave neste domínio, especialmente dado que os actores oficiais do ProSAVANA reiteram que a implementação do programa “não começou” e que “ainda podem ser feitas mudanças” (JICA, durante as 3^a e 4^a reuniões ONG-MNE realizadas em Abril e Maio de 2013 em Tóquio).

Muitos pesquisadores tendem a não entender o que é o “princípio da precaução”. Alguns chegam mesmo a criticar a abordagem como se fosse, simplesmente, um meio para tirar conclusões sem primeiro ter realizado uma pesquisa adequada. De facto, há vários métodos válidos academicamente que podem ser aplicados usando a abordagem de princípio da precaução. Sugiro aqui quatro

¹² De facto, a maioria dos consultores japoneses envolvidos no ProSAVANA e/ou no Projecto do Corredor de Nacala não sabem português e não passaram o tempo suficiente em Moçambique para compreender realmente o contexto local (muitas vezes, os consultores trabalham, simultaneamente, em vários projectos espalhados não só em África como no mundo e estão, constantemente, a viajar). A maioria nunca passou uma só noite numa comunidade rural de modo a aprender realmente a vida das pessoas, as práticas sociais e as maneiras de viver (entrevistas da autora, Setembro 2012; Fevereiro 2013). Estas mesmas tendências podem ser observadas entre grande parte do pessoal da JICA que trabalha no país, assim como entre a maioria dos funcionários a trabalhar na embaixada japonesa em Moçambique – em geral, este pessoal também é rodado cada 3 anos.

¹³ Uma vez tentei trazer algumas instituições moçambicanas para trabalhar com consultores japoneses, mas esta tentativa nunca se concretizou. Não só o esquema de cooperação da JICA não permite isso (a Instrução Técnica Operacional [*Technical Operation Instruction*] – TOI) da JICA (escritas em grande parte em japonês, e não é possível a participação de instituições não-japonesas nos concursos para contrato com a JICA na área de consultoria trabalhando directamente com projectos e programas), foi também evidente que os consultores da JICA não sabiam como respeitar e confiar na capacidade local (Entrevistas da autora com estas instituições via e-mail, Novembro 2012).

métodos: (1) exame histórico e crítico de fontes primárias (documentos, artigos, actas de reunião e entrevistas); (2) observação participante; (3) pesquisa no terreno; e (4) estudos comparativos. A combinação destes quatro métodos é o ideal, mas a combinação de, pelo menos, dois deles é o mínimo aceitável para realizar pesquisa responsável. Contudo, há também outros desafios envolvidos com a utilização de cada um destes métodos. Irei, agora, explicar as vantagens e desafios associados à utilização de cada método no contexto da pesquisa sobre o ProSAVANA¹⁴.

1.2.1. Exame histórico e crítico de fontes primárias para o ProSAVANA

a) Falta de fontes publicamente disponíveis e barreiras de linguísticas

Desde logo, o exame histórico e crítico de fontes primárias é o método mais importante e sem dúvida necessário para realizar uma pesquisa independente sobre o ProSAVANA. Isto é particularmente verdadeiro porque passaram quatro anos desde que foi assinado o MoU e o MoM sobre o ProSAVANA, tendo-se acumulado um volume significativo de fontes primárias (embora muitas não tenham sido disponibilizadas ao público). Um dos obstáculos graves à realização de um exame histórico e crítico de fontes primárias é, contudo, as barreiras linguísticas.

O ProSAVANA foi estabelecido como uma cooperação triangular entre o Japão, Brasil e Moçambique. De modo a acompanhar o processo do planeamento, formulação do programa e análise de todo o material, de modo a permitir que se possa discutir plenamente o ProSAVANA, é, assim, indispensável conseguir ler não só português e inglês, mas também japonês. Se se quiser escrever um documento académico sobre a formulação do ProSAVANA e seus objectivos (oficiais e não-oficiais), por exemplo, é necessário que ele ou ela consiga discutir o contexto e envolvimento de cada um dos três países e das suas respectivas agências e instituições que participam no planeamento do programa. As discussões e documentos gerados do contexto japonês, e, muitas vezes, escritos em japonês, são particularmente importantes dado que o Japão é o principal fomentador e locomotiva do programa (Funada-Classen, 2013a; Nogueira & Ollinaho, 2013)¹⁵. Certamente que os que não entender todas as três línguas podem, mesmo assim, realizar pesquisa sobre o ProSAVANA, mas as limitações linguísticas que estes pesquisadores enfrentam devem ser reconhecidas abertamente.

b) Demasiada dependência nas entrevistas oficiais e mudança arbitrária da história

Infelizmente, parece que muitos do que estão, actualmente, a escrever sobre o ProSAVANA, tendem a depender fortemente das entrevistas com actores e representantes oficiais do ProSAVANA, talvez, em parte, devido às barreiras linguísticas e à falta de fontes primárias publicamente disponíveis. Muitas vezes, a pesquisa realizada por consultores em desenvolvimento mostra a mesma tendência. Obviamente que quaisquer entrevistas com actores oficiais do ProSAVANA e outros que têm interesses directos no programa e sua implementação, especialmente

¹⁴ A importância dos (4) estudos comparativos será discutida no fim deste trabalho.

¹⁵ A auscultação da autora com a JICA na fase inicial de planeamento do programa do ProSAVANA, entrevistas a pessoal da JICA que trabalhou no ProSAVANA desde o começo, e entrevistas com outro pessoal diplomático japonês e moçambicano, todos confirmam isto. O papel central jogado pelo Japão e JICA, contudo, torna-se ainda mais notório quando se faz a pesquisa nos arquivos. De facto, a maioria dos documentos disponíveis publicamente sobre o programa são da JICA. Apesar de grande parte da cobertura inicial sobre o ProSAVANA ter origem no Japão, depois de 2011, uma proporção importante vem do Brasil e, só recentemente (fim de 2012), de Moçambique. A ordem de apresentação de cada letra no acrónimo “JBM”, incluindo no nome do programa (ProSAVANA-JBM), também é demonstrativa dos respectivos papéis jogados por cada um dos países e do diferencial nas relações de poder que existem entre eles; “J”, ou Japão, aparece primeiro. Um membro da sociedade civis moçambicana confirmou este ponto ao fazer a seguinte observação: “em qualquer reunião de pessoas interessadas em Maputo, os actores japoneses sempre entram primeiro na sala, depois os brasileiros. Os representantes do nosso governo são sempre os últimos a entrar” (entrevista da autora, Agosto 2013).

enquanto o tema da discussão ainda se mantiver, não poder ser usadas como “prova” para quaisquer conclusões académicas.

A forma como muitos oficiais do programa utilizam o actual ponto de pesquisa para falar sobre o passado quando discutem é muito problemática, especialmente considerando que a “re-escrita da história” já é evidente entre muitos actores oficiais do ProSAVANA. Em termos gerais, as mudanças arbitrárias de factos e registos históricos ocorrem pelos seguintes meios: (a) emissão de novas declarações oficiais; (b) esconder ou colocar em local errado os registos antigos; (c) criar novos registos de modo a apagar os efeitos dos registos antigos, particularmente, quando isso é impossível, eliminar os antigos registos; (d) mudar os discursos criando novos discursos; (e) apresentar “interpretações oficiais” amplas ou vagas em resposta a críticas para os média e assembleias; e (f) usar os média para criar apoios sociais e políticos. Todos estes aspectos, (a) a (f), são evidentes nas discussões oficiais sobre o ProSAVANA. Os leitores deste estudo terão a oportunidade para observar algumas destas técnicas, que foram empregues pela burocracia japonesa, incluindo a JICA¹⁶.

De modo a poder analisar criticamente o ProSAVANA, há que examinar cuidadosamente as entrevistas no contexto único de cada entrevista em particular, e as declarações feitas nas entrevistas têm que ser examinadas comparando com outras fontes primárias ou secundárias. É também preciso considerar e analisar as relações de poder. Ao depender somente das entrevistas com entidades oficiais e com os que estão directamente envolvidos e interessados no programa equivale a escrever apenas “Oficiais disseram A, portanto, A é o facto”, reforçando, assim, o discurso oficial e as relações de poder existentes, e, portanto, contribuir para o abuso do poder.

1.2.2. Vantagens da observação participante na pesquisa sobre o ProSAVANA

A utilização de (2) – “observação participante” – oferece várias vantagens para a pesquisa sobre o ProSAVANA. Através da observação participante, um pesquisador consegue ouvir e, em última análise, compreender melhor as preocupações e realidades vividas de uma variedade de grupos de pessoas tal como elas as vivem no seu dia-a-dia. A sua utilização permite ao pesquisador gerar fontes primárias e secundárias de informação (não-oficial e oficial) e, a seguir, confrontar a informação colectada através de (1) – um exame histórico e crítico das fontes primárias – com as realidades observadas e vividas no terreno. A observação participante fornece, também, grande oportunidade para discutir activamente os resultados da pesquisa com os diferentes grupos de interesse, incluindo representantes oficiais, de modo a verificar a precisão e relevância das constatações da pesquisa.

Embora a “observação participante” tenha-se desenvolvido, originalmente, como um método para a pesquisa antropológica, a sua utilidade e valor como um método de pesquisa, particularmente quando se examinam questões que estão a acontecer, têm sido amplamente reconhecidos em várias outras áreas de estudo nas ciências sociais. No Japão, por exemplo, a observação participante tem sido, muitas vezes, usada para realizar pesquisa e análise nos domínios médico, social, história e de políticas. Um caso relevante é o uso deste método para examinar o primeiro grande caso de poluição industrial em Minamata, causada pela fuga de águas residuais contendo metilmercúrio de uma fábrica de químicos propriedade da Chisso Corporation (hoje Japan New Chisso). A poluição causada pelas águas residuais tóxicas da empresa ocorreu de 1932 a 1968. Esta poluição levou ao

¹⁶ A JICA não deve ser considerada uma organização não-governamental independente. Foi estabelecida como uma organização governamental sob tutela do MNE, e a maioria do seu orçamento vem ainda de fundos públicos e impostos. Mesmo nas suas actividades quotidianas, a JICA não é independente do MNE e o seu funcionamento é muito burocrático apesar dos esforços contínuos de certos funcionários da JICA (entrevistas da autora com pessoa da JICA, 2002-até hoje).

surgimento de uma nova doença, agora conhecida por *Minamata* – um síndrome neurológico que, em casos extremos, pode levar à paralisia, coma e morte.

Apesar da gravidade e prevalência da doença na área e da sua clara conexão com a poluição industrial da empresa, nem a empresa nem o governo reconheceram esta doença ou as suas causas durante décadas. A utilização da observação participante permitiu, efectivamente, compensar as limitações de outras metodologias mais ortodoxas – que, tipicamente, dependiam dos dados, fontes e pesquisa médica oficiais e que foram formuladas com base em doenças já conhecidas. Esses estudos anteriores, baseados em métodos mais ortodoxos, muitas vezes, rastreavam e reforçavam o discurso oficial, resultando na produção de pouca nova informação sobre os fenómenos, e, no fim, não conseguiram evitar maior contaminação e danos. Assim, alguns médicos e pesquisadores determinados, decidiram ir viver em Minamata, perto dos doentes que apresentavam sintomas de Minamata. Estes médicos, pesquisadores e outros profissionais de medicina engajaram-se, activamente, com os doentes e a população local colectando dados empíricos que, no final, contribuíram para mudanças importantes que tiveram lugar na empresa responsável pela contaminação, assim como mudanças relacionadas com políticas e métodos de pesquisa nas ciências médicas. As suas acções também empoderaram os doentes locais permitindo-lhes transformarem-se em especialistas em *Minamata* e acidentes de poluição industrial. No Japão, as abordagens de pesquisa recém-estabelecidas, tais como esta, são conhecidas por *Minamatagaku* (Estudos Minamata), hoje reconhecida em todo o mundo¹⁷.

Infelizmente, este acontecimento social e científico notável parece ter sido esquecido há muito pela maioria de nós, pesquisadores japoneses, isto é, até ao acidente nuclear em Fukushima. Depois de Fukushima, o valor da pesquisa baseada na observação participante e a necessidade de transpor frequentemente entre diferentes quadros estruturais e metodológicos englobando actividades cívicas e académicas, tem vindo a ser re-descoberto pela academia japonesa e academia em geral.

Historicamente, em antropologia, recomendava-se a “invisibilidade” do pesquisador. Hoje, contudo, considera-se extremamente importante que os pesquisadores nas ciências sociais (incluindo no domínio da antropologia) clarifiquem as suas “posições” em relação ao seu objecto de pesquisa (i.e. servem os interesses de quem?) e incluam a sua própria identidade nas suas análises e argumentação da pesquisa. Talvez o maior desafio da utilização da abordagem de observação participante dependa de o pesquisador ser capaz de analisar todas as fontes de informação obtida utilizando este método, e apresentar essa informação de forma justa, crítica e concisa. Assim, é importante que um pesquisador não se considere um “observador invisível” mas, sim, um “actor e observador visível” no processo de pesquisa. Ao fazê-lo, o pesquisador poderá receber análises e avaliações críticas do seu trabalho mais activamente de uma ampla gama de partes, para além da academia fechada.

1.2.3. Desafios na realização de pesquisa no terreno sobre o ProSAVANA

A pesquisa no terreno, (3), é outro método importante, mas também tem um conjunto de desafios específicos. Uma pesquisa no terreno rápida e de uma só vez realizada por quem não entende o contexto local e que tenha pouca experiência em pesquisa nas áreas em discussão, tende a produzir resultados predeterminados baseados no tipo de perguntas feitas, guia e intérprete locais, assim como com quem e em que circunstâncias é realizada a pesquisa. Entrevistas com grupos-alvo organizadas ou facilitadas por pessoas em posições de poder (tais como funcionários e representantes do governo ou chefes de aldeia, secretários do partido político no local e chefes

¹⁷ O *Open Research Center for Minamata Studies*, da Universidade Kumamoto Gakuen explica o *Minamatagaku* como “um novo estudo que incorpora os quadros de análise do ‘amador’ e ‘profissional’, e que transcende a fronteira das disciplinas académicas”. <http://www3.kumagaku.ac.jp/minamata/english>

tradicionalis¹⁸) tendem a não reflectir a realidade, particularmente quando o tema é assunto de discussão em curso.

Table 5.3.1 District Meeting Schedule and No. of Participants

Province	District	Meeting with Consultative Council		Meeting with Farmers	
		Date	Participants	Date	Participants
Nampula	Monapo	29-Mar	-	29-Mar	-
	Muecate	14-Mar	-	27-Mar	-
	Mecuburi	22-Feb	43	4-Mar	76
	Meconta	28-Feb	34	5-Mar	104
	Mogovolas	3-Apr	-	3-Apr	-
	Rapale	21-Feb	46	1-Mar	61
	Murrupula	1-Mar	39	13-Mar	-
	Ribaue	9-Apr	-	19-Feb	88
	Lalaua	15-Mar	-	15-Mar	-
Zambézia	Malema	18-Mar	-	19-Mar	-
	Alto Molocue	27-Feb	15	27-Feb	78
Niassa	Gurue	4-Mar	13	28-Feb	63
	Cuamba	-	-	-	-
	Mecanhelas	-	-	-	-
	Mandimba	-	-	-	-
	Ngauma	-	-	-	-
	Majune	-	-	-	-
	Chimbonila	-	-	-	-
Sanga	-	-	-	-	
Total			190		470
Average			31.7		78.3

Note: * Members and staffs of the Study Teams are not counted.

- : not yet specified or conducted

Source: Study Team

Fonte: ProSAVANA-PD, Relatório No.2, 2013:5-9.

Grande parte da “pesquisa” feita pelos consultores que trabalham no programa ProSAVANA coloca perguntas aos “líderes” locais e membros das comunidades rurais tais como: “O que espera do ProSAVANA?”; “Quer investimento no sector agrário, ou não?”; “Quer que venham investidores, ou não?”; ou “Que tipo de itens /desenvolvimento quer”? Estes tipos de perguntas dirigidas geram, muitas vezes, respostas óbvias (e talvez desejadas). Perguntar às populações rurais sobre as suas “necessidades” (ou escassez) tem o mesmo efeito. Numa conversa com a autora, Shinjiro Amameishi, o chefe dum sector da JICA na Divisão de Desenvolvimento Rural, responsável pelo ProSAVANA, explicou a pesquisa da JICA como se segue:

“Pedimos ao governo moçambicano para visitar cada distrito da área-alvo do ProSAVANA para divulgar ‘informação correcta’ sobre ‘o bem que o ProSAVANA pode trazer-lhes’. É uma espécie de ‘acção contínua’. Estamos também a realizar pesquisa no terreno perguntando aos locais ‘o que querem’. Até agora, muitos dizem que os investimentos e investidores são bem-vindos. Também dão as boas-vindas ao ProSAVANA. Estes esforços mostram a nossa ânsia em ‘ouvir os locais’ e os nossos esforços ‘genuínos’ (Shinjiro Amameishi, 26 de Fevereiro de 2013)”¹⁹.

¹⁸ No contexto rural da zona Norte de Moçambique, os líderes locais em posições de poder e autoridade incluem: “chefes de bairros” que são eleitos pelos membros da aldeia, “secretários (do partido FRELIMO)”, um “régulo (chefe máximo) e chefes tradicionais (chefes de linhagem ou chefes de clã sob um régulo)”. Para uma análise detalhada sobre isto, ver Funada-Classen, 2012). Hoje, os membros dos “concelhos (conselhos consultivos)” são incluídos como líderes locais. A FRELIMO, ou Frente de Libertação Nacional de Moçambique, está no poder desde a independência de Moçambique em 1975.

¹⁹ Quando inquirido sobre a possibilidade da ajuda Japonesa poder resultar na interferência no que se refere aos resultados das eleições para os municípios locais planeadas para 2013, considerando os antecedentes históricos e as realidades políticas na zona Norte de Moçambique —uma região em que a FRELIMO, o partido político no poder, tem tido dificuldades em ganhar o controlo político — Amameishi da JICA respondeu que a “ajuda não nada a ver com política”.

O “resultado” das reuniões nos distritos, é apresentado no relatório No.2 do ProSAVANA-PD, embora, como se pode ver no quadro acima, os principais elementos priorizados pela “equipe de estudo” para estas reuniões seja local, data e número de participantes. Qualquer informação específica e mais detalhada sobre as reuniões (i.e. actas de reunião e “resultados” reais), foi sistematicamente omitida do relatório.

Ironicamente, estas “reuniões” têm sido usadas como um *álibi* para muitos promotores do ProSAVANA terem a justificação para dizer que os pequenos agricultores não foram excluídos da participação no desenvolvimento e planeamento do programa. A confirmação disto pode ser exemplificada pela declaração de Amameishi e muitas outras semelhantes. Contudo, de acordo com entrevistas da autora a alguns dos participantes nas “Reuniões de Agricultores” realizadas nuns poucos distritos na Província de Niassa (apresentados no quadro acima), os “agricultores” que presentes nas reuniões tinham sido escolhidos pelas autoridades do distrito, sendo, predominantemente, agricultores afiliados ao partido político no poder (entrevista da autora, Julho-Agosto de 2013). Esta contradição serve para realçar como a “pesquisa no terreno” realizada através de entrevistas e reuniões pode, muitas vezes, ser usada como um instrumento político e alimentar um conjunto de resultados predeterminados. De acordo com o pessoal da JICA citado acima, os “resultados da pesquisa no terreno” realizada na “totalidade da área-alvo”, deverão ser anexos à versão final do Plano Director.

O quadro de metodologia e de questões específicas para a pesquisa no terreno deve ser cuidadosamente preparado, e as limitações do pesquisador e da própria pesquisa devem ser claramente declaradas e tomadas em consideração ao tirar as conclusões. De outro modo, os pesquisadores não devem utilizar os “constatações/resultados” da pesquisa no terreno como se fossem simplesmente “provas” inegáveis.

2. Análise dos três argumentos em “Os mitos por trás do ProSAVANA” de Fingerma

Com base na discussão acima, gostaria, agora, de analisar o artigo de Fingerma “Os mitos por trás do ProSAVANA”. O seu artigo curto de duas páginas merece um exame e análise particularmente detalhados, porque o artigo está agora a ser usado pelo Ministro do Plano e Desenvolvimento (MPD) de Moçambique, entre outros promotores e apoiantes do ProSAVANA, como uma “prova” de que as críticas ao ProSAVANA por parte de académicos e de organizações da sociedade civil “não são verdadeiras”²⁰.

Uma história recente nas notícias no *site* oficial do MPD mereceu o seguinte título: “ProSavana não pretende usurpar terra dos agricultores, diz IESE”²¹. O artigo de Fingerma é também utilizado por consultores japoneses envolvidos no programa como “o trabalho académico mais neutro e relevante

²⁰ Ver na *site* do Ministério de Planificação e Desenvolvimento: http://www.mpd.gov.mz/index.php?option=com_content&view=article&id=211%3Aprosavana-nao-pretende-usurpar-terra-dos-agricultores-diz-iese&catid=50%3Anoticias&Itemid=96&lang=en

²¹ É interessante notar que o ministério usou o nome de um instituto de investigação moçambicano, IESE (Instituto de Estudos Sociais e Económico) no título da sua notícia, como se o artigo fosse uma declaração oficial desse instituto. Embora, na realidade, o artigo tenha sido escrito por Fingerma (e somente por Fingerma) o ministério também utilizou incorretamente a palavra “pesquisadores” de modo a enfatizar as “constatações” do artigo. O ministério não menciona em algum sítio que Fingerma é uma pesquisadora brasileira que estudou na FGV, precisamente a instituição brasileira que é o único consultor contratado para o ProSAVANA do lado brasileiro. Como se pode ver pela publicação posterior pelo IESE de uma crítica ao artigo de Fingerma escrito pela autora (Funada-Classen, 2013c), fica claro que o artigo de Fingerma não representa a posição do IESE sobre o ProSAVANA.

sobre o ProSAVANA”, e está a ser divulgado entre o “círculo” japonês do ProSAVANA em Moçambique²². De modo a dissecar estudos sobre o ProSAVANA e examinar efectivamente o papel dos pesquisadores “responsáveis”, o artigo de Fingermann constitui o caso mais apropriado e elucidativo, como este estudo mostrará.

As fontes que usei para esta análise foram obtidas pelos métodos mencionados acima (1), (2), (3) e (4). Uma versão mais resumida desta análise do artigo de Fingermann foi já publicada pela autora (Funada-Classen, 2013c; 2013d). Neste documento, foram incluídos na análise as últimas constatações de entrevistas (1), observação participante (2), pesquisa no terreno (3), e estudos comparativos (4) realizadas de Julho e Agosto de 2013. De modo a facilitar estudos e discussões futuras, a autora irá também, e tanto quanto possível, partilhar as fontes primárias que são difíceis de obter ou de entender por não-Japoneses e /ou observadores não-participantes.

Depois de estudar a literatura anterior sobre o ProSAVANA, um a um, a autora irá examinar os três “mitos” apresentados por Fingermann no seu artigo, e o raciocínio utilizado por aquela autora para determinar cada “mito” como tal. De acordo com Fingermann, os três mitos são: (1) o ProSAVANA é uma “réplica” do PRODECER; (2) o ProSAVANA irá tirar terra aos pequenos agricultores; e (3) há conflitos entre os agricultores em larga escala (*agro-negócio*) e os pequenos agricultores moçambicanos. No fim do estudo, a autora voltará às questões relacionadas com o papel dos pesquisadores na era Pós-Fukushima.

2.1. Análise da Literatura Pré-Fingermann e Pós-Fingermann

No início do seu artigo, Fingermann escreve: “chamou-me à atenção” que o programa ProSAVANA se tornou “objecto de crítica por parte de diferentes organizações da sociedade civil, havendo uma série de artigos publicados no domínio académico”. Embora ela mencione “uma série de artigos publicados no domínio académico” sobre o ProSAVANA, o único trabalho académico realmente mencionado por Fingermann no seu artigo é um intitulado “*Land Grabbing, Agribusiness and the Peasantry in Brazil and Mozambique*” (Apropriação de Terra, Agro-negócio e Campesinato no Brasil e Moçambique) por Clements & Fernandes, 2012. As restantes referências utilizadas no seu artigo são declarações emitidas por organizações da sociedade civil ou entrevistas pessoais a actores oficiais do ProSAVANA. E os outros artigos académicos que foram escritos sobre o ProSAVANA? Porque é que Fingermann não os incluiu no seu artigo? O que eles dizem exactamente?

Usando o “google scholar”, dactilografei “ProSAVANA” no motor de busca. Para meu desapontamento, no topo da lista dos resultados da busca estava o meu próprio trabalho em inglês “Analysis of the Discourse and Background of the ProSAVANA Programme in Mozambique: focusing on Japan’s role” (com a versão em português – “Análise do Discurso e dos Antecedentes do Programa ProSAVANA em Moçambique – enfoque no papel do Japão” – na 4ª posição) no dia 26 de Junho de 2013. Antes da publicação do artigo de Fingermann, parece que a única publicação académica sobre o ProSAVANA, para além da minha, é o trabalho de Clements & Fernandes (2012; 2013). Os pesquisadores do consórcio *Future Agricultures Consortium* também produziram dois trabalhos sobre o envolvimento brasileiro em Moçambique, contendo cada um deles secções dedicadas à discussão do ProSAVANA com certo detalhe (Cabral & Shankland, 2013; Chivava et al., 2013). Os restantes documentos e trabalhos publicados relacionados com o ProSAVANA que se encontraram são principalmente trabalhos jornalísticos; artigos escritos por pessoal da JICA envolvido no PRODECER (Japan-Brazil Agricultural Development Cooperation in the Cerrado,

²² Fonte confidencial.

1979-1999²³) e ProSAVANA (e.g. Hosono, 2013²⁴); ou ainda relatórios produzidos por indivíduos, institutos ou empresas associadas ao programa ProSAVANA e seus actores oficiais, tais como a FGV, uma instituição brasileira privada que é o único consultor contratado do ProSAVANA-PD do lado brasileiro (Ferreira, 2012²⁵; Fingermann, 2013).

Similarmente ao trabalho de Clements & Fernandes (2012), o meu próprio trabalho discute o PRODECER e o ProSAVANA, e chega a conclusões similares, mas utilizando, principalmente, fontes primárias japonesas. Os artigos escritos pelos pesquisadores do Future Agricultures Consortium, tocam também em alguns dos temas que Fingermann trata no seu artigo, e não chegam a conclusões similares às de Fingerman. Contudo, ela não apresenta qualquer referência a esses trabalhos quando designa o trabalho de Clements & Fernandes (2012) como “mito”.

Após o artigo de Fingermann, foram publicados vários outros artigos sobre o ProSAVANA, nomeadamente o de Ferrando (2013), Funada-Classen (2013c; 2013d), Nogueira & Ollinaho (2013), e Schlesinger (2013). A abordagem de cada trabalho é diferente, mas todos chegam a conclusões similares às de Clements & Fernandes (2012). Um relatório escrito por Jaantilal (2013), que inclui dados de entrevistas, foi também publicado recentemente. Entre os trabalhos mencionados, o de Nogueira & Ollinaho (2013) merece atenção particular. Baseado em análises de documentos oficiais, 41 entrevistas semi-estruturadas com informantes dos três países participantes (Japão, Brasil e Moçambique), e pesquisa etnográfica em vários lugares nos distritos ao longo do Corredor de Nacala, o artigo:

“(…) examina as práticas da cooperação brasileira no sector agrário em Moçambique à luz do seu discurso. Investiga empiricamente o papel do Brasil no quadro do ProSAVANA, um programa trilateral, ambicioso na agricultura no Norte de Moçambique. Os autores identificam algumas roturas claras entre o discurso [oficial] e a prática, e argumentam que as práticas brasileiras, em vez de se distinguirem dos actores tradicionais, são, de facto, uma manifestação concreta da tendência recente de cooperação para o desenvolvimento que associada à resposta convencional às queixas de usurpação de terras” (Nogueira & Ollinaho, 2013: 1).

²³ Como parte do PRODECER, foram implementados “projectos de colonização” e 10 projectos pilot. O programa conjunto brasileiro-japonês também facilitou a aquisição de terra para 758 famílias numa área do Cerrado totalizando 334.000 ha, de acordo com CAMPO (Companhia de Promoção Agrícola), uma empresa privada criada pelos governos do Japão e Brasil para implementar o programa. <http://www.campo.com.br/proceder/> Os números fornecidos pela CAMPO sobre o número de famílias e area de terra adquirida diferem ligeiramente dos fornecidos pela JICA.

²⁴ Hosono, Akio (2013) “South-South/Triangular Cooperation and Capacity Development”, JICA-RI. [http://jica-ri.jica.go.jp/publication/assets/Scaling%20Up%20South-South%20and%20Triangular%20Cooperation PartI-Chapter3 JICA-RI.pdf](http://jica-ri.jica.go.jp/publication/assets/Scaling%20Up%20South-South%20and%20Triangular%20Cooperation%20PartI-Chapter3%20JICA-RI.pdf) Makino, Koji (2013) “The Inclusive Development Approach among Farmers, Private Partners and Government through the Promotion of Responsible Investment for Agricultural Development”, JICA-RI. [http://jica-ri.jica.go.jp/publication/assets/TICAD JICA-RI-0400-Chapter4.pdf](http://jica-ri.jica.go.jp/publication/assets/TICAD%20JICA-RI-0400-Chapter4.pdf) Estes trabalhos foram publicados em Junho de 2013 pelo Instituto de Investigação da JICA (JICA-RI), onde Hosono foi um director, trabalhando agora como pesquisador conselheiro sénior (<http://jica-ri.jica.go.jp/ja/about/member.html>). Hosono é co-autor de um livro sobre o PRODECER que apresenta o programa como uma “história de sucess” no Cerrado (Hongo & Hosono, 2012).

²⁵ Ferreira, Melina de Souza-Bandeira (2012), “O papel das relações interpessoais na condução do ProSavana-JBM (Japão-Brasil-Moçambique): um estudo de caso: programa de Cooperação Triangular para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical de Moçambique”. <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/10272>

No artigo presente, estes trabalhos serão também usados para examinar os argumentos de Fingeremann.

2.2. Exame do “Mito 1- ProSAVANA é uma réplica do PRODECER”

2.2.1. “Mito” de quem? Quem associou o PRODECER ao ProSAVANA?

a) Origens da ideia que o “ProSAVANA é uma réplica do PRODECER”?

É interessante notar que Fingeremann não menciona donde vem, originalmente, a ideia que o ProSAVANA é “uma réplica” do PRODECER. A expressão “réplica” foi oficialmente usada, pela primeira vez, por José Pacheco, um moçambicano, Ministro da Agricultura, durante uma entrevista que deu à mídia nacional, logo a seguir a uma reunião com a delegação da JICA proveniente de Tóquio em fins de 2012:

“Na ocasião, Pacheco disse que o Pro-Savana é uma réplica de uma cooperação bilateral que há 30 anos ocorreu no Brasil, numa região com características idênticas às do Corredor de Nacala” (*AIM*, 25 de Dezembro, 2013²⁶).

No texto original em português, a intenção de Pacheco é ainda mais clara. Adicionando à declaração anterior, que:

“[Nós, o governo moçambicano,]Olhamos todos com bons olhos a possibilidade de fazer essa réplica em Moçambique” (*AIM*, 25 de Dezembro de 2013).

É importante considerar os antecedentes desta reunião e entrevista particular, especialmente porque ambas tiveram lugar no contexto de crescente crítica interna no Japão ao ProSAVANA. As discussões públicas relacionadas com o ProSAVANA começaram no país depois de uma declaração sobre o programa feita pela UNAC (União Nacional de Camponeses), a maior e mais importante organização de camponeses em Moçambique, em 11 de Outubro de 2012. Em resposta à declaração da UNAC, vários académicos e organizações da sociedade civil japoneses, com história de longa experiência em ODA (Assistência Oficial ao Desenvolvimento – *Official Development Assistance*), desenvolvimento rural e questões de terra em Moçambique e/ou África, juntaram-se para estabelecer um órgão ligeiro de coordenação para monitorar o envolvimento japonês no programa ProSAVANA²⁷.

O diálogo público entre as ONGs japonesas e a JICA começou em Novembro de 2012. No mês seguinte, iniciaram-se, formalmente, também as discussões com o MNE. O MNE e a JICA só ficaram a par das preocupações e críticas dirigidas ao programa ProSAVANA quando, finalmente, algumas destas questões e preocupações foram colocadas numa das reuniões regulares do Conselho de Política ODA (*ODA Policy Council*)²⁸ em que participou o Vice-Ministro do MNE em 14 de Dezembro de 2012. Durante esta reunião oficial, foram discutidos, com algum detalhe, os seguintes

²⁶ Todas as ênfases nas citações (em bold e sublinhadas) utilizadas neste estudo são da autora.

²⁷ Todos estes académicos japoneses (incluindo a autora) pertencem a mais que uma ONGe a maioria ensina em universidades japonesas e pertence a associações académicas. Esta cooperação demonstra a natureza evolutiva da sociedade civil e academia japonesas, discutida anteriormente na primeira secção deste documento.

²⁸ O conselho foi criado, em conjunto, pelas ONGs e MNE japoneses em 2002, depois de uma série de escandalos e problemas relacionados com ODA terem vindo a público em 2000. Um desses problemas estava relacionado com o donativo de pesticidas do governo japonês a Moçambique durante os anos 80 e 90, quando Moçambique ainda estava em guerra (2KR Network, 2005).

três pontos: (a) a possibilidade de usurpação de terra; (b) problemas relacionados com a natureza do programa, especialmente o seu forte enfoque no PRODECER; e (c) negligência dos direitos dos agricultores locais e falta de participação das associações de agricultores e das organizações da sociedade civil no processo²⁹. O primeiro ponto, sobre a possibilidade de usurpação de terra, foi particularmente realçado durante a discussão, mas todos os pontos indicam os problemas de transparência.

Imediatamente a seguir a esta reunião do Conselho de Política ODA em Tóquio, a seguinte declaração foi prestada pelo Ministro Pacheco: “ nenhuns agricultores irão perder as suas terras como parte do projecto Pro-Savana [*sic.*]”. Esta declaração foi apresentada como um comentário oficial pela Agência de Informação de Moçambique – *AIM*.

Esta promessa do ministro moçambicano que “ nenhuns agricultores irão perder as suas terras” foi muito bem recebida pelas suas contrapartes em Tóquio. O mesmo artigo publicado pela *AIM* (somente na versão inglesa) foi apresentado pelo representante do MNE, Yuka Shibamura, na ausência planeada da sua chefe³⁰, durante a visita do presidente da UNAC, Augusto Mafigo, ao ministério em Tóquio em 26 de Fevereiro de 2013. Shibamura leu a seguinte declaração oficial do governo, que lhe foi entregue pela sua chefe:

“O governo japonês apoia totalmente o conteúdo da declaração do Ministro Pacheco neste artigo [da *AIM*]. (...) Dado que o ministro [Moçambicano] está a prometer que não haverá usurpação de terra. (...) Ocorrerá, apenas, um nível mínimo de realocização. Mas não há problema, dado que os residentes serão compensados”³¹.

O que foi deixado de lado na declaração oficial apresentada por Shibamura, contudo, é a parte desse mesmo artigo da *AIM* em que o Ministro Pacheco se referia ao ProSAVANA como sendo uma réplica do PRODECER³². Ele usou a palavra “réplica” duas vezes nesta sua declaração. Quando lhe perguntaram porque esta parte da declaração tinha sido omitida do discurso oficial feito pelo representante do MNE durante a 2ª reunião ONG-MNE sobre o ProSAVANA, realizada em Tóquio

²⁹ As actas e documentos distribuídos estão disponíveis na seguinte site do MNE. http://www.mofa.go.jp/mofaj/gaiko/oda/shimin/oda_ngo/taiwa/pdfs/seikyo_12_2g.pdf Durante a preparação da acta da reunião, funcionários do MNE, encarregues do ProSAVANA, tentaram re-escrever afirmações apresentadas por palestrantes de ONGs e, também, adicionar os seus comentários (principalmente para negar afirmações). Isto foi considerado como grave pelos membros do conselho e estas “correções” feitas por funcionários do MNE foram removidas. Este incidente demonstra como os assuntos relacionados com o ProSAVANA se tornaram políticos para o governo japonês, e uma das técnicas dos funcionários japoneses para “re-escrever a história”.

³⁰ A sua chefe, Yoshiko Kijima, era responsável por assuntos relacionados com o ProSAVANA e foi solicitada para ir à reunião. Kijima estava no mesmo edifício na altura em que decorria a reunião, mas optou por estar prepositadamente ausente desta visita oficial pelo seguinte motivo: “o governo japonês não queria exacerbar as divisões entre os agricultores locais ao reunir somente com a UNAC, que teve a oportunidade de vir. Não é justo” (2ª reunião ONG-MNE sobre o ProSAVANA, Tóquio, 5 de Março de 2013). Depois de este comportamento ter sido criticado, dado que é suposto que o ProSAVANA seja um programa para o benefício dos pequenos agricultores e que as opiniões da maior associação de agricultores devem ser respeitadas e ouvidas, Kijima pediu desculpas durante a 3ª reunião ONG-MNE, e encontrou-se com o presidente da UNAC durante a sua segunda visita ao Japão, em 28 de Maio de 2013. Contudo, a sua atitude durante esta segunda visita ao MNE deixou uma impressão negativa aos visitantes moçambicanos (da UNAC e da Plataforma Provincial da SC de Nampula); sobre esta reunião, disseram: “sentimos como se a estivéssemos a incomodar, mas ela está a esquecer porque tivemos que fazer todo este caminho até aqui” (entrevista da autora logo a seguir à reunião, 28 de Maio de 2013).

³¹ Acta interna da reunião (26 de Fevereiro de 2013).

³² Joseph Hanlon analisa esta entrevista no seu artigo em “*MOÇAMBIQUE: News reports & clippings*”, publicado em 28 de Dezembro de 2012.

em 5 de Março de 2013, Yoshiko Kijima, chefe de Shibamura, respondeu que as afirmações do Ministro Pacheco como sendo apenas uma “mensagem política” procurando realçar a sua intenção de “trazer o sucesso do PRODECER para Moçambique”³³.

Mesmo que Fingermann não estivesse a par das discussões sobre o ProSAVANA a ocorrer no Japão nessa altura, o artigo da *AIM* está facilmente disponível na internet (em inglês e português). Seja um “mito”, ou não, chamar ao ProSAVANA uma “réplica” do PRODECER, a ideia foi, realmente, iniciada por um ministro moçambicano depois de uma reunião com a delegação da JICA, e a sua declaração foi “totalmente apoiada” pelo governo japonês.

Se Fingermann voltar a analisar a primeira declaração da UNAC, a quem ela acusa de ser um criador deste “mito”, verá que, ela própria, usa exactamente a mesma expressão no seu próprio texto:

“O projecto [ProSAVANA] foi inspirado por um projecto de desenvolvimento da agricultura implementado pelos governos brasileiro e japonês no Cerrado brasileiro (savana) onde, agora, se pratica agricultura em grande escala industrial de monoculturas (principalmente soja)” (UNAC, 11 de Outubro de 2012).

“O ProSAVANA foi claramente inspirado na experiência do PRODECER” (Fingermann, 2013:1)³⁴.

Então, quem, exactamente, criou este “mito”? Dado que o “mito” começou com os promotores do ProSAVANA, toda a discussão de Fingermann sobre este mito é, realmente, extremamente enganosa. A pergunta mantém-se: Porque é que Fingermann escolheu discutir este assunto desta maneira, sem, primeiro, realizar uma simples análise histórica com base nos documentos disponíveis?

b) Iniciadores reais do conceito “ProSAVANA = PRODECER”

Não é, no entanto, falta do Ministro Pacheco, ao referir-se ao ProSAVANA como “uma réplica do PRODECER” para explicar o que é o ProSAVANA. Até o programa enfrentar críticas importantes, em fins de 2012, realmente foi a JICA e o MNE que estavam a criar uma atmosfera favorável para este tipo de interpretação. O Relatório da Pesquisa Preparatória para o ProSAVANA “*Report of the Preparatory Research for the ProSAVANA*” da JICA fala por si mesmo:

“O Japão ganhou experiência de trabalho para a cooperação na agricultura na zona do Cerrado (Savana Tropical) nos últimos 20 anos no (...) Brasil. Hoje, a zona do Cerrado desenvolveu-se, tendo-se tornado um celeiro de classe mundial. Os dois governos do Japão e Brasil declararam o apoio, em conjunto, ao desenvolvimento da agricultura em África, e têm estado a pensar implantar as tecnologias agrárias acumuladas durante o desenvolvimento do Cerrado nos países africanos onde ocorrem as savanas tropicais. Desta vez, foi seleccionado Moçambique como o primeiro país-alvo deste apoio ao desenvolvimento da agricultura com a cooperação triangular Japão-Brasil “(JICA, 2010: S-1)³⁵).

³³ Em breve, o resumo da acta estará disponível na site do MNE.

³⁴ Texto original em português: “Este projecto inspira-se no projecto de desenvolvimento agrário levado a cabo pelos governos brasileiro e japonês no Cerrado brasileiro” (UNAC, Oct. 11, 2012); e “O ProSAVANA foi claramente inspirado na experiência do Prodecer” (Fingermann, 2013).

³⁵ Relatório final pesquisa preparatória da JICA sobre o ProSAVANA – JBM. JICA (2013) 「モザンビーク国日伯モザンビーク三角協力による熱帯サバンナ農業開発協力プログラム準備調査最終報告書」
http://libopac.jica.go.jp/images/report/11991791_01.pdf

日本国はブラジル国において、過去 20 年以上にわたりセラード地帯（熱帯サバンナ）の農業開発協力に取り組んできた経験がある。今日、セラード地帯は世界有数の穀倉地帯になるまでに発展している。日伯両国政府は、連携してアフリカの農業開発支援の方針を打ち出すとともに、セラード開発で蓄積した農業技術を熱帯サバンナが分布するアフリカ諸国に移転することを検討してきた。今回、日伯での三角協力による農業開発の第一の支援対象国としてモザンビーク国が選定された。

Fonte: JICA, 2010: S-1.

Antes de realizar esta pesquisa preparatória, a JICA definiu claramente dois objectivos principais para o ProSAVANA:

“(1) Examinar quais das experiências obtidas no desenvolvimento da agricultura em savana tropical no Cerrado poderiam ser usadas em Moçambique; (2) prepara uma proposta para a direcção da cooperação entre Japão-Brasil no futuro (esboço, escala e eficácia da cooperação)” (*Ibid.*)

本調査の目的は、次のとおりである。

- (1) セラード開発で得られた熱帯サバンナ地域の農業開発の経験のどの点をどのようにモザンビーク国で生かすことが出来るかの検討
- (2) 今後の日伯連携技術協力事業として、協力事業を実施する上での方向性（協力の概要、規模、有効性）への提言

Fonte: JICA, 2010: S-1.

O que este documento oficial da JICA, o único documento público disponível que realmente explica o objectivo inicial e âmbito do ProSAVANA, realça é que:

- (a) O relacionamento entre o Brasil e o Japão era visto como a característica mais importante do programa;
- (b) África era o alvo;
- (c) Moçambique era um caso onde as “experiências no Cerrado” do Japão e do Brasil poderiam ser transplantadas (resumo da autora baseado em JICA, 2010: S-1).

É, também, interessante notar que, nesta fase inicial do programa, a JICA não tinha, ainda, considerado política ou diplomaticamente problemático escrever de modo tão directo utilizando este tipo de explicação num documento oficial.

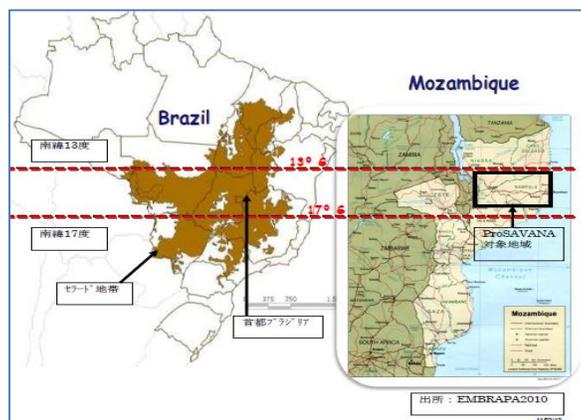
Considerando os dois objectivos principais para a pesquisa preparatória, tal como descritos no relatório final da JICA (citado acima), é evidente que a pesquisa sobre as realidades existentes das famílias camponesas e das comunidades rurais na zona Norte de Moçambique foi considerada como questão secundária. Embora mais de 1 milhão de famílias agricultoras vivam na zona Norte de Moçambique³⁶, a pesquisa realizada para o relatório final envolveu entrevistas com apenas 20 agricultores (incluindo de escala média e grande) em todo o Corredor de Nacala³⁷. O orçamento

³⁶ O número total de famílias agricultoras nas três províncias-alvo do ProSAVANA (Niassa, Nampula e Zambézia) é de 1.883.594, de acordo com o censo agrícola 2009-2010 do INE.

³⁷ Dados destas 20 entrevistas foram apresentados, pelo MNE, como prova do esforço da JICA em ouvir as vozes e as preocupações dos agricultores locais durante o conselho de política ODA realizado em 14 de Dezembro 2012. Devido às críticas públicas que a JICA teve por parte das ONGs, ao constatar o pequeno número de entrevistas e ao apresentá-las como “prova”, a JICA pressionou os consultores a realizar mais

para a pesquisa de 6 meses de duração foi de quase 90.000.000 de yens (ou 900.000 dólares americanos). Para a JICA e sua contraparte brasileira, o objectivo mais importante da investigação era, claramente, encontrar “similaridades com” as experiências obtidas no desenvolvimento do Cerrado brasileiro há 20–30 anos atrás e “o que delas pode ser usado” em Moçambique (*Ibid.*).

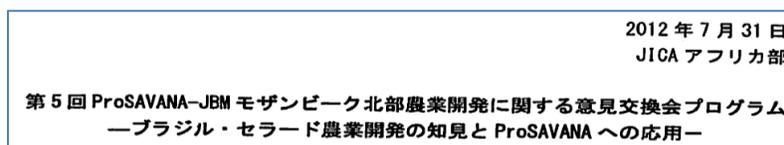
O mapa em baixo é o resultado desta busca de “similaridades entre o Cerrado brasileiro e a zona Norte de Moçambique” pelos actores japoneses e brasileiros do ProSAVANA.



Fonte: EMBRAPA, 2010, em apresentação da JICA feita em 15 de Novembro de 2012.

Como Fingermann correctamente indica (2013:1), a “diferença no tempo e situacional” entre o PRODECER e o ProSAVANA é óbvia e, de modo nenhum, insignificante. Mas, porque, então, ela critica os pesquisadores e as organizações da sociedade civil que estão a afirmar a mesma coisa, em vez de criticar os que formularam o ProSAVANA com base nesse esquema, com forte ênfase na experiência do PRODECER de modo a aplicar essa sua “experiência” às realidades da zona Norte de Moçambique?

Uma expressão diferente que ilustra esta ênfase colocada no PRODECER no planeamento e formulação do ProSAVANA encontra-se no subtítulo do “5º Programa para Discussões sobre o Desenvolvimento da Agricultura na Zona Norte de Moçambique – ProSAVANA-JBM” organizado pela JICA em Tóquio em 31 de Julho de 2012: “Aplicação das constatações sobre o desenvolvimento do Cerrado ao ProSAVANA”³⁸.



Fonte: documento distribuído no seminário da JICA, 31 de Julho de 2013.

c) Re-escrevendo a história: “O ProSAVANA foi solicitado por Moçambique”

entrevistas em futuros trabalhos de pesquisa (informação confidencial prestada por um consultor, 14 de Fevereiro de 2013).

³⁸ 18 das 22 páginas dos documentos distribuídos referiam-se ao Cerrado e seu desenvolvimento na agricultura (e Brasil), duas eram sobre as similaridades e diferenças entre a zona Norte de Moçambique e o Cerrado.

A negação ou modificação de factos históricos relacionados com o ProSAVANA pelos promotores oficiais do programa começou em Dezembro de 2012, durante a reunião do conselho de política ODA entre ONGs e o MNE. Kijima, o funcionário do MNE citado acima, realçou a pertinência das acções do seu ministério e descreveu a sua interpretação dos antecedentes do programa como se segue:

“Foi o governo moçambicano que soube do sucesso da tecnologia agrícola japonesa e do [programa] de desenvolvimento da agricultura realizado pelo Japão no Brasil, e solicitou a sua utilização no país [ao governo japonês]. (...) Como Moçambique também quer aprender das experiências brasileiras, decidiu receber assistência do Brasil (Yoshiko Kijima, 14 de Dezembro de 2012³⁹).”

Depois de contradições entre esta interpretação e explicações anteriores que tinham aparecido antes em documentos oficiais e tinham sido prestadas por funcionários do MNE e da JICA, os actores e promotores oficiais do ProSAVANA começaram, efectivamente, a “re-escrever a história”. O súbito evitar em falar sobre o PRODECER tornou-se evidente⁴⁰. Tentou-se esse “evitar” durante o Seminário de Alto Nível realizado pela JICA em 2 de Abril de 2013 em Tóquio, em que participaram representantes de Moçambique (Ministro Pacheco) e do Brasil (o Director Geral do ABC, Fernando José Marroni de Abreu). Após participar em várias reuniões com o MNE e JICA, os representantes moçambicano e brasileiro presentes nesse Seminário de Alto Nível optaram, a partir daí, realçar a seguinte “história do ProSAVANA”:

“Foi o Presidente Armando Guebuza de Moçambique que quis este tipo de projecto de modo a aprender das experiências do desenvolvimento da agricultura no Cerrado” (Director Geral do ABC, 2 de Abril de 2013).

É necessária alguma informação sobre os antecedentes para compreender exactamente porque é que o MNE está tão preocupado com a mudança do facto histórico de quem iniciou o programa ProSAVANA. Nos fins dos anos 90, surgiram no Japão uma série de “escândalos ODA” que tiveram um impacto significativo na percepção pública das políticas e práticas da ODA do país nessa altura. Devido aos escândalos, uma parte importante do público japonês já não vê a ODA do país como “assistência genuína”. Ao contrário, em larga medida, era vista como problemática e com falta de transparência. Posteriormente, o apoio dos contribuintes à ODA diminuiu rapidamente. Dado que uma grande parte dos seus orçamentos está relacionada com a ODA, o MNE e a JICA foram obrigados a conceder prioridade chave à reforma da ODA numa tentativa de recuperar o apoio público de modo a não perder financiamento público. É neste contexto que começou a cooperação entre MNE/JICA e as ONGs⁴¹. Após estes escândalos, tornou-se ainda mais importante para o MNE e JICA aderirem ao princípio de planeamento dos projectos e programas da ODA baseado na “solicitação” de assistência “pelos governos recipientes”. Nos escândalos do passado,

³⁹ Acta da reunião no site do MNE (http://www.mofa.go.jp/mofaj/gaiko/oda/shimin/oda_ngo/taiwa/pdfs/seikyo_12_2g.pdf).

⁴⁰ Antes de Dezembro de 2012, a maioria das apresentações da JICA sobre o ProSAVANA centravam-se em contar a história de “sucesso” do PRODECER e do desenvolvimento do Cerrado. Este facto pode ser observado na quantidade de tempo que os representantes da JICA programaram para falar sobre o PRODECER e o Cerrado brasileiro, assim como o número de páginas nos seus documentos dedicadas ao tópico e que foram distribuídos em seminários e palestras (e.g. apresentação do MNE e da JICA no seminário do PNUD para TICAD V, realizado em 1-3 de Junho de 2012, e seminário da JICA sobre a zona Norte de Moçambique – ProSAVANA, realizado em 31 de Julho de 2012).

⁴¹ Os “diálogos” que estão a ter lugar entre ONGs e o MNE foram possíveis, e as “actas” das reuniões são agora disponíveis publicamente online, devido a este processo de reforma da ODA.

amplamente criticados⁴², os políticos, corporações e funcionários governamentais japoneses tinham realmente criado empresas ODA por necessidade e interesse próprio, e, então, obtinham “documentos de solicitação” assinados pelos governos recipientes depois do facto⁴³. Assim, no caso do ProSAVANA, o pedido para obter ajuda ODA para o programa deveria ter vindo directamente do governo de Moçambique, e a própria ideia não deveria vir nem da JICA nem do ABC.

Este é apenas um exemplo pelo qual os pesquisadores não devem depender demasiado das entrevistas e documentos oficiais sem, primeiro, analisar criticamente as dinâmicas da política interna/externa, nacional/internacional e confrontar a informação obtida nas entrevistas e documentos oficiais com outras fontes ou realizar a sua própria observação no terreno / participante.

2.2.2. As três razões de Fingermann porque o ProSAVANA não é o PRODECER

Fingermann partilha três razões porque ela pensa ser um mito que o ProSAVANA é uma réplica do PRODECER: (a) “as diferenças no momento histórico e na situação política entre Brasil nos anos 80 e Moçambique hoje”, e o facto dos “aspectos negativos do PRODECER serem reconhecidos e não escondidos pelos governos do Japão e do Brasil”; (b) considerando que o ProSAVANA é “uma iniciativa trilateral, a transparência será melhorada em comparação com o PRODECER, uma iniciativa puramente japonesa”; e (c) porque os “Projectos de Rápido Impacto (*Quick Impact Projects*) (do ProSAVANA) estão a ter em conta os impactos ambientais e a incluir a agricultura familiar”, diferentemente do PRODECER (Fingermann, 2013:1).

a) “Os aspectos negativos do PRODECER não são escondidos pelo Japão”?

Vamos examinar o argumento de Fingermann para a última parte deste primeiro “mito”, isto é, “os aspectos negativos (impactos ambientais e sociais) do PRODECER são reconhecidos e não são escondidos pelos governos do Brasil e do Japão” (*Ibid.*). Apesar do que ela afirma com tanta confiança, a autora não conseguiu encontrar qualquer descrição clara ou análise destes aspectos negativos em qualquer dos relatórios publicados da JICA sobre o PRODECER, excepto várias frases em (JICA, 2001; 2010). Há numerosa pesquisa e relatórios sobre impactos ambientais na

⁴² Um dos casos mais notórios envolveu um político influente do partido, então no poder, (LDP), Muneo Suzuki, actualmente noutro partido. Ele estava implicado na construção da Barragem Sondu Miriu no Quénia (apoiada pela ODA japonesa) construída num rio com falta de água num local considerado sítio sagrado pela população local. Revelou-se também que o conluio antes de uma licitação, licitações fraudulentas, e preparação de pedidos oficiais dos governos beneficiários eram práticas normais entre alguns grandes nomes de empresas exportadoras japonesas envolvidas no fornecimento de ajuda alimentar (KR) e de produtos para a agricultura (KRII) durante este período.

⁴³ Há muitos casos destes. Um desses casos é a “assistência em pesticidas” que Moçambique recebeu do Japão durante a sua guerra civil. No início de 1983-4, o Japão doou, todos os anos, quantidades consideráveis de pesticidas químicos a Moçambique, no base no esquema designado KRII/2KR de modo a apoiar um “aumento da produção alimentar”. Dado que estes donativos de pesticidas se realizam durante um período de guerra prolongada em Moçambique, a maioria dos pesticidas ou desapareceu ou tornaram-se obsoletos. Quando, mais tarde, este programa ODA se tornou num enorme escândalo para o governo japonês, o MNE afirmava continuamente que o desaparecimento e não-uso/ mau uso dos pesticidas não eram seu problema, mas sim do governo de Moçambicano, dado que a ajuda foi prestada com base nos ‘pedidos anuais’ dos governos moçambicanos e os procedimentos oficiais tinham sido seguidos correctamente. Contudo, devido a informação de dentro (de pessoal da JICA e de empresas japonesas envolvido no processo KRII/2KR), cedo ficou evidente que “cartas de solicitação” foram realmente preparadas por pessoal designado pelas corporações japonesas através de “licitações fraudulentas”. Tudo o que os ministros do governo moçambicano faziam era assinar os formulários dos pedidos que lhes eram apresentados. No *site* da ONG japonesa, 2KR Network (2KR Network, 2005; <http://www.paw.hi-ho.ne.jp/kr2-net>) encontra-se uma análise mais detalhada deste assunto.

região do Cerrado realizados pela JICA, mas há menção ao desflorestamento e poluição causados pelo PRODECER. Em vez disso, o “PRODECER: Relatório sobre Monitoria Ambiental” da JICA lista somente os problemas ambientais gerais na região (JICA, 2000:2-4), e realça algumas medidas tomadas pela JICA para “proteger o ambiente” (*Ibid.*: 8). Está totalmente omissa qualquer discussão sobre a relação causa-efeito entre os problemas gerais e o PRODECER. Na introdução do relatório, um membro do conselho da JICA declara: “[através deste relatório, irão entender] que o PRODECER foi um empreendimento de desenvolvimento amigo do ambiente, tal como outros [programas] na Fronteira Agrícola, e este relatório [facto] irá contribuir para a consideração e planeamento de projectos de cooperação no futuro” (*Ibid.*: Introduction).

O PRODECER é mais frequentemente descrito como um “sucesso” e um “milagre” pelo governo japonês e JICA. Isto pode ser observado claramente no título de um livro de Yutaka Hongo (uma pessoa chave na implementação da JICA do PRODECER e, mais tarde, um dos planificadores do ProSAVANA), e Akio Hosono (antigo director do Instituto de Investigação da JICA): “Milagre do Desenvolvimento do ‘Cerrado’, Terra Árida no Brasil” (Hongo & Hosono, 2012). Embora o livro tenha sido publicado por uma editora privada não-JICA, o JICA-RI introduziu, repetidamente, este livro no seu site oficial⁴⁴.



[Esquerda]Capa do livro intitulado: “Milagre do Desenvolvimento do ‘Cerrado’, Terra Árida no Brasil (Hongo & Hosono, 2012); [Direita] Programa do evento lateral organizado pelo ABC e JICA durante a Rio+20⁴⁵.

Aqueles autores até descrevem o PRODECER como “ambientalmente prudente”, promovendo uma imagem amiga do ambiente do programa durante a Rio+20, Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (JICA-RI News&Topics, 2012). Além disso, sempre que o ProSAVANA ou o PRODECER são discutidos, Hongo vem, levanta-se e diz: “Sou Hongo da JICA. (...) As críticas são todas falsas. Se lerem o MEU LIVRO, entenderão” (8 de Novembro de 2012; 28 Maio de 2013⁴⁶). Estas são pessoas que foram muito influentes no desenho e implementação do programa.

⁴⁴ Ver os seguintes sites do JICA-RI: http://jica-ri.jica.go.jp/ja/publication/other/a_miracle_of_the_development_in_the_cerrado_the_barren_land_in_brasil.html http://jica-ri.jica.go.jp/ja/topic/jica-ri_director_hosono_and_senior_advisor_hongo_conducted_field_studies_in_the_brasileiro_cerrado_an.html

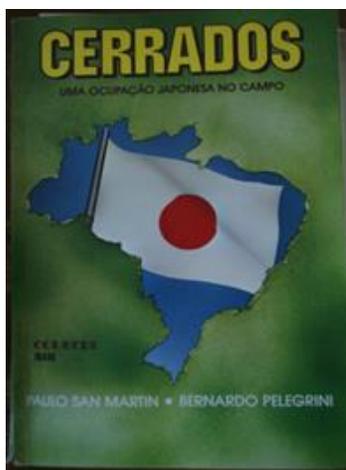
⁴⁵ O Programa está no seguinte site da JICA. http://jica-ri.jica.go.jp/event/assets/%E3%80%90%E6%9C%80%E6%96%B0%E9%85%8D%E5%B8%83%E7%94%A8%E3%80%91Program%20handout%20Jun%2022_ABC%26JICA_%20seminar.pdf

⁴⁶ Observações da mesa sobre as palestras do representante da sociedade civil japonês e brasileiros sobre o PRODECER, realizadas na Universidade Meijigakuin em 8 Nov de 2012, e na Universidade de Jochi (Sophia) em 28 de Maio de 2013. Na palestra do Presidente da UNAC na Universidade de Tóquio, em 28 de

É exactamente por isso, que as organizações da sociedade civil em Moçambique, mas também no Brasil e no Japão, ficaram preocupadas com o ProSAVANA. Como o argumento, Fingermann correctamente implica, ao não reconhecer os problemas passados e aprender dos erros anteriores, os problemas podem repetir-se. A “prova” reclamada no argumento dela, contudo, é, em última instância, inválida. O seu pressuposto de que o governo japonês reconhece os “erros” que ocorreram durante o PRODECER e, portanto, aprendeu deles, simplesmente, não é sustentada pelos factos.

b) “A iniciativa trilateral irá melhorar a transparência

Como Fingermann confirma, o PRODECER foi, realmente, afectado por falta de transparência porque resultou de uma “iniciativa puramente japonesa” realizada “durante o governo militar” (Fingermann, 2013:1). Contudo, não é verdade que “não havia chance da comunicação social, então censurada, mostrar os factos negativos” (*Ibid.*). Desde o início dos anos 80, uma multitude de vozes têm criticado o programa: deputados brasileiros, agricultores (com e sem terra), organizações religiosas, pesquisadores, associações e sindicatos, jornalistas, e mesmo institutos do governo (Câmara dos Deputados, 1980; *Revista Urgente*, 1981; *Diário de Manhã*, 10 de Março de 1984; Associação dos Engenheiros Agrónomos do Estado de Goiás (AEAGO), 1984; Comissão Pastoral da Terra (CPT), 1984;1985; San Martin & Pelgrini, 1984; IPEA; e Pessoa, 1988).



[Esquerda] Capa do livro de San Martin & Pelegrini, 1984.

[Direita] Cartazes do PRODECER incluídos num folheto da Comissão Pastoral da Terra-Goiás, publicado e distribuído em 1985. *Estas imagens demonstram como o PRODECER era visto por estes actores durante o tempo em que o programa estava a ser implementado no Brasil.

O pressuposto de Fingermann que o ProSAVANA, diferentemente do PRODECER, terá, naturalmente, transparência porque é “uma iniciativa trilateral” que incorpora “os princípios da Cooperação Sul-Sul” como parte da “política externa brasileira”, enquanto que “o PRODECER foi uma iniciativa puramente japonesa, (...) num período completamente distinto da cooperação para o desenvolvimento internacional” é discutível.

Fevereiro., Hongo, de novo, pegou no microfone, perguntando ao presidente, “E as empresas europeias (...) e chinesas?” Os representantes da UNAC responderam: “Não fizemos todo este caminho até aqui [Japão] para falar das empresas europeias ou chinesas. Temos muitas coisas a fazer no nosso país. Contudo, pergunta-nos porque não falamos sobre a China?”

Não é um processo natural para que os governos ou empresas privadas sejam transparentes e responsáveis, nem o ambiente internacional o assegure. A história humana ensina-nos que — em todo o mundo — isto só é conseguido quando as populações locais lutam por isso. De verdade, este foi certamente o caso com o ProSAVANA⁴⁷.

Visivelmente, todas as declarações públicas sobre o ProSAVANA publicadas pelas OSCs moçambicanas criticam explicitamente o programa pela sua falta de transparência e pela sua natureza de cima-para-baixo (UNAC, 11 de Outubro de 2012; JA! & Friends of the Earth Mozambique, 25 de Janeiro de 2013; “Declaração Conjunta”, 29 de Abril de 2013; “Carta Aberta”, 28 de Maio de 2013). Como podemos observar, pode-se encontrar uma linha comum nas seguintes descrições sobre ambos os programas: “O PRODECER é preparado do topo e de fora, e não houve consultas às pessoas” (Pessoa, 1988:128) e “temos notado uma insuficiência de informação e reduzida transparência por parte dos principais actores envolvidos. (...) O ProSAVANA é resultado de uma política que vem do topo para a base” (UNAC, 11 de Outubro de 2011).



rapadura. Eles viajaram para cá e para lá, foram no Japão, estão tomando parte no banquete. O bandeirão está farto...



Ilustrações (CPT-MG, 1984: 13; 10).

*Estas ilustrações mostram como o processo de formulação e preparação do PRODECER era visto pelos locais em Minas Gerais.

Porque vemos críticas idênticas apesar dos desfasamentos no tempo de trinta anos? Como os iniciadores dos programas (o governo japonês e a JICA) são os mesmos, os principais objectivos destes programas são também os mesmos, repetindo-se, portanto, os mesmos tipos de procedimentos e de atitudes. Ambos os programas são moldados pela crise alimentar em todo o mundo e no Japão (1973- e 2008-), um enfoque na “vasta terra não cultivada”, “empreendimentos público-privados”, e “cooperação na agricultura através do reforço das relações Japão-Brasil” (JICA, 1979; 1983; MoM, 2009; JICA, 2011; e Funada-Classen, 2013a; 2013b).

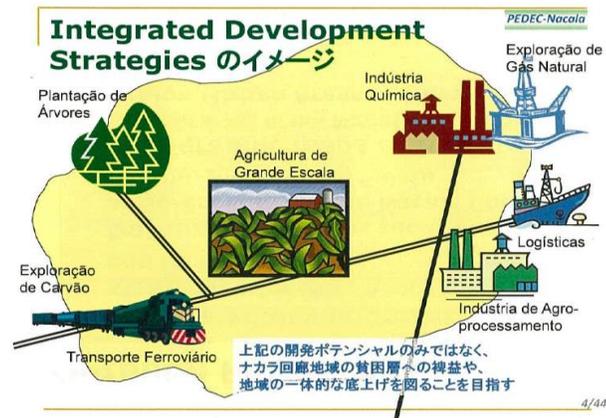
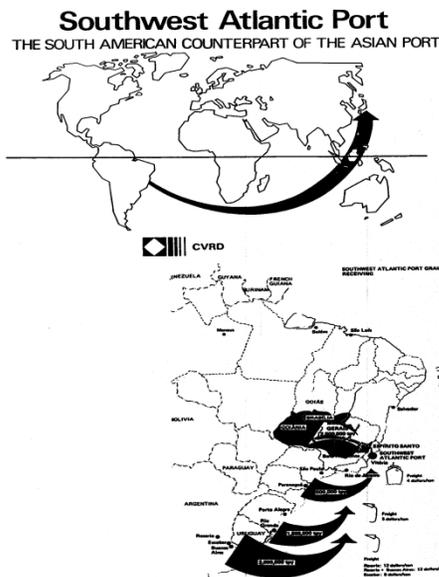
Isto pode ser observado nos documentos iniciais da JICA em expressões idênticas apresentadas como as principais razões para os programas: “na região centro-ocidental do Brasil, há uma extensa área inexplorada com quase 1.300.000 km² (quase 3,5 vezes maior que o território japonês)” (JICA, 1979:1); e “Ao longo do Corredor de Nacala, há mais de 1.400.000 ha de terra (ou 3 vezes a área total cultivada do Japão) que é adequada para a agricultura [mas não usada]”(JICA, 14 de Maio de

⁴⁷ Isto é claro quando se lê todas as actas de reuniões passadas ONG-MNE. Deve-se prestar especial atenção à acta da 3ª reunião sobre o ProSAVANA realizada em 19 de Abril de 2013. Nesta reunião, as OSCs japonesas criticaram o MNE e a JICA por não ter partilhado informação sobre o Seminário de Alto Nível da JICA sobre o ProSAVANA. As ONGs tinham pedido informação sobre este evento no que se refere à data em que se realizou, membros das delegações que estiveram presentes e temas de discussão aos membros do parlamento. O MNE pediu desculpas por esta situação durante a reunião.

2012), ou “70% (ou 540.000 km2) do território nacional (...) deixado como terra não usada adequada para a agricultura” (JICA, 28 de Setembro de 2009).



Fotografias do *site* da JICA explicando a assinatura do MoU para o ProSAVANA, 28 de Setembro de 2009. *Tradução da autora destas fotografias: (esquerda) “Perto do Corredor de Nacala onde o Japão e o Brasil irão realizar o desenvolvimento da agricultura. Há um terreno de terra arável não usada à volta do terreno com milho”; (direita) “Há vastas áreas não usadas detrás [das casas] dos pequenos agricultores”, implicando que aqueles agricultores locais não são capazes de usar a terra eficazmente.



[Esquerda]: Mapas em CPT-MG, 1985: 11.

[Direita]: Slide apresentado pelo “Projecto para Estratégias de Desenvolvimento para o Corredor de Nacala (PEDE-Nacala)⁴⁸” da JICA em 13 de Fevereiro de 2013, em Tóquio. *No slide no meio, pode-se observar uma frase “Agricultura de Grande Escala”.

⁴⁸ O MoU deste projecto foi assinado em 18 de Novembro de 2011. <http://www.jica.go.jp/project/Moçambique/002/outline/index.html> Embora o projecto tenha sido assinado separadamente do ProSAVANA, ele trata do desenvolvimento da agricultura ao longo do Corredor de Nacala, e estreitamente ligado ao ProSAVANA (entrevista da autora com os consultores em Setembro de 2012). Ambos o projecto/programa têm a mesma empresa de consultoria japonesa, Oriental Consultants, como a empresa líder. No contexto da JICA, este projecto, ProSAVANA, e outros projectos relacionados com o Corredor de Nacala são considerados como sendo “os esforços integrais da contribuição da JICA para a área”

O forte enfoque na “vasta terra não usada” para “a produção alimentar eficiente [barata] em quantidade para exportar [portanto, produção em grande escala utilizando maquinaria]” e uma total negligência das vidas e produção dos pequenos agricultores locais, foi a base para a formulação e atracção quer do PRODECER quer do ProSAVANA⁴⁹. Não são nem as OSCs moçambicanas, nem as publicações académicas tais como Clements & Fernandes 2013, que são responsáveis por criar este chamado “mito”. A responsabilidade pela criação e promoção deste “mito” é dos promotores e agentes oficiais do PRODECER e do ProSAVANA que actuaram de forma idêntica, apesar da diferença de país e época.

Trinta anos passaram desde o início do PRODECER. Moçambique não é governado por uma ditadura militar, como era o Brasil nos anos 80. Organizaram-se várias reuniões entre as partes interessadas, mas as organizações dos agricultores e cívicas locais que participaram nelas, sentem que estas reuniões foram realizadas apenas com a intenção dos actores do ProSAVANA poderem, mais tarde, apresentar que o processo é inclusivo e democrático⁵⁰. Na verdade, o documento interno da JICA (“instruções de trabalho [TOI]”) para os consultores japoneses que apoiam estas reuniões, indica que o seu enfoque é no número de participantes de vários sectores e na transmissão de informação, em vez de ouvir e discutir questões com os participantes (JICA, 2011:8;11)⁵¹. O mesmo documento, contudo, ordena aos consultores que “integrem as opiniões e necessidades das corporações japonesas nos vários planos [do ProSAVANA]” (*Ibid.*:4).

本業務の実施にあたっては、「モ」国及び周辺諸国への投資に関心を持つ我が国民間企業と十分な意見交換を行い、その意向を各種計画策定に反映させる。
特に、全体計画と Quick Impact Project のドラフト作成のタイミングでは、十分な意見交換の場を持つよう留意する。

Fonte: TOI da JICA, 2011: 4.

Certamente que há mais sistemas formalizados de monitoria disponíveis para a sociedade civil, quando comparado com o PRODECER, mas isso não significa que o programa seja, realmente, transparente e responsável. Isto pode ser visto na grande ansiedade e frustração demonstrada na “Carta Aberta” de 23 organizações cívicas moçambicanas aos líderes dos três governos (Japão, Brasil e Moçambique) pedindo a imediata suspensão de todas as actividades e projectos no quadro do ProSAVANA (“Carta Aberta”, 28 de Maio de 2013) com a preocupação com a justiça social, protecção dos direitos humanos e desejo de um futuro melhor para todos os moçambicanos (entrevistas da autora e correspondência com as organizações signatárias da carta, Setembro de 2012 – até ao presente).

Foram brasileiros que lutaram contra o PRODECER e contra o esquema de desenvolvimento no Cerrado, que realizaram a Reforma Agrária no seu país, e acabaram com a ditadura. No caso do ProSAVANA, são precisamente aqueles que Fingermann denuncia como criadores de “mitos” que

(entrevista da autoa com ex-funcionários da JICA em Novembro de 2012). De facto, no Evento Lateral à TICAD V da JICA, realizado em Yokohama em 2 de Junho de 2013, foram apresentados em conjunto todos estes projectos programas relacionados com o Corredor de Nacala. <http://www.ticad.net/africa/jicaevents/img/summary/2Jun9-12Corridor%20development%20in%20Africa.pdf>

⁴⁹ Isto pode ser observado, também, no site oficial da JICA descrevendo o ProSAVANA. O seu interesse principal é na “transformação da paisagem” em vez do apoio aos agricultores locais. http://www.jica.go.jp/english/our_work/thematic_issues/south/project07.html

⁵⁰ Entrevistas e correspondência da autora com OSCs moçambicanas, Novembro de 2012 – até ao presente.

⁵¹ O Relatório N.º 2 que escapou mostra a mesma tendência. A secção sobre “reuniões com as partes interessadas” lista apenas o número de organizações que participaram nestas reuniões, e o número de ONGs está adicionado ao número de “doadores”.

estão engajados em obter transparência e prestação de conta para as pessoas e ambiente apesar de muitos sacrifícios⁵².

Contudo, os actores japoneses do ProSAVANA, pessoal da JICA e consultores japoneses, que não aceitam as reivindicações da sociedade civil moçambicana, também se juntam para a denunciar como sendo “apenas uma parte da sociedade”, dizendo que “estão a criticar o ProSAVANA porque pertencem a um partido da oposição”, espalhando esta mensagem errónea para se justificarem (Dezembro de 2012 – Junho de 2013⁵³). Alguns, foram mesmo mais longe, dizendo que, dado que os “Moçambicanos não sabem escrever português bem” devem ser “brasileiros que estão a escrever estas [declarações e afirmações]”. Lamentavelmente, de acordo com certos parlamentares japoneses, estas interpretações foram transmitidas por funcionários do MNE e membros do pessoal da JICA que os visitaram para “explicar sobre o ProSAVANA” (entrevistas da autora com 3 parlamentares, Março – Maio de 2013). Este tipo de banalização do protesto, teve eco em certos ministros moçambicanos depois da sua visita ao Japão para TICAD V (a 5ª Conferência Internacional sobre Desenvolvimento Africano, 1 a 3 de Junho de 2013):

“Os agricultores moçambicanos são analfabetos. (...) Tem que haver alguém por trás deles que escreveu [a “Carta Aberta”]” (Ministro dos Transportes, Paulo Zucula, 2 de Junho de 2013 durante o Evento Lateral à TICAD V da JICA⁵⁴).

“Os críticos do programa [ProSAVANA] são ‘conspiradores e manipuladores que querem que Moçambique [continue] a depender da importação de alimentos que podem ser produzidos aqui” (Ministro da Agricultura, José Pacheco, 14 de Agosto de 2013⁵⁵).

O que é que Figermann quer, exactamente, tentar fazer ao reclamar que as vozes das OSCs moçambicanas e os grupos de justiça social estão a espalhar “mitos”? Ao fazê-lo, ela está, de facto, apenas a preparar o terreno para mais ataques às organizações que procuram transparência e prestação de contas.

c) “Os Projectos de Rápido Impacto estão a ter em conta o impacto ambiental e social”?

Um ponto final do raciocínio de Figermann, por analisar, é o seu argumento: (c) o ProSAVANA é diferente do PRODECER, porque os Projectos de Rápido Impacto (*Quick Impact Projects* - QIPs) terão em conta os impactos ambientais e os agricultores familiares no seu desenho. Há dois pressupostos nesta afirmação a notar. O primeiro pressuposto (c-1) é que o PRODECER não teve em conta os impactos ambientais e excluiu os agricultores familiares; a segunda (c-2) relaciona-se com o desenho dos QIPs. Estes dois pressupostos serão examinados um a um.

c1) O PRODECER não teve em conta os impactos ambientais e excluiu os agricultores familiares?

O primeiro pressuposto parece ser um entendimento generalizado do PRODECER no Brasil. A minha revisão da literatura sobre o PRODECER também confirma isto. Aqui, Figermann tira as

⁵² Entrevistas da autora a OSCs moçambicanas, Setembro de 2012- até ao presente.

⁵³ A autora ouviu esta interpretação directa e indirectamente de pessoal da JICA e consultores que confirmaram que é geralmente tido como “facto” entre os actores japoneses do ProSAVANA.

⁵⁴ Este discurso foi filmado pela TV-TBS japonesa e emitido em 8 de Junho de 2013 no Japão. Este programa da TV pode ser visto num *site* de Youtube.

⁵⁵ De acordo com algumas OSCs moçambicanas, uma interpretação similar foi apresentada pelo Ministro da Agricultura já em Junho de 2013.

conclusões óbvias sobre o programa e seus impactos negativos sociais e ambientais no Brasil, dando a impressão que ela conhece o tópico suficientemente bem.

Na realidade, o PRODECER desmatou quase 300.000 ha de bioma do Cerrado, uma área onde existia uma biodiversidade rica, com 7.000 espécies reconhecidas, e altos níveis de endemismo (Klink & Machado, 2005:1), e, também, contribuiu para a poluição das principais bacias hidrográficas brasileiras. Contudo, para Hongo e Hosono e governo japonês, a região do Cerrado é “terra árida” (Hongo & Hosono, 2012; JICA, 30 de Junho de 2009)⁵⁶. Juntamente com outros programas de desenvolvimento levados a cabo pela ditadura militar brasileira (1964-85) no Cerrado, quase 50% do bioma foi “convertido em pastagem e terra arável ocupadas, principalmente, com culturas de rendimento” (IBAMA, 2009:12; Klink & Machado, 2005:1).

Antes do PRODECER, foram implementados pelo governo brasileiro outros programas de desenvolvimento no Cerrado, tais como o PCI, PADAP e POLCENTRO. Estima-se que, no seu conjunto, estes três programas levaram ao desflorestamento de quase 3 milhões de ha no Cerrado (Ferreira Ribeiro, 2002: 266). O PRODECER veio como a última fase na promoção de programas de desenvolvimento de mega-escala do Cerrado.

Programas governamentais de desenvolvimento agrícola do Cerrado

PROGRAMA	CRIAÇÃO	CUSTO (US\$)	ÁREA (ha)	LOCAL (ESTADO)
PCI	1972	32 milhões	111.025	MG
PADAP	1973	200 milhões	60.000	MG
POLOCENTRO	1975	868 milhões	3.000.000	MG, MS, MT, GO
PRODECER I	1979	94 milhões	60.000	MG
PRODECER II	1985	409 milhões	180.000	MT, BA, MG, GO, MS
PRODECER III	1994	66 milhões	80.000	MA, TO
TOTAL	-	1.669 milhões	3.491.025	-

Quadro mostrando os programas governamentais de desenvolvimento da agricultura no Cerrado (Ferreira Ribeiro, 2002:266).

Foi criticado por reproduzir “um modelo económico imposto pelo sistema pós-1964” e a decisão de expandir o PRODECER para o PRODECER II, em 1984, foi considerada um acto de imponderação das mudanças necessárias que estavam a ter lugar na estrutura agrária brasileira (*Diário de Manhã*, 10 de Março de 1984). Os PRODECER I, II e III, acabaram por abrir vastas áreas para apenas 717 famílias de colono⁵⁷, principalmente imigrantes/descendentes japoneses e europeus que viviam no Sul do Brasil, e eram considerados serem “agricultores superiores (capazes de praticar agricultura modernizada)” (Entrevista de Hongo na JICA, 30 de Junho de 2009). Cada família colona, desde logo com algum poder financeiro, recebeu 400 a 500 ha com apoio financeiro adicional, numa altura em que os locais lutavam por obter terra para compensar a distribuição de terra injusta que vinha a ser realizada desde o período colonial.

⁵⁶ É interessante notar que retiraram a palavra “árida” do título da versão em inglês do livro. O título em inglês que eles estão a dar parece ser “Cerrado: Brasil’s Agricultural Revolution as a Model of Sustainable and Inclusive Development” (Hosono, 2013:63). http://jica-ri.jica.go.jp/publication/assets/Scaling%20Up%20South-South%20and%20Triangular%20Cooperation_PartI-Chapter3_JICA-RI.pdf

⁵⁷ Os números são diferentes dos apresentados na site da Campo. Ver nota 17.

A frustração, assim causada, é evidente pelos duros conflitos de terra em toda a região do Cerrado desde 1980 (*Folha de São Paulo*, 1985, em Pessoa, 1988: 181-182). Apesar da pesquisa preparatória da JICA ter revelado isto (JICA, 1983:91), não impediu que a agência continuasse com a distribuição injusta de terra e crédito (assistência). Apesar disso, a JICA expandiu o mesmo esquema para muitos outros Estados, e abriu uma “fronteira agrícola” adjacente à Amazônia.

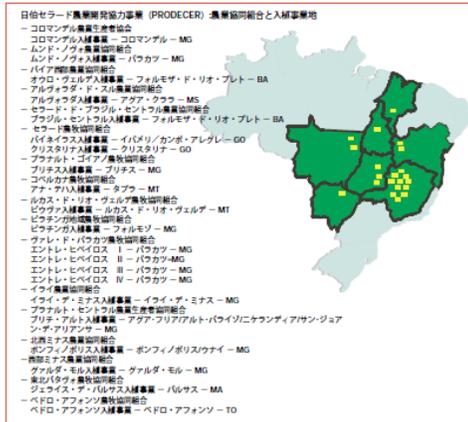


図2 PRODECERによる21開発事業地の位置

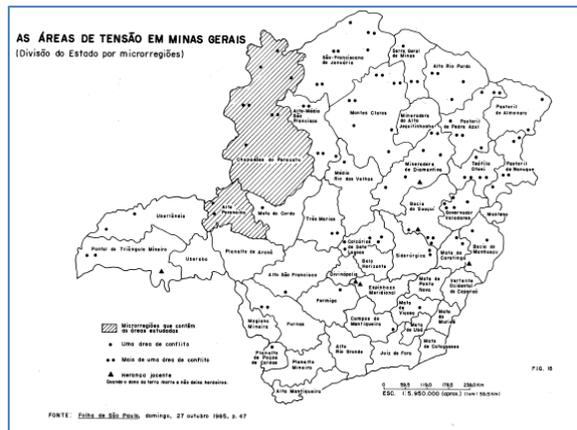


Fonte: IBGE

[Esquerda]: Área-alvo e localização das suas “colônias” do PRODECER (JICA, 2013:7).
 [Direita]: Mapa mostrando o Bioma do Brasil (Schlesinger, 2013b: 7).

Embora o Japão não tenha mostrado vontade em realizar uma análise séria das causas e efeitos de impacto do PRODECER no Cerrado, mesmo agora que passaram 30 anos depois do facto, nos meados dos anos 80, as populações locais, agricultores familiares, e as comissões de terra tinham muito a dizer sobre a distorção das prioridades sociais e desigualdade na distribuição dos benefícios do programa. Num relatório publicado em 1985, a Comissão Pastoral de Terra (CPT) em Minas Gerais reclamou que:

“O PRODECER é totalmente contra a Reforma Agrária. Promove a agricultura mecanizada de grande escala [num país] onde há 12 milhões de famílias sem terra (...) Os *Nikkeis* [descendentes de japoneses] receberam quase 500 ha de terra, embora não haja agricultores [na região] que tenham mais de 5 ha de terra. (...) Os programas desenvolvimento do Cerrado são para [o benefício de] um pequeno número de pessoas que já têm posições [sociais e económicas] vantajosas” (CPT-MG, 1985:29; 33).



Esquerda]: Ilustração (CPT-MG, 1985:39).

[Direita]: Mapa mostrando onde estão a haver conflitos de terra em Minas Gerais (*Folha de São Paulo*, 1985, in Pessoa, 1988:182)⁵⁸.

Reveladoramente, também, estão ausentes reflexões sobre os aspectos sociais do PRODECER nos relatórios da JICA, assim como em trabalhos académicos japoneses, em geral. Uma rara excepção pode ser notada na seguinte observação feita por um antigo jornalista, Tamotsu Aoki, que foi enviado ao Brasil pela JICA para examinar os resultados do PRODECER. Embora o relatório de Aoki se oriente, na sua totalidade, para justificar o programa e realçar a sua profunda importância, ele concede que:

“Do ponto de vista dos agricultores tradicionais de pequena escala, o PRODECER parece ter priorizado os agricultores de grande escala” (JICA, 2001: 23).

Como já mencionado, fiz uma revisão ampla da literatura sobre o PRODECER e, depois de rever inúmeros relatórios da JICA e documentos com fontes primárias, o único vestígio de aceitação por parte da JICA de que o PRODECER teve algum impacto ambiental negativo pode ser observado no relatório preparatório para o ProSAVANA:

“No início do PRODECER, faltavam as considerações ambientais, portanto, nós [na JICA] pensamos ser indispensável criar harmonia entre o desenvolvimento da agricultura e a conservação ambiental” (JICA, 2010: S-27).

No mesmo relatório, contudo, em nenhum lado se menciona quais as “considerações ambientais” se afirmou estarem em falta. O relatório falha ao não mencionar como, exactamente, será atingida a “harmonia entre o desenvolvimento da agricultura e a conservação ambiental” e que tipos de projectos de conservação poderão ser incluídos para realizar esta tarefa “indispensável”.

Ironicamente, o caso de Lucas do Rio Verde, um “município de soja” em Mato Grosso, tem sido, repetidamente, incluído nas apresentações da JICA ou documentos distribuídos sobre o ProSAVANA como “prova” de quão “amigo do ambiente” foi o PRODECER. Como Hosono e Hongo descreve:

“[A] cidade de Lucas do Rio Verde, localizada na região do Cerrado, constitui um exemplo duma acção de preservação ambiental com sucesso. As realizações mais notáveis da cidade incluem, entre outras, a promoção do Cadastro Ambiental Rural (CAR), um programa de registo de terra para agricultura criado usando dados do GPS como parte do seu projecto de ambiente social. Com estes esforços a cidade foi elogiada pelo *Jornal do Brasil*, um dos principais jornais no Brasil, como a cidade com mais realizações amigas do ambiente no país em 2006” (JICA’s News and Topics, 2012).

A realidade no terreno em Lucas do Rio Verde, contudo, apresenta uma imagem muito diferente da cidade amiga do ambiente que Hosono e Hongo dizem ser. Actualmente, cerca de 73% de todo o município (266.000 ha de 364.000 ha) está ocupado por vastas plantações de soja (que, realmente, exigiram extensa desflorestação de modo a trazê-la para a produção) (Schlesinger, 2013a:13). A soja é a principal cultura no município, sendo a maioria da soja produzida com sementes geneticamente modificadas. Na agricultura brasileira, a produção de soja consome muito mais

⁵⁸ Estes materiais foram incluídos no folheto e numa dissertação sobre o PRODECER. Este facto mostra como o PRODECER estava associado a questões relacionada com a Reforma Agrária na sociedade brasileira duranter os anos 80.

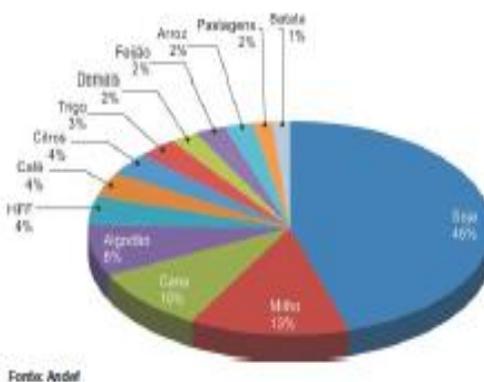
pesticidas que qualquer outra cultura (este sector consome 45% do consumo total), tornando o Brasil o maior consumidor de pesticidas no mundo desde 2008 (*Ibid.*: 21).

De acordo com Danielly Palma, a exposição média dos brasileiros aos pesticidas, ao nível nacional, é de 3,66 litros por pessoa; em Mato Grosso é de 29,8 litros por pessoa, e no caso de Lucas do Rio Verde é de 136,35 litros por pessoa, 37,25 vezes maior exposição que a média nacional (Palma, 2011:19). A lista de pesticidas usados em Lucas do Rio Verde de 2005 a 2009, mostra que os residentes locais e o ambiente, foram expostos a toxinas de alto risco, sendo 40% dos pesticidas listados como sendo “extremamente tóxicos” e 15% como “alarmantemente tóxicos” (*Ibid.*)⁵⁹. De acordo com a documentação publicada pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) em 2012, a poluição da água em Lucas do Rio Verde devido à grande aplicação de pesticidas é tão grave que 83% dos 12 poços que fornecem água potável às escolas locais e 56% das amostras de água da chuva obtidas nos pátios da escola local, estavam contaminados com vários tipos de pesticidas (ABRASCO, 2012:39). A grande utilização de pesticidas e a contaminação ambiental que ela causa, está a afectar a saúde dos residentes locais. Wanderlei Pignati, médico e professor doutorado na Universidade Federal de Mato Grosso, concluiu que 10 em 62 amostras de leite materno obtido de mães locais estava contaminado por pesticidas (*Ibid.*; Schlesinger, 2013a:22).

O domínio da soja em Lucas do Rio Verde



O Brasil é líder mundial no consumo de agrotóxicos, desde 2008



[Esquerda]: Área ocupada por plantações de soja (em cor de laranja) em Lucas do Rio Verde (Schlesinger, 2013a:13).

[Direita]: Utilização de pesticidas por cultura (*Ibid.*:21).

⁵⁹ A análise detalhada do risco destes tipos de pesticidas é apresentada em (Schlesinger 2013b: 49), baseada na sua entrevista e fontes fornecidas por Wanderlei Pignati da Universidade Federal de Mato Grosso.

Tabela 3 - Média anual do consumo de agrotóxicos em litros, com maior utilização entre 2005 a 2009 por tipo de uso, classe toxicológica e forma de aplicação em Lucas do Rio Verde - MT.

Agrotóxico (princípio ativo)	Uso	Classe Toxicológica ¹	Média de consumo anual ²
GLIFOSATO	Herbicida	IV - POUCO TÓXICO	1.261.957
ATRAZINA	Herbicida	III - MEDIANAMENTE TÓXICO	390.061
METAMIDOFÓS	Inseticida	I - EXTREMAMENTE TÓXICO	381.438
ENDOSSULFAM	Inseticida	I - EXTREMAMENTE TÓXICO	216.950
2,4-D	Herbicida	I - EXTREMAMENTE TÓXICO	184.970
DIQUAT	Herbicida	III - MEDIANAMENTE TÓXICO	141.005
S-METACLORO	Herbicida	I - EXTREMAMENTE TÓXICO	87.120
PARATIONA METÍLICA	Inseticida	I - EXTREMAMENTE TÓXICO	77.497
ACEFATO	Inseticida	III - MEDIANAMENTE TÓXICO	73.280
CLORPIRIFÓS	Inseticida	II - ALTAMENTE TÓXICO	47.145
PARAQUATE	Herbicida	I - EXTREMAMENTE TÓXICO	28.643
TRIFLURALINA	Herbicida	III - MEDIANAMENTE TÓXICO	23.094
PERMETRINA	Inseticida	III - MEDIANAMENTE TÓXICO	22.985
CIPERMETRINA	Inseticida	II - ALTAMENTE TÓXICO	19.636
MALATIONA	Inseticida	III - MEDIANAMENTE TÓXICO	11.911
MSMA	Herbicida	III - MEDIANAMENTE TÓXICO	9.860
FIPRONIL	Inseticida	II - ALTAMENTE TÓXICO	8.047
MONOCROTOFOS	Inseticida	I - EXTREMAMENTE TÓXICO	4.792
CARBOFURAN	Inseticida	I - EXTREMAMENTE TÓXICO	3.981
DELTAMETRINA	Inseticida	III - MEDIANAMENTE TÓXICO	1.179
OUTROS	Vários	VÁRIOS	1.333.935
TOTAL GERAL			4.329.486

Fonte: 1 ANVISA (2011); 2 INDEA-MT (2010).

Lista dos pesticidas usados em Lucas do Rio Verde de 2005 a 2009 (Palma, 2011:20).

Dado que estes são factos relativamente bem conhecidos e bem documentados, como é que a JICA não esteve a par deles durante tanto tempo? Será que Hosono e Hongo da JICA, não viram estes aspectos quando visitaram Lucas do Rio Verde em 2012 numa missão para “recolher evidência de Crescimento Verde (JICA’s News and Topics, 2012)? Ou, simplesmente, a JICA optou por omitir tais factos das discussões e relatórios sobre o PRODECER e o desenvolvimento da agricultura no Cerrado? Mesmo depois destes dados serem apresentados por Sergio Schlesinger, economista brasileiro que tem pesquisado e escrito sobre o investimento e cooperação na agricultura brasileira, o desenvolvimento da agricultura no Cerrado e ProSAVANA (Schlesinger, 2012; 2013a; 2013b; 2013c), na sua palestra na universidade japonesa, Hongo da JICA, que esteve presente no evento, refutou acerridamente os factos, insistindo que “pessoas e instituições muito importantes e de prestígio consideraram Lucas do Rio Verde como uma ‘cidade amiga do ambiente’” (Universidade de Sophia, Tóquio, 28 de Maio de 2013).

Porém, as organizações da sociedade civil em Moçambique, Brasil e Japão não estão preocupadas com trinta anos atrás, mas sim com o que veteranos associados à JICA estão a dizer hoje, e como isso tem sido passado para o pessoal mais jovem da JICA no ProSAVANA. Por exemplo, em afirmações como: “a JICA, através do PRODECER realizou projectos relacionados com o ambiente de modo a promover agricultura com conservação (...) ‘Agricultura Familiar do tipo-Cerrado’ baseada em agricultura em grande escala (...). A JICA acredita que é o Japão que pode contribuir para o desenvolvimento inclusivo e ambientalmente amigo” (Kota Sakaguchi, 15 de Novembro de 2012⁶⁰).

A JICA não viu qualquer problema em realçar o “sucesso da ‘agricultura familiar’ do PRODECER” como uma experiência útil para a zona Norte de Moçambique até ser criticada pelas ONGs japonesas na 1ª reunião ONG-MNE sobre o ProSAVANA, realizada em 25 de Janeiro de 2013. A JICA não diferenciou entre “famílias colonas” com 400-500 ha de terra e um sistema de produção

⁶⁰ Palestra na Universidade Meijigakuin, realizada em 15 de Novembro de 2012. Não se sabe se foi pressionado a fazer tal apresentação. Esta tradução directa baseia-se no seu documento distribuído e na acta da sua apresentação preparada pelos organizadores do evento. A sua publicação foi recusada pelo apresentador e, assim, não está disponível ao público.

fortemente mecanizado no Cerrado brasileiro, e os trabalhadores locais e agricultores familiares moçambicanos, a maioria dos quais cultivava menos de 1 ha.

Os quadros a seguir mostram a alta concentração e distribuição desigual na propriedade de terra para agricultura no Brasil, realçando Mato Grosso, o coração da produção de soja, o PRODECER, e Lucas do Rio Verde, respectivamente. No Brasil há 1.744.540 pequenos proprietários (com menos de 10 ha de terra) que, contudo, ocupam apenas 1,4% da terra no país. Em contraste, em Moçambique, 96,4% da terra cultivada é usada por 3.801.259 famílias agricultoras, ou 99,3% do total, cultivando, em média, 1,43 ha, enquanto que há cerca de 884 famílias agricultoras “de grande escala” que ocupam apenas 1,3% de toda a área cultivada ao nível nacional, usando, em média, 84,4 ha, de acordo com o Censo Agrário do INE. Este mesmo número está mencionado no Relatório No.1 do ProSAVANA-PD, escrito por consultores japoneses da JICA (ProSAVANA-PD, Relatório No.1: 2-6).

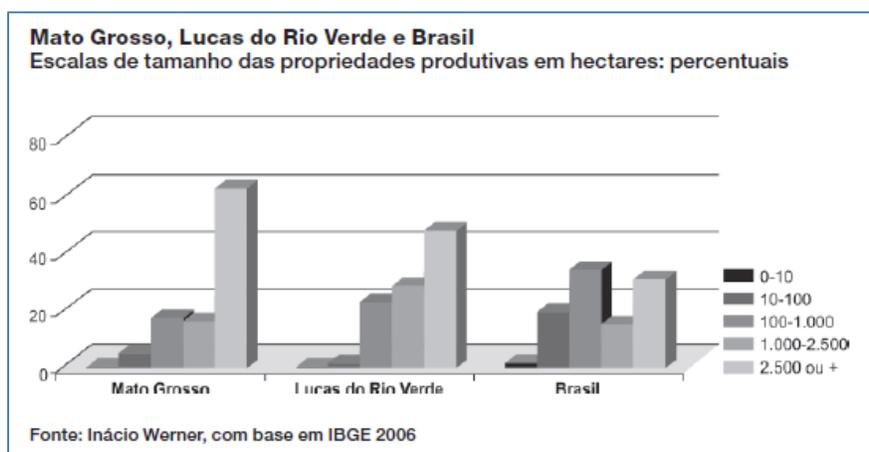


Gráfico representando o tamanho da propriedade dos produtores no Estado de Mato Grosso, Lucas do Rio Verde e Brasil, respectivamente (Inácio Werner usando IBGE 2006, *in* Schlesinger, 2013b:37).

Quadro 6. Estrutura fundiária no Brasil em 2009*

Estratos de área total (ha)	Imóveis		Área Total		Área Média (ha)
	Nº de imóveis	Em %	Em ha	Em %	
Até 10	1.744.540	33,7	8.215.337	1,4	4,7
De 10 a 25	1.316.237	25,4	21.345.232	3,7	16,2
De 25 a 50	814.138	15,7	28.563.707	5	35,1
De 50 a 100	578.783	11,2	40.096.597	7	69,3
De 100 a 500	563.346	10,9	116.156.530	20,3	206,2
De 500 a 1000	85.305	1,6	59.299.370	10,4	695,1
De 1000 a 2000	40.046	0,8	55.269.002	9,7	1.380,10
Mais de 2000	39.250	0,8	242.795.145	42,5	6.185,90
Total	5.181.645	100	571.740.919	100	110,3

Fonte: INCRA. Sistema Nacional de Cadastro Rural (MDA, 2011).

Quadro mostrando a distribuição de terra no Brasil (ABRASCO, 2012:99).

Table 2.2.1 Number of Farm-households and their Cultivated Area in Mozambique

	Small	Medium	Large	Total
Farm-households	3,801,259	25,654	884	3,827,797
(%)	(99.3)	(0.7)	(0.0)	(100.0)
Cultivated area (ha)	5,428,571	130,651	74,628	5,633,850
(%)	(96.4)	(2.3)	(1.3)	(100.0)
Average cultivated area (ha/household)	1.43	5.09	84.4	1.47

Source: Agriculture Census in 2009-2010, INE

Quadro mostrando o número de famílias agricultoras e suas áreas cultivadas em Moçambique (ProSAVANA-PD, Relatório N.º 1, 2013: 2-6).

O quadro a seguir apresenta o número e percentagem de famílias agricultoras em cada província da zona Norte com base nos dados do INE. Pode-se confirmar que a percentagem de pequenos produtores é ainda maior nas três províncias da zona Norte, representando 99,89%, e representam quase metade de todos os pequenos produtores ao nível nacional.

	Pequenos	Médios	Grandes	Total	
Nacional (número)	3.801.259	25.654	841	3.827.754	
Niassa (número)	224.577	568	6	225.151	
Nampula (número)	828.788	819	35	829.642	
Zambézia (número)	828.123	632	47	828.802	
Total das 3 províncias	(número)	1.881.488	2,019	88	1.883.595
	(%)	99,889	0,107	0,004	
Percentagem das famílias agricultoras da 3 províncias ao nível nacional (%)	49,49	7,87	10,46	49	

O quadro mostra o número de famílias agricultoras e suas áreas cultivadas na Zona Norte de Moçambique (elaborado pela autora com base no INE, Censo Agro-Pecuário, 2009-10).

Embora Fingerhann diga implicitamente que os que reconheceram má conduta (no PRODECER) podem melhorar o seu comportamento no futuro (ProSAVANA), o seu pressuposto não é sustentada pelos factos. Claramente, não é correcto nem preciso chamar ao ProSAVANA “uma réplica do PRODECER”, mas, com base nas discussões acima e análise de fontes, pode-se concluir que vários dos iniciadores fundadores e promotores do ProSAVANA pertencem à mesma organização (JICA) e, em alguns casos, são as mesmas pessoas que estiveram envolvidas com o PRODECER que ainda não admitiram qualquer impacto social ou ambiental negativo do PRODECER. Embora tenham passado mais de 30 anos desde o início do PRODECER, muitos dos que estiveram envolvidos no programa (e que estão, agora, envolvidos no ProSAVANA) não parece terem aprendido do passado.

Caso os pesquisadores queiram examinar o argumento mais de perto, mas não conseguem ler japonês, ou não tenham acesso aos arquivos japoneses que utilizei neste trabalho, a autora recomenda ver o documentário na televisão em inglês recentemente produzido pela empresa nacional de TV japonesa, baseado na versão de Hongo e Hosono (2012) e JICA do

desenvolvimento do Cerrado (NHK, 7 de Junho de 2013). O título do documentário – “terra para inovação”⁶¹ – fala por si mesmo.



Imagens de Lucas do Rio Verde mostradas no programa de televisão da NHK sobre o PRODECER e o ProSAVANA: “terra para inovação” (NHK, 7 de Junho de 2013).

Também a site em inglês da JICA (ver o *link* em baixo) fala sobre o ProSAVANA e oferece alguma informação sobre o que significa o slogan “terra para inovação” – mencionando a intenção da agência de trazer “inovação” para Moçambique através do ProSAVANA e transformar a “paisagem” através da agricultura.

⁶¹ Ver NHK World, 7 de Junho de 2013 (<http://www.jibtv.com/programs/405985249/about.html>). Este programa de televisão no canal nacional da TV, em particular, foi realizado com o apoio da JICA como forma de responder à crescente vaga de críticas sobre o desenvolvimento da agricultura no Cerrado, PRODECER e ProSAVANA. Um dos coordenadores principais do programa é Yutaka Hongo.



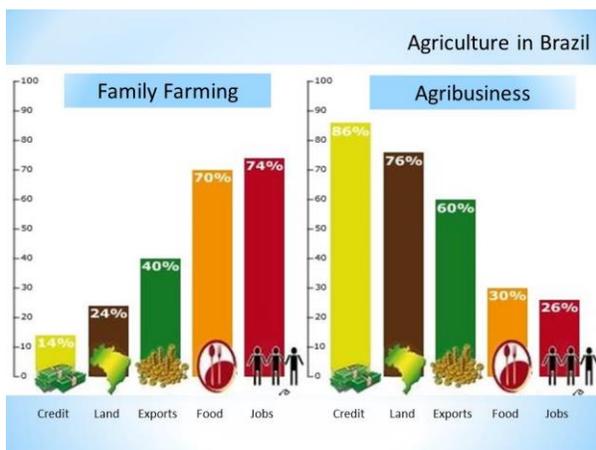
Fonte: site da JICA sobre ProSAVANA⁶²

Interessantemente, a imagem pintada pela JICA coincide com a descrita por Sergio Schlesinger e Augusto Mafigo da UNAC durante as suas apresentações sobre o PRODECER e o ProSAVANA no Japão: “Agricultura sem Agricultores” (Conferência Internacional de OSCs sobre o ProSAVANA, Pré-TICAD V, em Yokohama, 28 de Maio de 2013). De facto, isto é um eco do ponto de vista dos manifestantes locais do Cerrado sobre o PRODECER e as realidades actuais da agricultura no Brasil.



Ilustração mostrando a promoção do PRODECER da “agricultura sem pequenos agricultores” (CPT-MG, 1985: 31).

⁶² http://www.jica.go.jp/english/our_work/thematic_issues/south/project07.html



Atividade	Empregos
Tomate	245
Uva	113
Cebola	52
Mandioca	38
Caju	23
Milho	8
Soja	2

[Esquerda]: Gráfico mostrando a diferença entre agricultura familiar e *agro-negócio*.
 [Direita]: Criação de empregos por cultura por 100 ha (Fundação Seade/Sensor Rural, 2004).
 Ambos os slides são de apresentações feitas por Sergio Schlesinger em 28 de Maio de 2013⁶³.

Sem ser surpreendente, a desflorestação extensa causada pelos PRODECER I, II e III foi também omitida do documentário da NHK, tal como está conspicuamente ausente nos trabalhos /relatórios /declarações de Hongo, Hosono, Sakaguchi e JICA. Em vez disso, e de modo a promover uma imagem mais positiva, o documentário discute o actual sistema de monitoria da desflorestação no Cerrado. O programa projecta, além disso, uma descrição utópica da “coexistência entre agricultores de pequena escala e de grande escala” na região, falhando, contudo, em mencionar alguma coisa sobre os movimentos sociais brasileiros, tais como o MST (Movimento dos Trabalhadores sem Terra) e o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), e suas lutas por terra no Cerrado. Também não há menção às formas pelas quais o PRODECER afectou adversamente a luta pela Reforma Agrária no Cerrado.

c.2) Os Projectos de Rápido Impacto (*Quick Impact Projects - QIPs*) têm em conta os impactos ambientais e sociais?

Um segundo pressuposto (c-2) adoptado por Fingermañ também deve ser examinado. O de que os QIPs têm em conta o impacto ambiental e social e, assim, irão mitigar quaisquer efeitos negativos potenciais. Obviamente, a mitigação de possíveis problemas que possam resultar do programa é da máxima importância e é necessário tomar medidas claramente definidas e transparentes. O Relatório No.2 do ProSAVANA-PD menciona “critérios” para tais considerações ambientais (*Ibid.*:3-8), contudo, como esses critérios serão implementados e monitorados fica obscuro. Também não está claro como, exactamente, o Fundo da Iniciativa de Desenvolvimento do ProSAVANA (*ProSAVANA Development Initiative Fund – PDIF*), que Fingermañ lista como um “QIP”, mas que é listado como “Projecto Piloto” no relatório, irá, realmente “mitigar os possíveis problemas” que possam “envolver pequenos agricultores locais” (Fingermañ, 2013:1). Embora

⁶³ É interessante notar que a soja, a cultura promovida pelo PRODECER, requer o menor número de trabalhadores agrícolas: somente 2 por 100 ha. Esta tendência reflecte a pequena capacidade de criação de emprego da agro-negócio no Brasil (apenas 26%) como mostra o slide (à esquerda). A apresentação está no seguinte site: <http://Moçambiquekaihatsu.blog.fc2.com/blog-entry-36.html>

Fingermann conclua, baseada nas suas entrevistas com actores do ProSAVANA⁶⁴ e a existência de uma declaração encontrada numa única página do Relatório No.2 (3-14), que afirma que os QIPs “têm em conta questões de impacto ambiental e incluem estratégias de incentivo à agricultura familiar” (Fingermann, 2013:1), uma análise detalhada dos mesmos relatórios do ProSAVANA-PD (especialmente o Relatório No.2) dá uma imagem completamente diferente. Vamos, primeiro, tratar do PDIF e, depois, dos QIPs.

O Fundo da Iniciativa de Desenvolvimento do ProSAVANA (ProSAVANA Development Initiative Fund as Pilot Project – PDIF)

O PDIF foi oficialmente lançado em Setembro de 2012, pouco antes do programa ProSAVANA se tornar o tema de intenso criticismo por parte das organizações da sociedade civil. Respondendo às perguntas de ONGs japonesas sobre o PDIF, a JICA não mencionou qualquer objectivo que estivesse relacionado com considerações ambientais. A JICA e o MNE recusaram, também, divulgar publicamente os nomes das empresas de agro-negócio incluídas no PDIF, excepto a IKURU (que a JICA realça uma cooperativa), para as ONGs japonesas, dizendo que tal informação relaciona-se com “privacidade” (resposta da JICA às perguntas de ONGs, Março de 2013). As ONGs japonesas enviaram dois pedidos oficiais de informação ao MNE e à JICA, no quadro do Conselho de Política de ODA, mas até 22 de Julho de 2013, a informação solicitada ainda não foi disponibilizada.

■再質問：①Initiative Fundの予算規模と計画の資料を添付下さい、②一般公募はどのような手法で何について行われたかお教え下さい（その際の公募資料を添付下さい）、③「4つのアグリビジネス企業」の企業名・企業の特徴（国内資本か否か）、④「中規模農業者」とはモザンビーク人のものですか？その名前と同農業者の背景情報を開示下さい。

① 予算規模：75万ドルです。
② 一般公募はナンブラ州で説明会と募集を実施しました。右作業は、融資業務を管理するGAPI（モザンビークの半官半民の金融機関）が行いました。
③、④については、いずれも国内資本です。企業名については、個人情報であり、回答は控えさせていただきます。

Fonte: resposta da JICA às ONGs, para a 3ª reunião ONG-MNE (Abril de 2013).

A relutância da JICA e MNE em partilhar esta informação é difícil de entender, especialmente porque o total de financiamento do PDIF – um total de 750.000 \$US – vem do Fundo Contraparte (*Mikaeri Shikin*), que agrega fundos provenientes da assistência japonesa Alimentar (KR) a Moçambique⁶⁵. Apesar da posição do governo japonês, os nomes das empresas de agro-negócio

⁶⁴ O nome ou afiliação não é indicado.

⁶⁵ Os escândalos relacionados com os Fundos Contraparte (não só em Moçambique como, também, em todos os outros países recipientes) que se caracterizaram, tipicamente, pelo vácuo de transparência, também foram parte da razão para a reforma da ODA em 2001-2002. Dado que estes fundos podiam ser alocados fora dos governos recipientes do Tesouro Nacional (principalmente, governos pró-ocidentais no contexto da era da Guerra Fria), como o dinheiro era realmente usado antes da reforma da ODA não se sabe. No caso das Filipinas, é do conhecimento geral que o regime de Marcos usou os fundos para as suas campanhas de eleição presidencial. Esta assistência monetária escondida a governos pró-ocidentais através dos Fundos Contraparte é um esquema de desenvolvimento, inicialmente, pelo governo dos EUA. O Fundo Contraparte, que acumularam através da assistência alimentada dos EUA ao Japão, ajudaram o governo japonês a estabelecer uma organização paramilitar (que, mais tarde, se tornou no Exército de Auto-Defesa) apesar duma cláusula de limitação contida na Constituição do Japão, e dado que os fundos eram, tecnicamente, alocados fora do Tesouro Nacional, podiam ser evitadas as discussões no parlamento sobre o assunto, em grande parte (Ishikawa, 1999). No caso de Moçambique, depois de uma visita informal e pedido de assistência alimentar de Samora Machel ao governo dos EUA, o governo americano solicitou que o governo japonês oferecesse KR

foram divulgados logo a seguir ao anúncio do PDIF lançado em Setembro de 2012. O Relatório Nº.2 também lista os seguintes detalhes do PDIF, incluindo os nomes das empresas.

Table 3.2.1 PDIF Project Information of 5 Selected Agribusiness Companies

No.	Name of the Company	Project Site		Project Overview	Products	Amount (MT)
		Prov.	District			
1	Lozane Farm	ZA	Alto Molocue	1) Contract farming providing inputs and intensive training on agriculture practice and organizational management. 2) Involvement of more local women (22% of participants). 3) Production of basic seeds (maize and soybean) and vegetables at its own farm	Seed (maize, soybean), Soybean, Vegetables (tomato, carrot, cabbage, onion)	2,500,000
2	IKURU	NA	Monapo, Mogovolas	Full-package of contract farming with written agreement (including the provision of quality seed, tractor service for land preparation, fertilizer, technical extension)	Sesame (Monapo), Groundnuts (Mogovolas)	2,860,000
3	Oruweru Seed Company	NA	Murrupula, Mogovolas	1) Seed production on contract farming with intensive technical extension services, 2) Basic seed production at the own farm	Seeds: maize, groundnut, sesame	2,800,000
4	Matharia Empreendimentos	NA	Ribaue	1) Seed (soybean) production at its own farm (5 Ha), 2) Promotion of soybean production with smallholders 3) Vegetable production with smallholders providing technical support	Soybean, Vegetables (tomato)	1,640,000
5	Santos Agricola	NA	Meconta	1) Contract farming for vegetable production (10 Ha), 2) Vegetable production at the own farm with irrigation system (20 Ha)	Vegetables (tomato, onion, garlic, cabbage, carrot)	1,680,000

NA: Nampula, ZA: Zambesia

Fonte: ProSAVANA-PD, Relatório Nº.2, 2013: 3-9.

Surpreendentemente, enquanto este tipo de informação estava a ser retido em relação às ONGs, ela foi dada aos média japoneses que estava a cobrir as questões relacionadas com o ProSAVANA; a JICA também estava levar pessoal dos média japoneses para visitar alguns locais do projecto ProSAVANA para provar que o programa está a “contribuir para os agricultores de pequena escala” (entrevista da autora com algum média japonês, Abril-Maio de 2013). Quando perguntado sobre quantas visitas foram feitas pelos média japoneses e outros aos locais do projecto, um consultor da JICA confessou que foram feitas “mais de 10” visitas diferentes à mesma exploração perto da cidade de Nampula (entrevista da autora com consultor da JICA, Agosto de 2013).

Embora a JICA apresente aos média e outros visitantes oficiais, este dono de exploração como “um agricultor líder” na região, este dono de exploração não é exactamente um “agricultor”, mas sim um “professor de escola” que não vive num meio rural, mas sim na vila perto, e não cultiva a sua machamba (entrevista da autora com o dono da exploração, Agosto de 2013)⁶⁶. Na verdade, este professor não está a receber apoio directo do projecto-piloto do ProSAVANA. Ele tem um contrato com uma empresa agro-negócio local que é financiada pelo PDIF, e ele compra a sua semente à empresa e vende à empresa o que produz. De acordo com o agricultor, que planeia expandir a sua exploração de 40 ha para 120 ha nos próximos 5 anos, o seu contrato com esta empresa em particular é apenas uma parte do seu negócio, tendo também contratos com outras empresas *agro-negócio* (não relacionadas com o ProSAVANA).

Claramente, este não é o tipo de “pequeno agricultor⁶⁷” que o presidente da JICA indica, agora, como sendo o beneficiário principal do ProSAVANA. Enquanto a JICA pode continuar a defender

e KRII de modo a “suavizar a atitude do presidente em relação ao Ocidente” (o documento telegrafado do MNE foi obtido por uma ONG japonesa, 2KR Network, in 2KR Network, 2005). Ver site a seguir sobre KRII e Fundo Contraparte em Moçambique: <http://www.paw.hi-ho.ne.jp/kr2-net/2kr/>

⁶⁶ Ele não tem DUAT para a sua terra. Uma família portuguesa é que tem, estando ele a alugá-la porque é um “amigo do seu filho”. Ele está preocupado por não ter o DUAT (entrevista da autora, 9 de Agosto de 2013).

⁶⁷ De acordo com a JICA, para o ProSAVANA-PD, usaram a seguinte categorização “interina”: até 10 ha “pequena escala”; até 50 ha “média escala”; e 50 ha “grande escala” (“resposta da JICA”, 25 de Março de

este como o seu objectivo central indicando o facto de que tais operações criam emprego para os pequenos agricultores locais, a maioria dos agricultores que trabalha na terra deste agricultor “líder” são trabalhadores temporários que trabalham apenas na época de trabalho, e que recebe cerca de 70 meticais (2,5 dólares americanos) por dia em salário ou alimentos⁶⁸.

A mesma empresa financiada pelo PDIF está a oferecer um contrato a uma associação de agricultores locais, mas, mesmo depois de entrevistar membros da associação e a esposa do presidente da empresa que nos acompanhou, não está claro o que significa o “apoio aos pequenos agricultores locais” no quadro do esquema do ProSAVANA⁶⁹. No terreno em Moçambique, continua ambíguo o que significa “incluindo os agricultores familiares no ProSAVANA” e parece que pode ser potencialmente distorcido para significar qualquer coisa. Pode, também, ser usado como uma mera forma de falar ou base para propaganda política.

De facto, os agricultores de pequena escala locais no Distrito de Ribaué, que cultivam perto da terra de uma empresa de agro-negócio, a Matharia Empreendimentos, propriedade de uma família portuguesa, sendo “Rui Santos” conhecido localmente, que vive em Maputo e recebe 1.640.000 MT (quase 55.000 dólares americanos) do PDIF, apresentaram uma queixa sobre o ProSAVANA similar à do CPT sobre o PROCEDER.

“Os ProSAVANA vieram aqui, mas estavam à procura dos que tinham grandes machambas e estabeleceram condições⁷⁰. (...) Nós (pequenos agricultores locais) queremos dizer [às pessoas] ao ProSAVANA que não apoiamos aqueles *brancos* que já têm condições e capacidades quando comparados connosco. Em vez disso, deviam apoiar os que não têm capacidade.” (Entrevista das ONGs japonesas, 11 de Agosto de 2013).

De acordo com os agricultores, o dono desta empresa tem um DUAT de 2.800 ha onde as pessoas locais costumavam cultivar. Depois de mais de 20 anos de ausência, ele apareceu na zona e expulsou os agricultores da “sua terra” em 2009/2010, e cercou a machamba (a mesma entrevista)⁷¹.

De modo a captar a escala de 2.800 ha, pode ser útil ver o “certificado de delimitação” (em baixo) de uma comunidade no mesmo distrito que estabelece 1.849 ha de terra como território da comunidade no seu todo.

2013). Contudo, o consultor da JICA confirma isso também com base nas realidades locais, “a categorização deveria ser: até 5ha “pequena”; até 30 ha “média”; e 30ha “grande” (entrevista da autora, Agosto de 2013).

⁶⁸ O professor disse-nos que ele está a contratar 10 homens a tempo inteiro, mas não respondeu se esses trabalhadores têm contratos de trabalho, ou não, não tendo sido possível entrevistar estes trabalhadores.

⁶⁹ Isto será discutido em detalhe em artigos futuros, actualmente em preparação.

⁷⁰ De acordo com um consultor da JICA, dado que o PDIF não é um donativo, mas sim um empréstimo, de modo a torná-lo um fundo com sucesso e sustentável, o GAPI e a JICA seleccionaram empresas com base em documentos que desmonstrassem “capacidade” daquelas empresas, tais como o DUAT e livrete de viaturas.

⁷¹ Ainda falta entrevistar os representantes desta empresa.

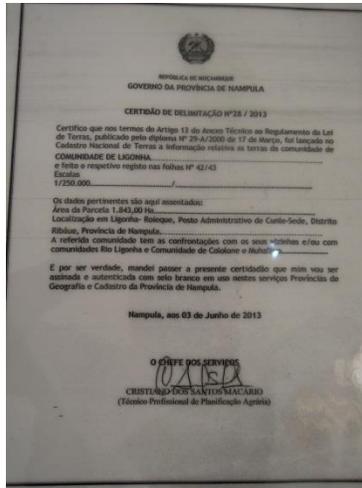


Foto da certidão de delimitação duma comunidade do Distrito de Ribaué (tirada por um pesquisador da ONG japonesa, 11 de Agosto de 2013)

A intenção real da JICA foi tornada muito mais clara na apresentação feita por Eiji Inui, o director da Divisão de África da JICA, em Junho de 2012. Inui foi, também, chefe da delegação japonesa para a “Missão Conjunta [Japão-Brasil] do ProSAVANA a Moçambique” realizada em Abril de 2012. Na sua apresentação, Inui descreve a “visão do futuro” da JICA sobre o desenvolvimento da agricultura em Moçambique como sendo o “estabelecimento de [um] Modelo de Desenvolvimento da Agricultura [promovendo] a coexistência entre os agricultores de pequena escala e de grande escala através do ProSAVANA” (Eiji Inui, 5 de Junho de 2012). Apesar da Missão Conjunta (16-20 Abril de 2012) ter sido realizada no quadro do programa ProSAVANA, durante a sua estadia em Moçambique os delegados visitaram somente plantações comerciais de grande escala, como mostra o seguinte slide apresentado.



Slides da apresentação de Eiji Inui da JICA (5 de Junho de 2012: 18; 12). A fotografia foi tirada numa plantação de soja “gerida por um brasileiro” em Lichinga. *A tradução para inglês foi feita pela autora.

Embora as ONGs japonesas tenham, repetidamente, solicitado ao MNE e JICA para tornar pública esta apresentação, juntamente com outros materiais da JICA que foram usados no seus seminários sobre o ProSAVANA (incluindo os preparados especialmente para investidores japoneses), levou meio ano e quatro reuniões até a JICA concordar, finalmente, em fornecer os materiais de

apresentação, e algumas apresentações ainda não foram divulgadas (até 3 de Set. De 2013). Contudo, mesmo os materiais parciais divulgados confirmam que, até as críticas ao ProSAVANA se tornarem salientes e inegavelmente evidentes, o enfoque principal do ProSAVANA era trazer investimento estrangeiro para o Corredor de Nacala — a atenção e consideração com os agricultores locais era quase inexistente.

De modo a minimizar o impacto da divulgação os seus materiais tão fortemente centrados nos investimentos externos (japoneses) e modelos de produção de grande escala, a JICA anexou a seguinte “explicação” aos materiais das apresentações enviados: “Embora a promoção do investimento seja o enfoque [nestes materiais], a situação de pobreza dos pequenos agricultores foi, também considerada importante desde a fase inicial do programa” (JICA, 11 de Julho de 2013).

1) 民間投資促進がハイライトされていますが、小規模農家の貧困削減についても事業当初から重視しております。本資料は民間企業向け意見交換会用であり、民間投資促進に力点が置かれております。

2) 本説明資料は事業開始当時のものでもあり、当然現地の状況や調査を通じて方針の修正を行ってきております。また、今後の協議プロセスを通じてスケジュールを含めて、マスタープランそのものは現地市民社会の意見を踏まえつつ検討を行っていきます。

Fonte: nota da JICA enviada às ONGs japonesas, 11 de Julho de 2013.

Tal justificação elucidada, ainda mais, a forma em que a JICA vê, realmente, os agricultores locais, mesmo depois de ter repetidas “reuniões” com os agricultores e associações de agricultores, os pequenos agricultores do Corredor de Nacala foram considerados somente como pessoas “pobres”, e não a força motora da agricultura e produção alimentar moçambicana. Esta visão negativa sobre os agricultores locais, que conhecem apenas “meios de produção primitivos” é, repetidamente realçada em muitos documentos da JICA sobre o ProSAVANA, como a autora examinou (Funada-Classen, 2013a; 2013b). Interessantemente, esta atitude da JICA é idêntica à que foi observada pelos agricultores do Cerrado, há 30 anos, como se pode ver na seguinte ilustração desenhada por eles.



Ilustração mostrando 2 japoneses dizendo a um agricultor local “Vamos ensinar-lhe como trabalhar a terra” (CPT-Goiás, 1984:23).

Anatomia dos Projectos Piloto/Rápido Impacto no contexto japonês

O discurso sobre o ProSAVANA por parte dos seus actores oficiais e promotores, particularmente pela JICA, está a mudar constantemente⁷² e, apesar da disponibilidade pública, agora, de relatórios

⁷² Os actores oficiais do ProSAVANA, especialmente da JICA, mudam, constantemente, o objectivo e conteúdos do programa (Funada-Classen, 2013a; 2013b): de “contribuição para a segurança alimentar no mundo e no Japão (JICA, 2009)” e “utilização eficaz da vasta Savana Tropical Africana não cultivada (JICA 2009)” para “aumentar a produtividade da zona do Corredor de Nacala cujo potencial agrícola é alto (JICA

que escaparam sobre o Plano Director, muita informação importante sobre o programa continua por divulgar ou ambígua. Os pedidos de informação feitos pelos agricultores sobre mecanismos claros que protejam o ambiente e os direitos das pessoas no Corredor de Nacala ainda não foram respondidos.

De facto, como critica a “Carta Aberta”, continuar com os projectos enquanto ainda há muito debate sobre o programa e o conteúdo do Plano Director não é conhecido amplamente, é muito problemático. A carta pede “Paragem Urgente”, porque o “[ProSAVANA] já está a ser implementado (...), sem nunca ter sido realizado, discutido publicamente e aprovado o Estudo de Avaliação de Impacto Ambiental”. Considera, também, as “iniciativas” para criar “beneficiários locais” (tais como o PDIF), como um meio de manipulação da sociedade local, criando, realmente, divisões entre os que estão a favor do programa e os que se opõem a ele ou têm sérias dúvidas ou preocupações (“Carta Aberta”, 28 de Maio de 2013).

No contexto japonês, os “projectos piloto” ou projectos de “impacto rápido” têm sido, frequentemente, utilizados antes da implementação final de programas controversos por empresas privadas ou governamentais, e têm sido usados pelo governo como um meio de criar “beneficiários locais (portanto, aliados)” e *fait accompli*. Quando, no passado, o governo japonês introduzia novos programas de desenvolvimento de grande escala ou projectos de infra-estrutura, era frequente surgirem os projectos de “impacto rápido” visando populações/comunidades locais seleccionadas e assegurar que experimentassem os “benefícios” do empreendimento em promoção. Deste modo, o governo central consegue forjar alianças com os governos e políticos locais, e reforçar as relações destes funcionários locais com segmentos da população local identificados como sendo os “beneficiários” do desenvolvimento pretendido. Esta estratégia, muitas vezes, ajusta-se favoravelmente ao contexto político local, ao preparar o terreno para eleições. Esses “projectos-piloto” ou projectos de “impacto rápido” são especialmente utilizados na fase inicial de projectos de desenvolvimento de grande escala e empreendimentos polémicos, tais como a construção de estações de energia nuclear, barragens e estradas. O governo central utiliza estes projectos numa tentativa de trazer “beneficiários rápidos e visíveis” para as comunidades locais antes de implementar completamente o empreendimento.

Frequentemente, isto leva à fragmentação social, ao criar divisões entre os residentes locais sobre o desenvolvimento proposto, visivelmente colocando os “pró” e os “contra” uns contra os outros, e, na realidade, tentando excluir da discussão os que questionam o empreendimento. Uma vez os benefícios iniciais dos projectos de impacto rápido serem sentidos entre um certo número de locais, consegue-se, mais facilmente, a marginalização dos que se opõem, protestam ou, simplesmente, levantam questões sobre o empreendimento. As pessoas que se opõem são, muitas vezes, acusadas de “manchar a reputação da comunidade”, “reduzir os lucros que as comunidades podem receber”, “afugentar boas intenções pelo seu criticismo”, e “ter interesses e agendas políticas escondidos”. Por outro lado, os que já vêem os “benefícios” dos projectos de “impacto rápido” são trazidos para a ribalta para falar publicamente sobre esses benefícios e justificar o desenvolvimento perante os média ou parlamentares que podem suspeitar de problemas ou estar cépticos sobre o empreendimento proposto. Os apoiantes e promotores destes empreendimentos realçam, muitas vezes, que “o governo local acolhe o empreendimento”, que “há residentes que o apoiam” e que “as críticas vêm apenas de um pequeno círculo de pessoas que não representam a sociedade” no seu todo.

2011)” e “procurar a coexistência entre os agricultores de pequena escala e os agricultores de grande escala (JICA, 2010; A Apresentação de Inui da JICA, Junho de 2012)”. Depois de ter enfrentado críticas consideráveis, o objectivo foi mudado para “aumentar o rendimento dos pequenos agricultores” mas “através de investimento” (Presidente da JICA, 2013).

No Japão, os resultados de empreendimentos de desenvolvimento de grande escala precedidos por “projectos-piloto/impacto rápido” têm sido, tipicamente: falha de qualquer exame independente do impacto social e ambiental do empreendimento a ser implementado; uma falta de transparência e prestação de contas evidente durante todo o processo de implementação; criação de condições favoráveis para corrupção, servindo apenas os interesses dum círculo limitado de pessoas que apoiam o empreendimento; fragmentação e divisão graves dentro e entre as comunidades locais; dependência de fundos vindos de fora das comunidades; e negligência das iniciativas concebidas e apoiadas localmente e alternativas para resolver problemas locais e regionais. Todos estes elementos contribuíram, de alguma forma, para a ocorrência devastadora em Fukushima em 2011. Uma tendência similar ocorreu, também, com o PRODECER e está, agora, a ocorrer com o ProSAVANA.

No caso do ProSAVANA, declarações como “há organizações a favor do programa” e “objecção vinda, apenas, de um número limitado de pessoas e grupos locais” têm sido repetidas várias vezes por representantes da JICA. Esta tendência foi, primeiro, observada durante a palestra dada por Sakaguchi, um membro da equipe do ProSAVANA da JICA em Novembro de 2012. Na palestra, Sakaguchi oferece a resposta da JICA à declaração da UNAC sobre o ProSAVANA feita em Outubro de 2012. De acordo com ele:

“A JICA considera que a declaração da UNAC é um resultado do seu mal-entendido [do ProSAVANA] devido à falta de distribuição de informação. (...) Entre aqueles [com quem] dialogamos, temos construído um relacionamento muito bom” (Kota Sakaguchi, 15 de Novembro de 2012).

<ul style="list-style-type: none"> ■ IKURU (ナンブラ州にある農民組織) ・2012年より具体的な連携事業開始。 ■ ALIMU (ニアッサ州にある農民組織) ・積極的に連携を模索。 ■ UNAC (モザンビーク小規模農民連合) ・セラード開発批判、実施方法批判、ランドグラブの危惧表明を含む声明文を公表 ・優先は国内消費のための小農生産による食糧生産であるべきという主張 ←情報伝達不足により誤解が生じている
--

Fonte: notas distribuídas de Kota Sakaguchi, 15 de Novembro de 2012: 10.

Desde a palestra de Sakaguchi, a expressão “mal-entendido (*gokai*)” tem sido usada, frequentemente, por pessoal da JICA envolvido no ProSAVANA quando conversam entre si ou com as OSCs japonesas, parlamentares e mídia nacional e internacional. Depois de receber a “Carta Aberta” em Maio de 2013, por exemplo, a JICA usou, de novo, aquela expressão ao fazer comentários para os mídia, mas, desta vez, referindo-se ao conteúdo da carta (*Globalpost*, e de Junho de 2013; *Southern Times*, 10 de Junho de 2013⁷³). Respondendo num tom forte à carta, o representante da JICA disse “há projectos em curso e pessoas que esperam receber (benefícios como parta do programa), por isso, não podemos parar” (JICA, 28, 30 de Maio de 2013⁷⁴).

⁷³ *Globalpost* (3 de Junho de 2013) "Cresce a preocupação sobre o plano de desenvolvimento da agriculture em Moçambique" (<http://www.globalpost.com/dispatch/news/kyodo-news-international/130603/concern-mounts-over-agriculture-development-plan-mozam>); *Southern Times* (10 de Junho de 2013) “Peasants vs Big Business” (<http://farmlandgrab.org/post/view/22192#sthash.SRgcN6zq.uxfs>)

⁷⁴ Resposta do vice director da Divisão de África da JICA durante a reunião da JICA com o Presidente da UNAC e o Secretário Geral da Plataforma Provincial da Sociedade Civil de Nampula (PPOSC-N) em Tóquio (28 e 30 de Maio de 2013).

“Beneficiários locais” criados pelo PDIF

Quem são esses beneficiários locais com quem a JICA “tem relações muito boas” mencionados por Sakaguchi? (ver também a cópia em cima do slide da apresentação):

“No que se refere às **organizações de agricultores locais, estamos a começar a nossa cooperação com a IKURU. Pensamos que podemos mostrar bons resultados nas fases iniciais.** Actualmente, estamos a tentar estabelecer a nossa cooperação como a ALIMI em Niassa.” (Kota Sakaguchi, 15 de Novembro de 2012).

Desde a sua participação no PDIF, a IKURU tem, repetidamente, sido referida pela JICA como uma “organização de camponeses pró-ProSAVANA”. Interessantemente, a IKURU é, realmente, uma empresa *agro-negócio* registada, cujos accionistas principais são a OXFAM Novib e o GAPI⁷⁵ – detendo cada um 45% das acções da empresa, enquanto as acções detidas pelos agricultores locais limita-se a 10 % (site da IKURU⁷⁶). De acordo com o consultor da JICA encarregue do PDIF, a IKURU foi, originalmente, estabelecida para apoiar os esforços de produção dos agricultores locais e prestar assistência na comercialização dos seus produtos⁷⁷, mas, porque “a Lei das Cooperativas é, praticamente, inexistente em Moçambique, a IKURU foi forçada a registar-se como empresa” (entrevista da autora, 9 de Agosto de 2013). Contudo, o mesmo consultor não tinha qualquer informação sobre a estrutura básica organizacional da empresa que justificaria a afirmação de muito pessoal da JICA – que a IKURU é uma “organização de agricultores” – e que, ao fazê-lo, tenta apresentar a empresa como um exemplo brilhante da representação dos agricultores nos processos de tomada de decisão no ProSAVANA.

De facto, numa entrevista como o Director Geral da IKURU realizada por Naoko Watanabe, funcionária de uma ONG japonesa, o próprio director geral afirmou, claramente, que a “IKURU é uma empresa” (Watanabe, 2013). De acordo com essa mesma entrevista de Watanabe, há 7 assentos na Assembleia Geral da empresa: 1 assento está alocado ao GAPI e outro à OXFAM Novib, os restantes assentos estão atribuídos a 5 agricultores eleitos por 554 diferentes associações de agricultores que juntaram as suas actividades com a IKURU. O actual Director da IKURU é o membro do conselho de administração enviado pelo GAPI e as decisões da empresa podem ser tomadas desde que 2 membros do conselho de administração concordem (Watanabe, 2013).

Considerando que o GAPI, a organização financeira que a JICA admite ser uma entidade semi-governamental, que opera o Fundo da Iniciativa de Desenvolvimento do ProSAVANA, designa o Director Geral da IKURU, então não há problemas responsabilização e de prestação de contas, e como pode a JICA afirmar, credivelmente, que a IKURU é uma “organização de agricultores”? Será que a JICA, simplesmente, não sabe quem é o Director Geral da IKURU?

Contrastando com as afirmações da JICA, nenhuma das associações de agricultores locais e OSCs entrevistadas em Nampula considerou a IKURU como uma “organização de agricultores”, nem mesmo, uma organização “representando agricultores locais” (correspondência e entrevistas da autora, Novembro 2013; Agosto 2013).

⁷⁵ De acordo com o *site*, o GAPI é uma “instituição financeira de desenvolvimento” moçambicana cujo objectivo envolve a “promoção do empreendedorismo nacional”. Ver: <http://www.gapi.co.mz/content/sobre-nos/missao-visao-objectivos.php>

⁷⁶ Ver a seguinte *site* da IKURU. <http://www.ikuru.org/stories.html>

⁷⁷ Isto foi confirmado numa entrevista realizada por um pesquisador de uma ONG japonesa, Naoko Watanabe, ao director geral da IKURU em 12 de Agosto de 2013, conforme o seu relatório (Watanabe, 2013).

Para o seu seminário de alto nível sobre o ProSAVANA, realizado em 2 de Abril de 2013 em Tóquio, a JICA planeava trazer um representante de uma organização de agricultores moçambicana, talvez como um meio para contrapor o impacto da visita do presidente da UNAC ao Japão um mês antes, e solicitou ao Ministério da Agricultura de Moçambique (MINAG) para encontrar um representante “adequado”⁷⁸. Surpreendentemente, não foi escolhido um representante da IKURU, “a organização de agricultores com relações mais estreitas com a JICA” de acordo com a JICA. A organização escolhida pelo MINAG foi a União Provincial de Camponeses de Niassa (UPCN), uma sub-organização da UNAC. Chocado e, claramente, desconfortado com esta escolha, o chefe duma secção da Divisão de África da JICA, Yoshiro Kurashina, afirmou que “não podia dar” o nome da organização representante dos agricultores na área alvo do ProSAVANA que iria estar presente no seminário, nem comentar sobre os seus antecedentes, isto é, até ao dia do seminário, dizendo que “eles [JICA Tóquio] não sabiam” pois a informação não tinha sido recebida pela JICA de Moçambique sobre o assunto (Yoshiro Kurashina, Março 2013).

De acordo com a UPCN, que enviou um representante ao Japão para o seminário, no início de Março, o MINAG solicitou a visita da UPCN ao Japão para participar como União de Agricultores na “Troca de Agricultor para Agricultor”. Contudo, foi revelado que a viagem era com o Ministro da Agricultura, os Governadores das três províncias, os Directores Provinciais do MINAG e outros para “pedir ao governo japonês o financiamento do ProSAVANA”. Surpreendentemente, de acordo com a organização, descobriram grave alteração da apresentação em *power point* preparada por ela, não só de pontos críticos relacionados com o ProSAVANA, mas mesmo o nome da UNAC estava retirado. Acordo com a UPCN, Hongo da JICA e um coordenador do ProSAVANA brasileiro da JICA [Jusimeire Mourão] informaram a organização que tiveram que ajustar ao propósito do seminário (entrevista da autora à UPCN, 25 de Agosto de 2013).

De acordo com representantes de algumas ONGs japonesas, que participaram numa reunião com o representante da UPCN, depois do seminário, quando lhe perguntaram se ele ou a sua organização pertencia à UNAC, Mourão da JICA, que foi designado pela JICA como intérprete oficial do representante da UPCN, negou o facto. Na verdade, Mourão traduziu mal quase tudo que o representante da UPCN explicou sobre a sua visita ao Japão durante a reunião. Por exemplo, explicou (em português) o seu entendimento (descrito em cima) sobre o motivo do MINAG ter escolhido a UNCP para estar na missão; a sua explicação foi traduzida por Jusimeire Mourão do seguinte modo:

“O convite veio do governo [de Moçambique]. Penso (...) porque a nossa União perturbou o nosso governo. Nós, como uma União, temos, repetidamente, apresentado à direcção provincial do MINAG questões tais como “para quem é o ProSAVANA?” e pedido mais clarificações deles. Também participámos em reuniões sobre o ProSAVANA e fizemos muitas perguntas relacionadas com os [impactos do programa nos] pequenos agricultores. Devido a essa intervenção e dúvidas, como pequenos agricultores, penso, a direcção local [a estrutura provincial do MINAG] queria convidar-nos.” (discurso do representante da UPCN da acta informal, de Abril de 2013).

⁷⁸ Esta expressão foi utilizada para significar que o MINAG procura uma organização de agricultores “pró-ProSAVANA”, de acordo com um parlamentar japonês, Michihiro Ishibashi, que chamou a JICA para ter mais informação sobre o assunto (entrevista da autora, Março de 2013). Depois do seminário, Kijima do MNE visitou Ishibashi onde explicou que foi ela própria que pediu ao governo moçambicano para enviar alguém da UNAC, ela repetiu esta versão dos acontecimentos durante a 3ª reunião ONG-MNE/JICA sobre o ProSAVANA, 19 de Abril de 2013).

A tradução para inglês, feita por Mourão, é completamente diferente do que o orador disse realmente às ONGs japonesas. Como se segue:

“Sobre a nossa cooperação e relacionamento com o governo, fomos convidados porque a União queria saber o que é o ProSAVANA, e fez perguntas ao governo. A Direcção Provincial convidou a União desde o início e explicou o desenho do projecto [ProSAVANA]. A União teve, também, reuniões com o governo. É por isso que eu vim aqui. Vim para participar e dizer-vos, isto é, à audiência do Japão, quais as nossas expectativas como pequenos agricultores [sobre o programa]” (extraído e traduzida por a autora da acta informal sem quaisquer correcções, 2 de Abril de 2013).

A UPCN é, não só uma afiliada da UNAC, mas também uma das organizações que assinou a primeira declaração da UNAC condenando o ProSAVANA (UNAC, 11 Outubro de 2013). Porém, toda a informação sobre a afiliação da União na UNAC e os seus pontos de vista críticos e questões sobre o programa ProSAVANA foram completamente omitidos da apresentação original por “dois agentes da JICA” (entrevista da autora à UPCN, 25 de Julho de 2013).

Depois do regresso deste representante do Japão, a forma como as suas declarações e discursos que fez foram mal interpretados e mal apresentados pela JICA, tornou-se do conhecimento geral os agricultores e OSCs da zona Norte de Moçambique. Durante uma reunião de OSCs, realizada em 7 de Agosto de 2013 em Maputo, um representante da Plataforma Provincial da Sociedade Civil de Nampula (PPOSC-N) realçou como este acontecimento gerou (simplesmente, um maior grau de) desconfiança entre as populações rurais e as OCSs no que se refere ao ProSAVANA e seus agentes oficiais. Como ela explica:

“Muitos agricultores e membros da sociedade civil souberam do aconteceu à UPCN. Isto é, enquanto os agricultores se juntavam e discutiam os conteúdos e expressões usadas na “Carta Aberta”, os agricultores insistiam em não retirar do texto quaisquer palavras que eles tinham colocado. [Eles insistiram que nem], mesmo vírgulas [,] e pontos finais [.] poderiam ser mudados. Com medo do que aconteceu ao representante da UPCN poder repetir-se, eles imploraram ao Secretário Geral da plataforma para levar a carta para o Japão [exactamente] como eles disseram e concordaram, e isso foi o que ele fez” (comentário feito pelo representante da PPOSC-N, 7 de Agosto de 2013)⁷⁹.

Os actores oficiais do ProSAVANA, ao ver as dificuldades em criar, realmente, uma organização de agricultores genuína que apoiasse o programa, começaram a sua missão para convencer os pequenos agricultores e organização de agricultores sobre os benefícios do ProSAVANA de modo contrapor a atenção negativa resultante da divulgação da “Carta Aberta” que pedia *É Urgente Parar a “Deter”* do programa. Todos os distritos alvo do ProSAVANA na Província de Niassa foram visitados por alguns agentes do ProSAVANA. Quatro participantes numa dessas reuniões descreveram a reunião como se segue:

“No mês passado, eles [um japonês e alguns funcionários do MINAG] vieram explicar que o ProSAVANA é [um programa] para apoiar os pequenos agricultores locais. Disseram que

⁷⁹ O processo de elaboração da “Carta Aberta” por 23 organizações moçambicanas foi explicado, claramente, nesta reunião. Durante essa reunião, um representante da UNAC, que vive em Nampula e tinha participado numa das reuniões para elaborar a Carta Aberta, apresentou um relato similar do processo de elaboração da Carta Aberta. As observações de dois ministros moçambicanos de que a carta tinha sido escrita por não-moçambicanos foram fortemente criticadas durante esta reunião, especialmente por agricultores e OSCs vindos da zona Norte de Moçambique.

iriam conceder crédito, tractores, sementes melhoradas, e fertilizantes para os “agricultores superiores [os que têm capacidade para produzir bem]” (entrevista da autora, 26 de Julho de 2013).

Quando lhes perguntaram se, durante a reunião, foi mencionada a experiência brasileira e o investimento de *agro-negócio* estrangeiras, os participantes responderam que “não notado quaisquer observações sobre isso”. De acordo com os participantes, estiveram na reunião secretários da FRELIMO, membros da Organização da Juventude Moçambique (OJM) da FRELIMO e membros do município local, portanto, principalmente agricultores pró-FRELIMO que foram trazidos pelo governo local. Eles também confirmaram que a maioria eram homens (entrevista da autora num distrito em Niassa, 26 de Julho de 2013).

Num outro distrito na Província de Niassa, uma líder da associação dos agricultores locais deu a seguinte explicação dessa reunião:

“Em Abril, um *branco* [não-africano, pois pode ser um japonês] com representante do nosso governo, veio explicar que o programa [ProSAVANA] é para dar tractores aos agricultores locais. Disseram-nos para escolher 7 agricultores e para formar um grupo para começar a alugar esses tractores, por isso, durante a reunião, começámos as nossas discussões sobre a formação de grupos” (entrevista da autora, 12 de Agosto de 2013).

De acordo com um representante do GAPI, neste mesmo distrito: “Embora tenham mencionado tractores durante a explicação do ProSAVANA [na reunião], estes tractores são parte do Fundo de Desenvolvimento Agrícola, um esquema nacional, não relacionado com o ProSAVANA. Ambos os lados [agentes do ProSAVANA e governo], aproveitaram-se desta reunião” (Entrevista com o representante do GAPI num distrito em Niassa, 12 de Agosto de 2013).

Depois da “Carta Aberta”, parece que um dos objectivos principais da missão da JICA à zona Norte de Moçambique, foi lançar uma segunda ronda do PDIF. De acordo com um consultor da JICA, a segunda ronda de solicitação de propostas começou em fins de Junho e fechou em 15 de Julho (entrevista da autora no gabinete do ProSAVANA DPA, 9 de Agosto de 2013). Desta vez, foi necessária uma ‘cooperativa de agricultores genuínos’.

A JICA procurou uma cooperativa propriedade de agricultores na Província de Niassa, visitando-se em Junho de 2013. De acordo com o presidente da cooperativa e seu pessoal, os representantes do ProSAVANA da JICA explicaram que o ProSAVANA foi rejeitado pelas organizações da sociedade civil, especialmente pela UNAC, porque estas organizações não tinha informação clara sobre o programa. Contudo, os representantes da JICA asseguraram que as questões de governação relacionadas com o ProSAVANA serão melhoradas dizendo que, apesar de tudo, o ProSAVANA é um programa para aumentar a capacidade de produção dos agricultores para produzirem melhor e trazer novas tecnologias para aumentar a produtividade (entrevista da autora com a cooperativa, 12 de Agosto de 2013). Os representantes do ProSAVANA explicaram, também, que estavam a lançar um ‘fundo de apoio aos produtores locais’ e pediu a participação da cooperativa. Como estava à procura de financiamento urgente já há algum tempo e procurava todas as opções disponíveis, a cooperativa submeteu uma proposta como solicitado. Mas o presidente da cooperativa realçou que a sua organização não estava totalmente a par de tudo que envolve o ProSAVANA, somente do programa de empréstimo que lhe foi apresentado (entrevista da autora, 12 de Agosto de 2013⁸⁰).

⁸⁰ A proposta desta coopertativa ao PDIF foi aceite pelo GAPI, mas eles retiraram a sua proposta (contacto posterior da autora com a cooperativa, 25 de Setembro de 2013).

De modo similar, o director geral da IKURU também mencionou que “Nós [IKURU] ouvimos falar do ProSAVANA, mas não sabemos o que pensar sobre [ele]. As críticas são, por vezes, sobre questões de terra e, outras vezes, sobre sementes. Com ou sem ProSAVANA, nós apenas continuamos com as nossas relações com os agricultores locais” (Watanabe, 2013).

Um membro da UPCN e um funcionário do governo local na Província de Niassa, reconhecem que houve uma mudança importante na forma como os promotores do ProSAVANA tentam ganhar os agricultores. Descrevem esta mudança como se segue:

“O ProSAVANA costuma ser café, amargo de engolir, agora, tornou-se chocolate, muito doce” (entrevista da autora à UPCN, 2 de Agosto de 2013).

“[O ProSAVANA e investimento, explica ele], são como o namoro ou lobolo antes do casamento. De modo a obter acordo, [o futuro noivo e sua família] prometem tudo. Mas, uma vez obtido o acordo, já sabe (...)” (entrevista da autora numa direcção distrital do MINAG, Julho 2013).

O projecto-piloto PDIF replica, de muitas maneiras, estratégias similares (descritas anteriormente neste documento) que são normalmente utilizadas no Japão por empresas governamentais japonesas de modo a ‘ganhar’ o apoio dos locais para projectos de desenvolvimento contraditórios. O PDIF, neste sentido, pode também ser visto como um meio para o ProSAVANA criar “beneficiários locais” que, mais tarde, podem tornar-se actores potencialmente favoráveis ao programa – uma amostra da população local a cantar louvores do ProSAVANA.

Foi usada uma estratégia similar durante o estabelecimento do PRODECER no Brasil nos anos 80, que, de acordo com Frei Rodrigo Peret, um coordenador da Animação Pastoral e Social do Meio Rural (APR)⁸¹ do Brasil, contribuiu para a “exclusão” dos camponeses locais. Como vimos antes, o mesmo cenário – caracterizado pela necessidade de criar, rapidamente, beneficiários locais – também teve lugar “depois” da divulgação da “Carta Aberta” em 28 de Maio de 2013; as OSCs moçambicanas ainda estão à espera de uma resposta oficial à sua Carta por parte dos três governos. Além disso, quando um grupo de ONGs japonesas perguntou, em 22 de Julho de 2013, sobre se a JICA tinha lançado a segunda ronda do PDIF, Shinjiro Amameishi da Divisão de Desenvolvimento Rural da JICA, que está encarregue de assuntos relacionados com o ProSAVANA em Tóquio, negou o facto.

É interessante que o Embaixador japonês em Moçambique, Eiji Hashimoto, não estava a par desta segunda ronda do PDIF, mencionando, numa conversa com a autora, que tal cenário “é impossível dado que a responsabilidade do Fundo de Contraparte pertence à nossa embaixada”. Hashimoto disse ainda que “Nós estamos também no processo de reconsiderar a metodologia de participação das organizações da sociedade civil locais e, a meio desta revisão, não podemos realizar tal acto” (entrevista da autora ao embaixador, 16 de Agosto de 2013). Contudo, depois de consultar o gabinete local da JICA em Maputo e outros, a embaixada voltou para explicar que, embora não estivesse a par do facto, “a segunda ronda parece ter sido determinada durante a primeira ronda” (correspondência da embaixada japonesa em Moçambique, 26 de Agosto de 2013).

⁸¹ Frei Rodrigo Peret, “PRODECER: Transformação e Exclusão”, numa *newsletter* (boletim informativo) da APR do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. (a data exacta da publicação não é conhecida, mas é provável que a newsletter tenha sido publicada nos anos 90).

Projectos do ProSAVANA implementados?

Como evidenciado pelas afirmações acima do embaixador, a ansiedade de alguns actores da JICA para criar “beneficiários locais” através do PDIF está em forte contradição com o que outras partes envolvidas japonesas têm estado a dizer. Ao tentar afastar ainda mais as críticas ao ProSAVANA, a JICA continua a mencionar que a implementação do programa ainda não começou dado que o Plano Director está ainda a ser preparado (3^a, 4^a e 5^a reuniões ONG-MNE/JICA em Tóquio, Abril-Julho de 2013).

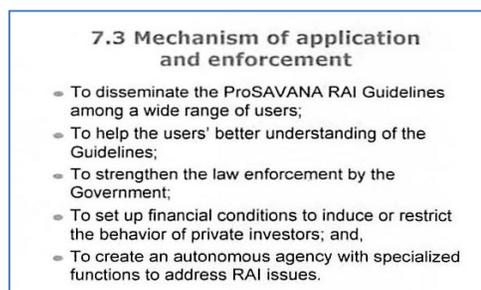
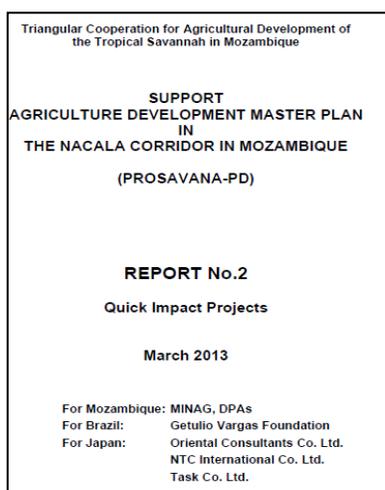
Respondendo à questão levantada por uma ONG japonesa que no Relatório No.2, afirma-se que alguns QIPs já foram realizados, Amameishi da JICA declarou que: “Nenhuns QIPs foram implementados. Essa questão está a ser discutida [internamente]. É verdade que [o relatório] inclui projectos em curso, mas a expressão [usada no relatório] não foi adequada. Actualmente, estamos a reconsiderar os QIPs.” Respondendo a outra questão colocada por outra ONG de o relatório mencionar, claramente, que um projecto-piloto já foi implementado, “É verdade que um projecto-piloto [PDIF] começou. Como reflectir isto no Plano Director está, ainda, em discussão” (Shinjiro Amameishi, 4^a reunião ONG-MNE realizada em Tóquio, 10 de Maio de 2013). Yoshiko Kijima do MNE também confirmou, durante a mesma reunião: “Para o MNE, os QIPs não foram lançados, nem materializados. Foram somente listadas algumas ideias” (Yoshiko Kijima, 10 de Maio de 2013).

Parece que o pessoal da JICA e funcionários do MNE em Tóquio, estão a tentar ultrapassar a contradição, diferenciando Projecto de Impacto Rápido (*Quick Impact Project*) de Projecto-piloto (*Pilot Project*) tal como o PDIF, estando, agora, o primeiro a ser “reconsiderado” e o último a ser usado para a criação de “beneficiários locais” para contrabalançar as crescentes críticas locais.

Exame dos relatórios do ProSAVANA-PD escapados

Vamos agora examinar mais detalhadamente os QIPs delineados no Relatório No.2 do ProSAVANA-PD. O Relatório, agora amplamente disponível no *site* da ONG internacional, GRAIN, foi preparado por agências de consultores brasileiras e japonesas contratadas para o ProSAVANA-PD (Plano Director do Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura). É uma das três principais actividades do ProSAVANA datado de Março de 2013⁸². O subtítulo do relatório é “Quick Impact Projects”, mas como o próprio relatório explica, o seu objectivo é "**elaborar um plano global (esboço) para o desenvolvimento da agricultura no Corredor de Nacala**" (Relatório No.2, 2013:1-3). Assim, não é "apenas um relatório", é também um documento que estabelece o enquadramento do Plano Director, e endossado pelo Ministério da Agricultura moçambicano (como pode ser visto na capa).

⁸² Os Relatórios No.1 e No.2 que escaparam estão disponíveis no seguinte site: <http://farmlandgrab.org/post/view/21996>



[Esquerda]:Capa frontal do Relatório No.2, 2013 que escapou do ProSAVANA-PD.

[Direita]: A apresentação em *power point* apresentada pelo MINAG baseada no Relatório No.2⁸³.

*Esta informação que aparece nestes documentos é idêntica.

A JICA admitiu que as apresentações feitas pelo MINAG em reuniões com partes interessadas do ProSAVANA em Maputo e Nampula em Março e pela JICA numa reunião ONG-MNE em Tóquio, em Abril de 2013, basearam-se no Relatório No.2⁸⁴. Não há razão qualquer para ignorar o documento.

O quadro a seguir é baseado na informação fornecida no Relatório N.º. 2, e mostra o calendário para a elaboração do Plano Director do ProSAVANA.

Data de divulgação	Relatório s/MP	Tópico (Subtítulos)	Resultados esperados	Principais actividades
Maio de 2013*	Relatório No.1*	Imagem Global do Plano de Desenvolvimento	【Resultado 1】 Recolha de dados e análise da informação	(*ver documento original.)
Meados de Março 2013	Relatório No. 2	Quick Impact Projects (Apoio à 2a reunião de partes)	【Resultado 2】 Esboço dum Imagem Global	2-1 Elaboração dum plano global (esboço) do desenvolvimento da agricultura no Corredor de Nacala

⁸³ O *power point* foi usado na 3ª reunião de partes interessados em Moçambique,tendo, também sido obtido por ONGs japonesas durante a 3ª reunião ONG-MNE em Tóquio, após várias discussões sobre a importância da partilha de informação para transparência e responsabilização.

⁸⁴ Esta confirmação foi feita por Shinjiro Amameishi da JICA durante a 3ª reunião ONG-MNE (19 de Abril de 2013).

		interessadas)	【Resultado 3】 Planeamento dos Quick Impact Projects (QIPs)	3-1 Caracterização de áreas seleccionadas com potencial para o desenvolvimento da agricultura com base no levantamento básico 3-2 Formulação de QIPs e efeitos imediatos esperados para as áreas alvo 3-3 Priorização de QIPs 3-4 Início de acções para atrair investidores para a implementação dos QIPs prioritizados
Preparação de um draft Meados de Agosto de 2013	Relatório No.3:	Draft do Relatório Final e Brochura com Dados (<i>Data Book</i>) de Investimento (Apoio à 3ª reunião das partes interessadas)	【Resultado 4】 Compromisso estímulo das partes interessadas focalizando na promoção do investimento	- Avaliação do impacto ambiental para os projectos de desenvolvimento. Apoiar a formulação de plano de reassentamento, se necessário para os QIPs 4-1 Elaboração e apresentação de <i>Data Book</i> para investidores privados 4-2 Realização de seminários e workshops para as partes interessadas
			Relatório final e <i>Data Book</i> para investimento	Finalização do Plano Director de Desenvolvimento da Agricultura para o Corredor de Nacala
Outubro de 2013	Final Relatório	Preparação do Relatório final		Preparação do Relatório Final do Plano Director e do <i>Data Book</i> para Investidores

Informação extraída do Quadro 1.3.1 “âmbito do Estudo” no Relatório Nº. 2: 1-3. Elaborado pela autora. *De acordo com o texto original, o “Relatório Nº.1 (draft) foi preparado em 2012” e “a versão final estará preparada em Maio de 2013.”

Se a GRAIN não tivesse obtido estes relatórios e tornando-os publicamente disponíveis no seu *site*, os agricultores, organizações da sociedade civil e pesquisadores moçambicanos teriam continuado a não ter absolutamente qualquer ideia sobre o conteúdo do Plano Director, até mesmo agora (Julho de 2013). Os actores oficiais envolvidos no ProSAVANA e os responsáveis por escrever estes relatórios, eram contra a sua divulgação pública. E ainda são.

Durante a 3ª reunião das partes interessadas em Maputo, Março de 2013, os actores ProSAVANA prometeram mostrar apenas um "draft final" dos documentos, alguns meses antes de sua finalização oficial. O que foi oferecido aos grupos da sociedade civil e cidadãos interessados moçambicanos e

pesquisadores durante a reunião foi mais uma apresentação rápida, que ofereceu uma vaga descrição do programa e do Plano Director (correspondência da autora com os participantes da reunião de Maputo, incluindo um representante de uma organização doadora, Março-Abril de 2013). Dado que o ProSAVANA é sobre a vida, a terra e o futuro da sociedade moçambicana, porque é que os agricultores e organizações da sociedade civil moçambicanos têm que esperar até o "último minuto" para saber mais sobre os detalhes do Plano Director, em que momento será, provavelmente, muito tarde para mudar sua estrutura e conteúdos?

De acordo com os participantes da 3ª reunião das partes interessadas em Maputo, muitas perguntas e críticas foram levantadas pelas OSCs moçambicanas. No entanto, de acordo com uma OSC que participou da reunião, essas perguntas não foram respondidas devido à "falta de tempo". Ainda assim, reuniões com partes interessadas, como estas, são usadas, mais tarde, pelos promotores do ProSAVANA como "evidência da participação" das ONGs/ OSCs no desenho e processo de desenvolvimento do ProSAVANA. Curiosamente, como se pode observar na tabela seguinte do Relatório No. 2, as "ONGs" estão incluídas na mesma categoria dos "doadores" como partes interessadas

Table 5.3.2 Number of Participants in the Stakeholder Meetings

Round	1 st meetings (April 2012)				2 nd meetings (November 2012)		3 rd meetings (March 2013)	
	Inception Report				Interim Report 2		QIP Report	
Material								
Place	Nampula	Lichinga	Quelimane	Alto Molocue	Nampula	Maputo	Nampula	Maputo
Farmer	2	0	0	8	4	0		
Private enterprise	10	9	2	2	6	8		
Public organization	28	28	6	7	28	22		
NGO and Donor	3	5	0	4	3	10		
Unknown	3	1	2	12	0	0		
Sub-Total	46	43	10	33	41	40		
Grand Total	132				81			

Source: Study Team

* Members and staffs of the study teams are not counted.

Fonte: ProSAVANA-PD, Relatório No.2, 2013: 5-10.

A identidade dos actores e grupos que estiveram realmente presentes nestas reuniões, permanece obscura dado que a "participação" é indicada apenas pelo número, ao invés de pelo nome, e quaisquer questões ou sugestões que foram feitas durante as reuniões, não são mencionadas em qualquer lugar do Relatório. Como já discutido em trabalho anterior, as organizações que participaram da 2ª reunião das partes interessadas em Nampula, também levantou muitas perguntas e críticas sobre o programa, mas não foram incluídas (correspondência da autora com organizações da sociedade civil locais, Novembro - Dezembro de 2012).

É somente graças a estes relatórios que "escaparam" que os agricultores, OSCs moçambicanas e académicos, têm agora uma melhor compreensão dos conteúdos ProSAVANA e seu Plano Director, e, assim, agora estão mais capazes de discutir o programa de forma mais eficaz e numa posição mais igual com o actores oficiais do ProSAVANA. Por que é que esta situação não foi criada há muito tempo? Porque os actores do ProSAVANA querem reter esses relatórios até ao último momento, mesmo que tenha havido tanta discussão por parte das autoridades sobre a necessidade da "participação" dos agricultores e das OSCs moçambicanas no programa? Dada a dimensão e grau de exclusão dos agricultores locais e das OSCs das discussões e a elaboração de ProSAVANA -PD, é difícil imaginar como os actores do ProSAVANA e do Plano Director que eles criaram, irá garantir a protecção dos direitos dos agricultores na zona Norte de Moçambique.

2.3. Análise dos Relatórios N.º.1 e N.º.2 “escapados”

Recentemente, três académicos japoneses, com Ph.D. em agronomia e com muitos anos de experiência pesquisando áreas rurais em África, juntamente com a autora e vários consultores de desenvolvimento, realizaram uma análise detalhada dos Relatórios N.º.1 e N.º.2 (“Expats Analysis”, 2013). O resultado desta análise foi muito semelhante às conclusões apresentadas no “Declaração Conjunta” das OSCs Moçambicanas do e foi compartilhada na 4ª reunião ONG-MNE em 9 de Abril de 2013⁸⁵.

Após uma análise cuidadosa e profunda destes relatórios, especialmente Relatório N.º.2, tornou-se evidente que a intenção subjacente dos autores para o ProSAVANA é realmente, explorar (ou “desenvolver”), os recursos (terra, trabalho, água, floresta, e infra-estrutura) da zona Norte de Moçambique no interesse do agronegócio e promover investimentos estrangeiros na terra. Esta intenção subjacente pode ser especialmente observada quando se consideram os seguintes três pontos: (a) **a expansão da área alvo original para além do Corredor de Nacala e mais categorias de zonamento**, (b) **a ênfase colocada na demarcação clara da terra dos agricultores locais ao “combater a agricultura itinerante” e estabelecer “DUATs”⁸⁶**; e (c) **a tentativa de implementar princípios sem força (‘desdentados’) e ineficazes de gestão da terra (PRAI)**.

2.3.1. Expansão da área alvo original para além do Corredor de Nacala para brasileiros

Desde os seus primórdios, se está a dizer que o ProSAVANA é “um programa para a área ao longo do Corredor de Nacala”. A ideia do programa baseava-se, em grande parte, na alegação de que a zona Norte de Moçambique e o Cerrado Brasileiro partilham características agronómicas semelhantes. A realidade, contudo, é que as duas respectivas regiões apresentam diferenças muito grandes. O relatório final da pesquisa preparatória para o ProSAVANA conduzida por consultores da JICA de Setembro de 2009 a Março de 2010, reconhece, de forma inequívoca, este facto. As propostas escritas pela EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária⁸⁷), com base nas suas próprias pesquisas, foram incluídas na conclusão do relatório. Resumo das constatações da EMBRAPA revela:

“A ‘pesquisa preparatória’ foi feita ao longo da EN13 (estrada nacional), em partes das províncias de Nampula, Niassa e Zambézia. No entanto, nestas áreas (1) **não há terras onde a agricultura em larga escala pode ser desenvolvida**, (2) **não há terra semelhante ao Cerrado**, excepto a terra que já está a ser utilizada por pequenos agricultores familiares que produzem culturas comerciais na zona Sudeste da EN13” (EMBRAPA 2010, *in* JICA, 2010: S-23).

3. 一方、ブラジル側（EMBRAPA）は独自の調査結果をも踏まえて、ナカラ回廊地域の農業開発について、調査の最終段階で以下の提言をした。

1) 今回の「準備調査」は、国道13号線沿いに、ナンブーラ州並びにニアサ州およびザンベジア州の一部を調査対象地域とした。しかしながら、この地域には、①大規模農業を展開する農地はない、②この地域には（国道13号線南東部で実施されている商品作物を生産する小規模農家を除き）セラード類似の土地は存在しない。

Fonte: EMBRAPA 2010, *in* JICA, 2010: S-23.

⁸⁵ O resultado da análise está publicado no seguinte site. <http://Moçambiquekaiatsu.blog.fc2.com/blog-entry-24.html>

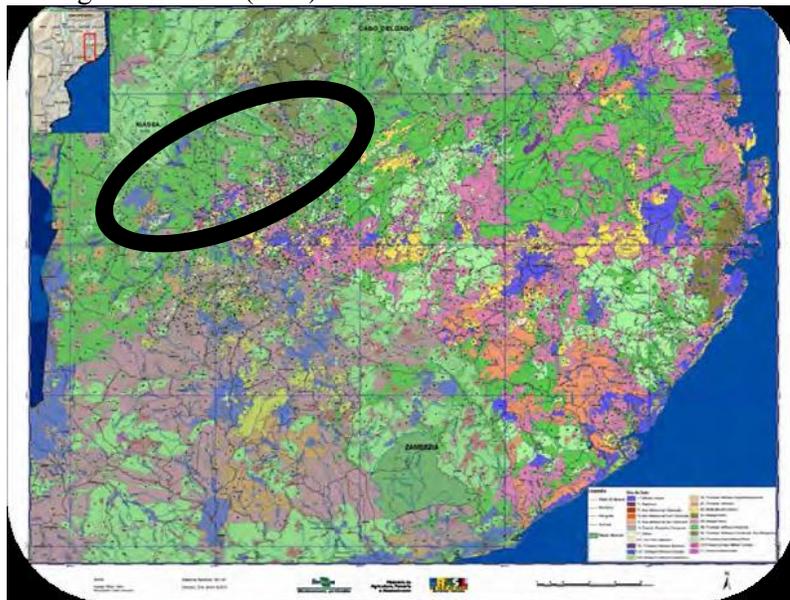
⁸⁶ DUAT significa Direito de Uso e Aproveitamento da Terra.

⁸⁷ EMBRAPA foi uma organização importante para a implementação do PRODECER (Hongo & Hosono, 2012), e desempenha um papel importante para a promoção do ProSAVANA. <http://www.embrapa.br/>

De acordo com a EMBRAPA, esses factos deixam **dois desafios na busca do desenvolvimento da agricultura orientado para o mercado** nestas áreas. Estes desafios são: (a) **introdução de tecnologia agrícola comercial** (...), e (b) que a produção por médios e **pequenos agricultores locais teria que continuar a ser mais importante (por um tempo) e deveria ser melhorada** (*Ibid.*).

Como as constatações acima confirmam, o pressuposto inicial adoptado pelos planeadores do ProSAVANA, especialmente pela JICA, ao enfatizar as "semelhanças" entre o Corredor de Nacala em Moçambique e o Cerrado do Brasil, foi, inteiramente, baseado em falsas premissas. O resumo acima das constatações da EMBRAPA mostra, também, claramente que o seu interesse principal no ProSAVANA, era encontrar terra arável em que se pudesse desenvolver "agricultura orientada para o mercado" em grande escala. Na sequência das suas constatações, a EMBRAPA apresentou a seguinte recomendação, explicando que:

“[a] equipe de pesquisa da EMBRAPA (...) **confirmou a existência de uma área de 6.400.000 ha com solo semelhante ao Cerrado brasileiro** na zona Norte do Corredor de Nacala, nas províncias de Niassa e Nampula. No entanto, apenas 12% desta zona semelhante ao Cerrado pertence à área alvo, e os restantes 88% estão fora dos 12 distritos (inicialmente identificados para realização deste estudo) ao longo da estrada EN13. Assim, a EMBRAPA considera que **os 6.400.000 ha acima mencionados devem ser incluídos [na área-alvo do programa], a fim de tornar possível a produção e o investimento agrícola em "escala comercial"**, e, ainda, para "apoiar o aumento do rendimento dos agricultores de média e pequena escala ao longo da EN 13” (*Ibid.*).



Fonte: Slide da apresentação feita pelo Presidente da EMBRAPA em Março de 2010 (*in* JICA 2010: S-24). *Mostrando a área não-alvo (indicada pelo círculo preto) onde 6.400.000 ha de “área semelhante ao Cerrado” foram localizados pela equipe de pesquisa da EMBRAPA.

Este pedido da EMBRAPA para expandir a área alvo original do ProSAVANA foi aceite pelos três governos signatários em 18 de Março de 2010.

Se o único objectivo do programa ProSAVANA for, de facto, para apoiar os agricultores locais da área do Corredor de Nacala, como a JICA e o MNE têm insistido repetidamente, então: (a) porque

houve a necessidade de expandir o programa para incluir áreas que não estão localizadas ao longo da Corredor de Nacala e que não foram originalmente incluídas na área alvo?; (b) porque foi tão importante que as equipes de pesquisa encontrassem "terra arável para agricultura em grande escala"? por fim, (c) porque foi tão imperioso ter que encontrar "solo semelhante ao Cerrado" e que essas terras deveriam, idealmente, estar escassamente ocupadas ou que não estivessem, actualmente a ser cultivadas ou utilizadas por famílias agricultoras? Ironicamente, tal terra reivindicada pela EMBRAPA como sendo "semelhante ao Cerrado" não está, actualmente, a ser cultivada ou utilizada por comunidades rurais porque grande parte está, de facto, densamente coberta por floresta.

A riqueza da zona Norte de Moçambique em termos das suas florestas (e, portanto, também em termos da sua diversidade biológica) pode ser observada nos mapas existentes no Relatório No.1. As estatísticas nacionais (2007) também confirmam isso. A percentagem de área coberta por florestas em cada uma das províncias visadas pelo ProSAVANA - Niassa, Nampula e Zambézia - é de 77%, 35,5% e 49,1%, respectivamente. A soma total da área florestal nestas três províncias equivale a aproximadamente 43% de toda a área nacional coberta por floresta.

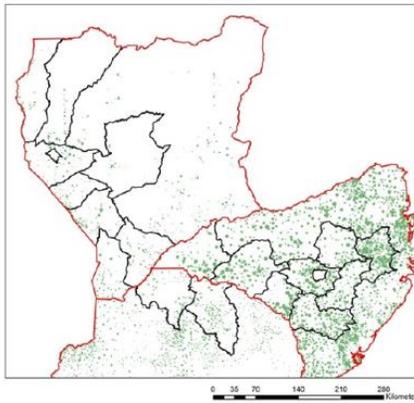


Figure 3.1.8 Location of Local Villages and Farm Land of Local People

Source: Location of villages and its population data source are ANE.

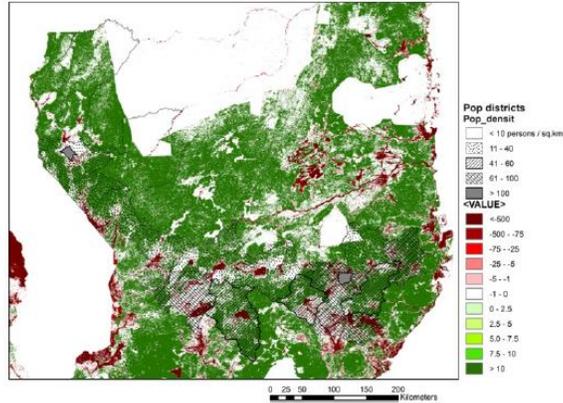
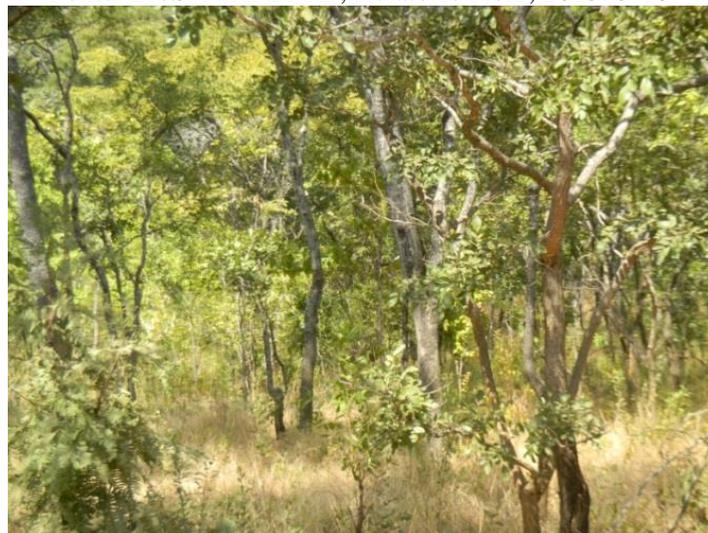


Figure 3.1.9 Population Density and Wood Energy Consumption

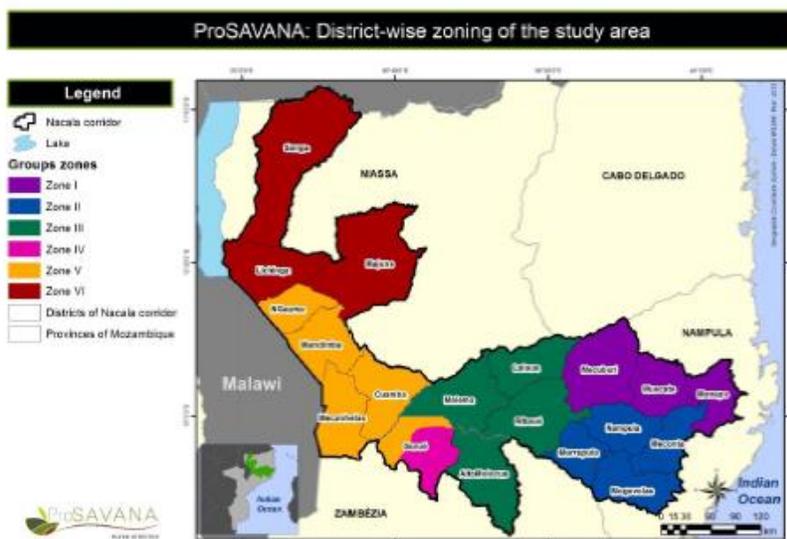
Source of the forest biomass figure: WISDOM Mozambique Final Report, DNTF, 2008

Fonte: ProSAVANA-PD, Relatório No.1, 2013: 3-18.



Floresta miombo no Distrito de Majune, Província de Niassa (foto tirada pela autora, Agosto de 2012).

Uma característica central do Plano Director importante analisar no que diz respeito à expansão da área-alvo é o "zonamento". O Relatório N.º.2 classifica toda a área alvo em seis categorias (I a VI) e dá os resultados da análise SWOT de cada zona. Embora a ideia de "zonamento", em si mesma, seja muito problemática ("Análise de Especialistas", 2013, 26), esta análise SWOT destaca problemas mais profundos. A classificação das zonas de I a VI e os resultados da análise SWOT de cada zona de podem ser observados na tabela e mapa a seguir.



Source: Study Team

Figure 2.1.5 District-wise Zoning of the Study Area

Fonte: ProSAVANA-PD, Relatório N.º.2, 2013: 2-6.

Zonas	I	II	III	IV	V	VI
Distritos e Área	Monapo, Muecate, Mecuburi	Meconta, Mogovolas, Nampula, Murupula	Ribaué, Lalaua, Malema, Alto-Molocue	Gurué (excepto Posto Admin.de Lioma)	Gurué (Lioma), Cuamba, Mechahela, Mamdimba, Ngoma	Majune, Lichinga, Sanga
Uso da terra (% da área cultivada, floresta, e outros)	Cultivada: 50% Floresta: 41% Outros: 9%	Cultivada: 60% Floresta: 25% Outros: 15%	Cultivada: 43% Floresta: 46% Outros: 10%	Cultivada: 40% Floresta: 42% Outros: 9%	Cultivada: 29% Floresta: 62% Outros: 9%	Cultivada: 13% Floresta: 77% Outros: 10%

Elaborado pela autora com base no ProSAVANA-PD, Relatório N.º.2, 2013: 2-7.

Inicialmente, Zona I à Zona IV foram planeadas para serem "área de estudo" para o ProSAVANA (JICA, 2010). Após a aceitação do pedido de Brasil para incluir mais 6.400.000 ha localizados na parte noroeste de Niassa, foram, então, adicionadas as zonas V e VI à "área de estudo" inicial. A característica central de ambas Zonas V e VI, é de que a ocupação de terra arável pelos agricultores locais é, actualmente, bastante fraca, enquanto que a cobertura florestal é abundante. É interessante notar que, enquanto a análise SWOT classifica uma **"grande área de floresta"** na Zona V como **"útil"**, na Zona I a **"alta população"** e **"grande área de conservação florestal"** são vistas como

"prejudiciais" a uma "estratégia de desenvolvimento da agricultura" (Relatório N.º.2, 2013:2-27; 2-24).

Table 2.2.5 SWOT Analysis for Zone V (Lioma Administrative Post in Gurue, Cuamba, Mecanhelas, Mandimba, N'Gauma)

	Helpful	Harmful
	<p><Strengths> <u>Land cover & land use</u> - Medium to high farmland accessibility - Large forest area <u>Balance of crop production</u> Surplus of Maize and Sorghum production <u>Local special farm products</u></p>	<p><Weaknesses> <u>Socioeconomic</u> - Low to medium human resource potential - Serious land conflict between local farmers and corporate farms (Lioma administration post and Mandimba), and among local</p>

Fonte: ProSAVANA-PD, Relatório N.º.2, 2013: 2-27.

A análise SWOT da Zona VI é ainda mais desconcertante. Embora ela classifique a área de "**grande concessão floresta e DUATs** (título de registo da terra) Lichinga e Majune e "**grande área de conservação florestal em todos os distritos**", como "**prejudicial**", em Majune e Sanga a "**grande área florestal**" de "**acessibilidade da terra arável média a alta**" são classificados como "**úteis**" (ver a tabela a seguir digitalizada a partir do Relatório N.º.2). Se o objectivo real do ProSAVANA era "apoiar os pequenos agricultores locais", porque é que a sua existência e uso da terra são considerados "prejudiciais"? Se os actores oficiais do ProSAVANA estão verdadeiramente preocupados com o impacto ambiental, porque será classificada também como "prejudicial" uma "grande área de conservação florestal"?

Table 2.2.6 SWOT Analysis for ZoneVI (Majune, Lichinga and Sanga)

	Helpful	Harmful
Interna	<p><Strengths> <u>Climate</u> Cool climate and much precipitation <u>Land cover and land use</u> - Large forest area in Majune and Sanga - Medium to high farmland accessibility <u>Balance of staple food crop production</u> Surplus of Maize production <u>Local special farm products</u> Potato and haricot bean in Lichinga and Sanga, Tobacco <u>Water resource and irrigation</u> - Many river courses - High rate of irrigation facilities' utilization</p>	<p><Weaknesses> <u>Socioeconomic</u> Low human resource potential <u>Land cover and land use</u> - Large mining concession area in all districts - Large forest concession and Duat area in Majune and Lichinga - Large forest conservation area in all districts - Relatively high % of slope area - Serious land conflict between local farmers and corporate farms in all districts</p>

Fonte: ProSAVANA-PD, Relatório N.º.2, 2013:2-28.

Table 2.3.1 Outline of Agricultural Clusters and Suggested Initial Location

Nº	Name of Cluster	Main Production category	Concept	Suggested Initial Location	Possible Components
1	Integrated Grain Cluster	Corporate Farming	Greenfield*	Zone VI: Majune, expansible to Zone V: N'Gauma	Soybean, Maize, Sunflower, Elephant grass and Poultry
2	Family Food Production Cluster	Family Farming	Greenfield & Brownfield	Zone III: Malema	Maize, Cassava, Cotton, Vegetables and Groundnuts
3	Grain and Cotton Production Cluster	Entrepreneurial and Corporate Farming	Brownfield ²	Zone V: Lioma plain (Lioma Administrative Post, Gurué)	Soybean, Maize, Cotton and Poultry
4	Cashew Production Cluster	Entrepreneurial and Family Farming	Brownfield	Zones I and II: Monapo, Mogovolas, Meconta, Muecate	Cashew nuts, Maize, Beans, Cassava, Groundnuts, Sesame, Vegetables and Eucalyptus
5	Integrated Food and Grain Production Cluster	All category	Greenfield & Brownfield	Zone III: Ribáuè	Soybean, Maize, Cotton, Seed Farm, Vegetable and Poultry
6	Tea Production Cluster	Entrepreneurial and Family Farming	Brownfield	Zone IV: Gurué	Tea
7	Cuamba Agricultural Infrastructure Cluster	(non-agricultural activities)	Brownfield	Zone V: Cuamba	Infrastructure, logistics, inputs&services

Note: Greenfield: Intended to develop a new value-chain and/or area as major driving force

Brownfield: Intended to develop existing value-chain and/are as major driving force

Fonte: ProSAVANA-PD, Relatório N.º.2, 2013: 2-16.

Um exame atento do relatório não deixa dúvidas de que o desenvolvimento da agricultura comercial em grande escala é o objectivo real do ProSAVANA, e para que este objectivo possa ser atingido, parece evidente que a parte nordeste do Niassa (Zonas V e VI) tenha que ser adicionada à área alvo inicial. Em 2010, a justificação dada para a expansão da área alvo do ProSAVANA foi que se encontrou, fora da área alvo, terra "similar" ao Cerrado brasileiro e adequada para o desenvolvimento da "agricultura orientada para o mercado" e "não há nenhuma terra desse tipo ao longo do Corredor de Nacala" (EMBRAPA, 2010, em JICA 2010: S-23, 24). A mesma conclusão foi dada num relatório publicado pelo *Future Agricultures Consortium*, com base numa entrevista realizada com o representante da EMBRAPA em Moçambique em Maputo em 17 de Julho de 2012. De acordo com o relatório:

“[a] a área focal inicial foi, subsequentemente, expandida para incorporar regiões que foram consideradas **mais adequadas para a aplicação de técnicas agrícolas brasileiras, especialmente para o cultivo de soja** (Chivava et al., 2013: 12).

O que os relatórios do ProSAVANA-PD têm a dizer sobre esta área adicional acrescentada? Encontra-se uma explicação no relatório N.º.2:

“O grupo de cereais foi recomendado para ser localizado, principalmente, no distrito de Majune, devido à **sua baixa vulnerabilidade ambiental e social e suas excelentes condições de solo e clima**” (ProSAVANA-PD, Relatório N.º.2, 2013: 2-17).

Curiosamente, o mesmo relatório também menciona que o distrito de Majune (que faz parte do "grupo-cereais ") se caracteriza pela existência de "grandes concessões florestais e grande área de conservação florestal" (*Ibid.*: 2-28). O mesmo relatório identifica "conflito de terras grave entre os agricultores locais e empresas agrícolas em todos os distritos" (*Ibid.*). Dada esta caracterização, é curioso que a vulnerabilidade ambiental e social do distrito fosse classificada como apenas "baixa". Além disso, enquanto a EMBRAPA tinha, anteriormente, designado o solo localizado neste distrito como "tipo-Cerrado " (EMBRAPA 2010, em JICA, 2010: S-23, 24), o relatório ProSAVANA-PD

descreve a sua qualidade do solo como "**excelente**" (ProSAVANA-PD, Relatório N.º.2, 2013:2-17). Isto é um pouco uma contradição, considerando o facto de que a qualidade de grande parte do solo do Cerrado não é "excelente" sendo, de fato, altamente ácida e com alto teor de alumínio (*Moçambique*, 2013 No.2010: 5). Terra no Cerrado, muitas vezes requer insumos pesados de cálcio e fertilizantes à base de químicos, a fim de ser utilizado para a produção agrícola em grande escala⁸⁸.

Devido às suas "condições favoráveis", a corrida à terra por investidores estrangeiros já está a acontecer neste distrito.



Plantação de soja recentemente iniciada por um empresário brasileiro no Distrito de Majune (foto tirada pela autora, Agosto de 2013) *O DUAT de 500 ha foi obtido em 2012.

2.3.2. Interesses por detrás dos QIPs e o Relatório N.º.2

De acordo com o mesmo relatório, está previsto implementar um "Projecto Pioneiro para o Desenvolvimento Integrado do Grupo Cereais" no Distrito de Majune. O projecto é descrito como se segue:

“Os indicadores de viabilidade mostraram que **o projecto tem uma alta rentabilidade e da TIR [Taxa Interna de Retorno] foi calculada em 20,3%** [para os investidores] e o retorno é de 9 anos. (...) **Os 45.000 hectares serão divididos em 5 módulos**, e a primeira plantação será dividida nos primeiros cinco anos após a instalação do projecto. Estima-se que, para a produção eficaz de 45.000 ha, **são necessários cerca de 60.000 hectares**. (...) **Cada módulo deverá ter 9.000 hectares e operar como uma exploração independente das outras**, com uma equipa de gestão, empregados e maquinaria própria "(ProSAVANA-PD, Relatório N.º. 2, de 2013: 3-43).

⁸⁸ Há, no entanto, muitos pesquisadores que realçam que, apesar dessas características generalizadas, não se deve simplesmente presumir que a qualidade do solo no Cerrado é "pobre". Ver discussões em Mazzeto Silva (2006).

27 Pioneer Project for Integrated Grain Cluster Development	
Project Title:	Pioneer Project for Integrated Grain Cluster
Project Site	The proposed site for the installation of the cluster is Majune district and can be expanded to N'Gauma, besides the installation of a poultry industrial complex.
	- Feasibility indicators, at a discount rate of 10%, show that the project has a high profitability and the IRR was calculated at 20.3% and the payback is 9 years.
Agricultural Technological Package	- The agricultural and industrial project recommended will follow a certain pace. The 45 thousand hectares will be divided into 5 modules, and the first planting will be divided within the 5 first years after installation of the project. - It is estimated that for the effective production in 45 thousand ha, about 60 thousand hectares are needed. This surplus is due to the efficiency index of land use adopted for this region of Mozambique, in addition to the presence of non-cultivable areas inside the properties.

Fonte: ProSAVANA-PD, Relatório N.º.2, 2013: 3-43.

Neste ponto, levanta-se outra questão importante - ou seja, "quem está a financiar todos estes projectos? O objectivo do projecto Grupo de Cereais, descrito na passagem a seguir, é particularmente revelador:

“A instalação do grupo na região acima referida visa impulsionar a economia local **com o cultivo de grandes áreas de cereais, principalmente soja, milho e girassol**, [bem como com o desenvolvimento de] uma unidade de processamento para a produção de óleos, farinha e amido de milho. (...) Os investimentos e gestão das actividades agrícolas e de processamento industrial de grãos **serão de responsabilidade duma única entidade legal**" (*Ibid.*: 3-43).

lower, since most of the costs of operating a farm is linked to the feed.- Investments and management of agricultural activities and industrial grain processing will be the responsibility of a single legal entity.

Fonte: ProSAVANA-PD, Relatório N.º.2, 2013: 3-43.

A última frase da passagem acima levanta uma série de perguntas, para as quais não se encontram respostas no próprio relatório, e os actores do ProSAVANA ainda não deram resposta. Por exemplo, o que exactamente os autores do relatório querem dizer quando escrevem que "uma única identidade legal" deve ser responsável pelos "investimentos e gestão de actividades agrícolas e de processamento industrial de cereais"? Que tipo de entidade será essa e como será decidido? Quem irá controlar ou administrar esta entidade? Como é que a sua actividade será monitorada? A quem prestará contas? E, talvez o mais importante, que papel terão, então, os pequenos agricultores das regiões nesta entidade e na "gestão das actividades agrícolas", se tiverem algum?

A partir da análise cuidadosa do Relatório N.º.2 **pode-se concluir que a intenção principal do ProSAVANA é, em última instância, permitir o acesso fácil e seguro à terra, água e recursos de infra-estrutura na zona Norte de Moçambique para os investidores estrangeiros fazerem "grandes" lucros**. Os lucros/benefícios que o programa pode gerar para os agricultores locais são considerados, pelos autores, como suplementares ao ponto acima mencionado e o foco central. Uma análise do Relatório revela, ainda, que há, realmente, motivos para se estar preocupado com o programa. Apesar de todas as reivindicações feitas pelos actores e promotores do ProSAVANA, os direitos dos agricultores (incluindo o seu direito à terra) **podem potencialmente** serem desrespeitados, negados ou retirados no processo de implementação de projectos do ProSAVANA, tal como estão escritos no relatório. Isto será tratado na secção a seguir.

2.4. Exame do “Mito 2 – o ProSAVANA irá usurpar terras aos pequenos agricultores”?

Fingermann pensa que não se deve mencionar a possibilidade de que o ProSAVANA irá facilitar a usurpação de terras aos pequenos agricultores, por duas razões: (a) "o Plano Director não delimita as terras para quaisquer investidores estrangeiros, incluindo brasileiros", e (b) "o ProSAVANA não tem qualquer relação com o Fundo de Nacala "(Fingermann, 2013:2).

2.4.1. O Plano Director não delimita terra, mas “prepara o caminho seguro” para investidores

A estrutura de segundo "mito" é problemática, uma vez que não há académicos ou organizações da sociedade civil dizendo que o Plano Director é a delimitação de terras. O que eles disseram é, por exemplo, "o documento deixa claras as intenções do projecto e confirma que os governos (...) estão secretamente a preparar o caminho para a usurpação de terras em grande escala no Norte de Moçambique" ("Declaração Conjunta", 29 de Abril de 2013). Como analisámos previamente usando documentos (JICA, 2010; 2011; ProSAVANA-PD, Relatório No.2, 2013), não se pode evitar esta conclusão com base no quadro do Plano Director do ProSAVANA-PD, onde há uma clara intenção de criar condições para a entrada segura de investidores externos para realizarem produção agrícola em grande escala. Isto é especialmente claro no caso acima mencionado do Distrito de Majune na Província de Niassa.

a) A terra nos projectos do ProSAVANA e a “fixação” de agricultores locais na terra

Vários dos QIPs descritos no Relatório N.º. 2 parecem ter sido desenvolvidos com o objectivo de "fixar" os agricultores nas suas terras ao "promover um sistema de cultivo não-itinerante". Tal estratégia, pelo menos em teoria, irá facilitar a identificação de terrenos para delimitação no futuro. Um desses QIPs é chamado de "Planeamento de Reserva de Terra para Investimento de Escala Média e Grande ". Trata-se de alocar "10.000 ha de terra" para serem "divididos em 500-900 ha" para "empresas de escala média e grande", para "garantir um mecanismo para a produção em grande escala", em Ribáuè, Província de Nampula (ProSAVANA-PD, Relatório No.0,2, 2013: 4-19). Ribáuè está incluído na Zona III, onde 43% das terras já são cultivadas por agricultores locais e 46% é coberta por florestas (*Ibid.*: 2-7). O projecto lista directamente como um dos seus objectivos a "promoção dum sistema de cultivo não-itinerante" como uma de suas metas traçadas.

Outro QIP chamado de "Registo de Terra de Agricultores de Pequena e Média Escala" parece ser para os pequenos agricultores, mas seus objectivos são definidos como sendo para "facilitar a identificação de áreas para a promoção da agricultura por grandes agricultores, empresas privadas" (*Ibid.*: 3 -15). Um outro projecto é o "Projecto Modelo para a Agricultura Familiar" e, novamente, apesar do seu nome, o seu objectivo é definido como "combater a prática da agricultura itinerante" (*Ibid.*: 3-48, 4-55), e somente aqueles "em transição para uma agricultura fixa" serão beneficiários de "fornecimento de títulos de terra [emissão de DUATs]" (*Ibid.*: 3-61; ver na tabela a seguir).

1. Project for Land Registration of Medium and Small Scale Farmers													
Priority Site	Phase-1: Transitional phase of fixed cultivation								Phase-2: Growth phase of agricultural			Phase-3: Expansion	
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
1. Preparatory Survey and planning													
2. Provision of land titles (issue of DUATs) for transition to a fixed agriculture or intensive cultivation													
2-1. Making inventory and distribubins of farmland	Nampula: Zone I							2-1 and 2-2 are implemented by SDAE					
2-2. Community consultations, formation processes and consolidation of each DUAT	Nampula: Zone II							2-1 and 2-2 are implemented by SDAE					
2-3. Support for application of DUAT by farmers	Nampula: Zone III							2-1 and 2-3 are implemented by SDAE					
	Zambezia: Zone III												
	Zambezia: Zone IV												
	Niassa: Zone V												
	Niassa: Zone VI							2-1 and 2-3 are implemented by SDAE					
3. To support farmers in the target area in order to the transition to intensive cultivation													
4. Monitoring of land use by SPGC of each province													

Fonte: ProSAVANA-PD, Relatório N.º.2, 2013: 3-61.

Este último projecto solicita "empréstimos bonificados a curto prazo", a disponibilizar aos agricultores para que possam comprar fertilizantes, sementes e agro-químicos que "eles precisam para agricultura intensiva" (*Ibid.*: 3-33). O esquema para esses "empréstimos bonificados a curto prazo" está ligado ao PDIF (Fundo da Iniciativa Desenvolvimento do ProSAVANA, discutido anteriormente neste artigo) e baseia-se na lógica de que "a introdução de insumos e serviços agrícolas na produção" irá "por sua vez, resultar na **promoção do sistema de cultivo fixo**" (*Ibid.*:3-34)⁸⁹.

A seguinte passagem do Relatório N.º.1 para o Plano Director ProSAVANA, destaca alguns factos relevantes relacionados com a discussão acima sobre as práticas de agricultura itinerante e do uso da terra hoje em Moçambique:

“Os valores [de uso da terra] apresentados na Tabela 2.3.1 [do relatório], podem incluir uma certa quantidade de terras em pousio para a terra agrícola, pois prevalecem as práticas agrícolas extensivas (corte e queima [-] agricultura itinerante) na maior parte do país. Supõe-se que uma parte substancial dos outros usos da terra na tabela também pode ser terra abandonada para pousio após o cultivo. Apesar de muitas fontes relevantes concluírem que há cerca de 36 milhões de hectares de terra arável em Moçambique, eles relatam vários dados sobre a área agrícola. Por exemplo, o PEDSA diz que apenas 10% da terra arável está em uso no momento, enquanto o PROAGRI II (2004) estimou que cerca de 9 milhões de hectares estavam sob cultivo. **Os agricultores realmente precisam várias vezes mais de terras em pousio que área em cultivo no presente para continuar as práticas agrícolas extensivas numa base sustentável. Tais práticas agrícolas tornam difícil avaliar a quantidade exacta da área agrícola em uso, que deve incluir a terra em pousio em agricultura itinerante**” (ProSAVANA-PD, Relatório N.º 1, 2013: 2-14).

Um sistema de agricultura itinerante torna, também, difícil realizar uma clara delimitação de terras, o que é necessário para as empresas actualmente interessadas em investir na terra e na produção agrícola no país através do programa ProSAVANA. Em Moçambique, a Lei de Terras de 1997,

⁸⁹ Quer o PDIF quer o “Projecto para Melhoria da Acessibilidade a Fertilizantes”, realçam que os fertilizantes químicos são indispensáveis e os insumos mais eficazes para aumentar a produtividade das culturas” e pedem "um sistema de subsídios de alavanca para fertilizantes químicos” (Relatório N.º.2, 2013: 3-27). O relatório refere, também, que “as razões para a baixa utilização [de materiais químicos] são complicadas”, mas não discute, de todo, as vidas ou as estratégias agrícolas das pessoas locais que não requerem o uso de insumos químicos caros e, muitas vezes, perigosos, que têm que ser comprados a pessoas de fora.

promulgada como resultado de muita iniciativa e trabalho duro por parte de organizações da sociedade civil, em especial da UNAC (Negrão, 2003:7), continua a ser uma sólida ferramenta para proteger os direitos dos agricultores e das comunidades que cultivam a terra. De acordo com a Lei de Terras, os DUATs concedidos, mesmo para os investidores nacionais ou internacionais incrivelmente poderosos e ricos, podem, em teoria, ser revogados se tais concessões de terra originarem conflitos entre os investidores e agricultores locais ou comunidades rurais, ou infringirem os direitos garantidos a todos os Moçambicanos na Lei de Terras. Ela é amplamente considerada como uma das leis pró-agricultor/pobre mais progressistas do mundo (Palmer, 2003:4-7; Alden Wily, 2013).

O actual aumento de conflitos de terra no país, associado ao rápido aumento do número de concessões de terras em grande escala e mega-projectos de desenvolvimento, realça os riscos potenciais para investidores interessados no arrendamento de terra nacional e execução de projectos de desenvolvimento. Como o trecho acima do Relatório N.º.1 enfatiza, embora de uma forma bastante indirecta, a menos que os agricultores locais parem com as práticas cultivo itinerantes e mudem para um sistema de agricultura "fixo [não-itinerante]", cultivando apenas em áreas delimitadas de forma clara, as possibilidades para a criação de condições para investimento são significativamente prejudicadas e a prevenção do risco de investimento não pode ser alcançada. Os contratos de concessão com os governos locais ou nacionais em Moçambique, embora "legais", são, em si mesmos, não "suficientes" para garantir o acesso contínuo à terra para os investidores, e não garantem a mitigação de riscos ou de perdas financeiras que podem ser incorridos como resultado da insegurança do título de terra ou da ocorrência possível de conflitos de terra. Certamente, as empresas, entidades privadas e seus financiadores não gostam de investir em tais condições de incerteza/insegurança.

Embora seja claro, com base na análise de Especialistas do Relatório N.º.2, que a filosofia de base para o ProSAVANA seja oferecer terras "não-cultivadas" para os investimentos estrangeiros na produção agrícola em larga escala, seus objectivos incluem, também, "combater" práticas de agricultura itinerante imprevisíveis, encontrar uma maneira de colaborar com os agricultores locais, que estão prontos e dispostos a abandonar as práticas tradicionais e utilizar insumos adquiridos (sementes, fertilizantes e pesticidas) e a ser incorporados aos planos do programa. Tomaso Ferrando chama a isto de "apropriação de terras silenciosa" e explica o processo da seguinte forma:

“O ProSavana produzirá outra ‘usurpação de terra virtual’ ou 'silenciosa' por trás da máscara da formalização dos títulos de terra, a transição para a ‘agricultura fixa [não-itinerante]’ e o aumento nas áreas de ‘agricultura de contrato’. Mesmo que as ocupações e despejos sejam visíveis e facilmente alvo de manifestantes, esta última forma de invasão por interesses estrangeiros e do capital será uma maneira mais subtil de 'abrir um país’” (Ferrando, 2013:28).

Ironicamente, ao longo do Relatório N.º.2 sempre que são mencionados "pequenos agricultores" ou "agricultura familiar", a expressão usada para os descrever exala, geralmente, uma conotação negativa. A seguinte selecção de palavras, por exemplo - "prejudicial", "baixa produtividade", "pobre" e "desorganizado" - são apenas alguns dos exemplos mais ilustrativos do tipo de linguagem usada para descrever os pequenos agricultores no relatório. Em geral, estas descrições são imediatamente seguidas por comentários sobre a necessidade de "investimento", "insumos", "produção em larga escala", e assim por diante.

b) Investimento Agrário Responsável (*Responsible Agriculture Investment* – RAI) e o ProSAVANA como iniciativas gémeas do Japão em 2009

Pode-se ainda argumentar que o Plano Director oferece mecanismos para evitar que surjam conflitos e, assim, é possível a "cooperação" entre os pequenos agricultores e agricultores em grande escala / investimentos / agro-negócios". Afinal, em Dezembro de 2012 o Ministro da Agricultura moçambicano prometeu, publicamente, que os direitos dos agricultores seriam protegidos (AIM, 25 de Dezembro de 2012), e o governo japonês apoiou plenamente esta posição. O que, então, está o Relatório No.2 a oferecer a fim de garantir a prevenção de conflitos de terra e a protecção dos direitos dos agricultores?

Sempre que se mencionam "considerações ambientais e sociais" no Relatório, são referidos "os princípios da Investimento Agrário Responsável (PRAI)⁹⁰", como se fossem uma garantia de protecção efectiva e concreta salvaguarda para os residentes locais e o ambiente. PRAI são princípios internacionais estabelecidos em Setembro de 2009 por uma iniciativa do Banco Mundial com o Governo japonês e em outros países, como os Estados Unidos, Canadá e Austrália, que produzem e exportam grandes quantidades de cereais a nível mundial. Até agora, nenhuma análise foi disponibilizada fora do mundo de língua japonesa, sobre a razão pela qual o governo japonês estava inclinado a buscar a criação de tais princípios em 2009. Com base em fontes disponíveis escritas em japonês, no entanto, é evidente que o motivo do governo japonês para criar e promover o RAI estava directamente relacionado com seus planos de tornar-se mais envolvido na produção de alimentos em larga escala no estrangeiro para que o país possa satisfazer a procura doméstica de grandes quantidades de importações de alimentos baratos, face ao aumento acentuado dos preços dos alimentos ocorrido em 2008 (MNE, 2009b; NHK, 2010).

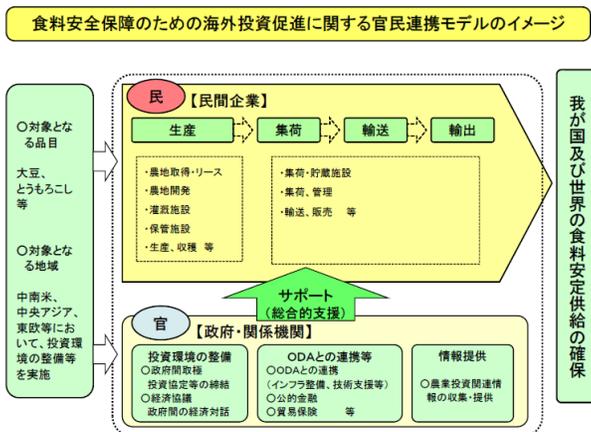
O Japão importa actualmente 62% dos alimentos (calorias-base) e quase todos os cereais (95%) consumidos no mercado interno, excepto o arroz que produz 9.768 toneladas de arroz descascado, importa 25.919 toneladas de milho, trigo e cereais. De facto, 100% do milho consumido internamente (pela sua população e indústria pecuária) é importado (MNE, 2013)⁹¹. A mesma fonte revela que o Japão importa 91% do seu consumo de soja - produz 236 mil toneladas e importa 2.727 toneladas anualmente. No Japão, 73% de milho e (apenas) 4,2% da soja é usada para a alimentação animal (cálculo da autora com base na fonte de *Ibid.*). Números como estes dão uma indicação sobre porque Japão está tão ansioso em promover e envolver-se no desenvolvimento e investimento na agricultura no exterior.

Em Agosto de 2009, pouco antes da conferência sobre RAI, foram divulgados os documentos públicos (ver imagem a seguir lançada junto com eles) pelo MNE e MFF que revelam, claramente, os seguintes objectivos: (a) promover o "desenvolvimento agrário no estrangeiro, incluindo a aquisição e locação de terras" (MNE 2009a), (b) "expandir a produção agrícola mundial e, portanto, o investimento na agricultura", e, (c) "envolver-se em investimentos na agricultura no

⁹⁰ O esboço das Orientações do ProSAVANA sobre RAI constam no Relatório No.2 e a informação fornecida pelos agentes do ProSAVANA (especialmente, o MINAG) durante a 3ª reunião de partes interessadas em Moçambique em Março de 2013 e pela JICA durante a 3ª reunião ONG-MNE em Tóquio em Abril de 2013 é a mesma.

⁹¹ Dados baseados no site do Ministério da Agricultura, Florestas e Pescas (MFF). <http://www.maff.go.jp/j/tokei/kouhyou/zyukyu/index.html> O abastecimento de alimentos calorias-base do Japão foi 38% das necessidades em 2012 devido à dependência do país de alimentos para animais importados, especialmente milho (MFF, 2013). http://www.maff.go.jp/j/zyukyu/zikyu_ritu/012.html

estrangeiro (produção, recolha, transporte e exportação cadeia de valor⁹²), juntamente com empresas privadas (japonesas)" (MNE 2009b).



“Imagem da cooperação público-privada para promover investimento no estrangeiro para segurança alimentar” (MNE e MFF, 20 de Agosto de 2009)⁹³.

A soja e o milho foram identificados como culturas alvo para esta cooperação, e espera-se que empresas japonesas se envolvam directamente na produção agrícola (incluindo aquisição de terra).

Os documentos divulgados pelo MNE também reconhecem a crescente crítica global do investimento agrícola no exterior, em alguns casos, chamado de "usurpação de terra" e considerado por alguns críticos como uma forma de "neocolonialismo". Claramente, querendo evitar ser o objecto de tais críticas, o MNE procurou obter uma boa reputação internacional ao participar nas discussões do Banco Mundial para criar os princípios internacionais de Investimento Agrícola Responsável (NHK, 2010)⁹⁴. Ao fazê-lo, o MNE tentou proteger-se das críticas de "usurpação de terra" e foi, efectivamente, capaz de empenhar-se activamente na produção de alimentos e desenvolvimento agrícola no exterior.

É contra esse pano de fundo histórico e sociopolítico particular que a ideia do ProSAVANA nasceu. Desde o início, o MNE queria elaborar um conjunto de regras e práticas "responsáveis" internacionais, como aquelas incorporadas nos PRAI, que diferenciam "bom investimento" de "mau investimento", e, no processo, procurou-se oferecer um exemplo do primeiro (NHK, 2010). O papel decrescente desempenhado pelo Japão nos assuntos económicos e diplomacia internacionais, particularmente quando comparado com a China, rival No.1 da diplomacia japonesa, tornou-se, nessa altura, demasiado evidente, especialmente após a Cimeira do G8 realizada no Japão em 2008.

⁹² A razão para o governo japonês concentrar-se agora tanto em "cadeias de valor" é que eles reconhecem o seu fracasso nesse sentido do PRODECER. O objectivo da cooperação com o Brasil no PRODECER foi a obtenção de uma fonte segura de cereais para o Japão e à luz do embargo dos EUA à exportação de soja em 1973 (JICA, 2012). Recebendo fortes críticas da sociedade brasileira sobre a agenda oculta do envolvimento japonês no desenvolvimento do Cerrado, o governo japonês teve que mudar a sua estratégia. Além disso, devido à falência da maior cooperativa *Nikkei*, e principal aliado do PRODECER, COTIA, e outros "colonos" do PRODECER, para não mencionar a crescente presença de empresas internacionais de cereais na região, o Japão perdeu a sua posição dominante como o maior importador dos produtos produzidos no Cerrado (JICA, 2001). Actualmente, a China é o principal importador destes produtos.

⁹³ http://www.mofa.go.jp/ICSFiles/afieldfile/2009/08/20/G0858_J_2.pdf

⁹⁴ Claro que, como acontece com grande parte da política diplomática japonesa, o Japão queria distanciar-se da China que foi acusada de ser um dos principais "usurpadores de terra".

O MNE estava a procurar uma maneira para reforçar a presença do país na arena internacional. Com a participação da JICA, da JETRO e do sector privado, MNE começou a sua missão para criar "um exemplo de bom investimento"; o exemplo que ofereceram ao mundo foi o ProSAVANA. Dado que a assinatura do Memorando de Entendimento do ProSAVANA ocorreu apenas uma semana antes da conferência sobre RAI realizada em Nova Iorque em 26 de Setembro de 2009, é apenas mais do que natural que o ProSAVANA fosse adoptado e se tenha procurado incorporar os PRAI, na sua concepção e planeamento.

Logo após a conferência, em Nova Iorque, no entanto, os recém-apresentados PRAI foram recebidos com críticas provenientes de vários especialistas em questões de alimentos e de terra reconhecidos internacionalmente, e as organizações de agricultores e grupos da sociedade civil nos níveis local, regional, nacional e internacional. Grande parte das críticas dirigidas aos PRAI centrou-se no facto de que os princípios foram formulados sem a participação de organizações de agricultores de países em desenvolvimento, em última instância, aqueles que serão os mais afectados pelo investimento agrícola internacional. Os PRAI também foram desenvolvidos sem qualquer participação da comunidade mais ampla de especialistas em questões de alimentos e de terra reconhecidos internacionalmente e sem a participação de OSCs internacionais. Em nenhum lugar dos PRAI se referem os "direitos humanos". Além disso, eles não determinam, efectivamente, qualquer mecanismo específico ou corpo/corpos para supervisionar a sua implementação e julgar a adequação das actividades de investimento. Os PRAI colocam o governo recipiente, os investidores estrangeiros e as pessoas locais em uma espécie de estatuto de prioridade paralela. Por outras palavras, os PRAI não dão prioridade aos direitos da população local. Finalmente, deve-se notar que os PRAI são apenas princípios "voluntários" e não incluem qualquer tipo de regulamentação obrigatória que proteja os agricultores locais e o ambiente e salvguarde contra o potencial abuso e sobreexploração.

A decisão de implementar, ou não, os PRAI de forma eficaz depende da boa vontade de investidores e empresas. Assim, em termos simples, os PRAI não têm dentes. É precisamente por estas mesmas razões que os PRAI têm sido, amplamente, denunciados como sendo insuficientes para proteger os direitos dos agricultores e garantir um modelo de desenvolvimento "responsável" que não resulte em danos no ambiente. No seu artigo intitulado "Destruindo Responsavelmente o Mundo dos Camponeses" (*Responsibly Destroying the World's Peasantry*), Oliver De Shutter, o relator da ONU para a Soberania Alimentar, escreveu que com os PRAI "agimos como se a aceleração da destruição do campesinato global possa ser feita de forma responsável" (De Shutter, 2009).

c) Será que as “Orientações sobre os PRAI” do ProSAVANA irão proteger os agricultores e ambiente locais?

Para os académicos, OSCs e defensores dos direitos dos agricultores que, há muito, têm trabalhado no domínio da agricultura, desenvolvimento rural, e de alimentos e questões de direitos humanos, cedo ficou claro (como muitos suspeitavam) que, na prática, os PRAI não têm, realmente, sido eficazes na prevenção de casos de usurpação de terra. Ao contrário, os PRAI têm sido, muitas vezes, "usados" ou apresentados por investidores, empresas e seus financiadores para justificar projectos, aprovação rápida de projectos ou, de alguma forma, desviar as críticas e negar qualquer atitude errada, quando surgem problemas. É neste clima político global, marcado por crescentes tensões e críticas, que a FAO (Food and Agriculture Organization das Nações Unidas), sob pressão da academia e grupos da sociedade civil, iniciou as suas discussões para estabelecer um conjunto diferente de directrizes para governar a crescente onda de investimentos internacionais em terras e agricultura - que substituam, efectivamente, os PRAI.

No entanto, as "Directrizes Voluntárias sobre a Governação Responsável da Posse de Terra, Pescas e Florestas" (*Voluntary Guidelines on the Responsible Governance of Tenure of Land, Fisheries and Forests* – VGGT), desenvolvidas pela FAO, também são atormentadas por muitos dos mesmos problemas que os PRAI, em particular, como o nome indica, a sua implementação continua a ser "voluntária" – são meras "directrizes" e, portanto, tal como os PRAI, também não têm qualquer dente. Ainda assim, como as VGGT da FAO, foram formuladas com base em comentários críticos dos PRAI, elas são, em alguns aspectos, mais abrangentes que os PRAI do Banco Mundial, e deve ser priorizadas, ao invés dos PRAI, a fim de superar as faltas claras inerentes aos primeiros.

No entanto, no Relatório No.2 quase não há menção às VGGT da FAO, mas sim aos PRAI que têm prioridade e são discutidos com algum detalhe (ProSAVANA-PD, Relatório No.2, 2013: 5-1). Apenas três parágrafos, em todo o relatório, são dedicados à discussão das VGGT da FAO, e, após a sua breve menção, conclui-se que "[para o Plano Director,] é **aconselhável recorrer às VGGT da FAO**", bem como aos PRAI, embora, em última análise, estes últimos formam a base da estratégia de mitigação de conflitos do ProSAVANA (*Ibid.*: 5-3). Os actores e promotores do ProSAVANA não parecem estar interessados em trazer para o programa as VGGT da FAO, que são directrizes internacionais mais abrangentes. Pode-se argumentar que os PRAI poderiam funcionar de forma eficaz se, simplesmente, os mecanismos adequados forem colocados em funcionamento. Mas, o que o Relatório No.2 oferece a este respeito?

No relatório, os "Mecanismos para a aplicação e execução" das "directrizes do ProSAVANA sobre os PRAI" incluem os seguintes cinco elementos: (a) "difundir as directrizes", (b) promover uma "melhor compreensão dos [PRAI]" entre aqueles que aderem aos princípios, (c) "para fortalecer a aplicação da lei "e capacidades de monitoria "do governo (local e nacional)", (d) criar "condições financeiras" que "induzam ou restrinjam o comportamento de investidores privados", (e) "criar uma agência autónoma com funções especializadas para tratar de questões de RAI" (*Ibid.*: 5-6). O único mecanismo com significado parece ser (e), o último elemento. No entanto, não é dado qualquer poder legal a esta "agência autónoma" para impor sanções ou penalizações (*Ibid.*). Além disso, quando e se surgirem problemas, o relatório afirma que "**a agência pode divulgar os documentos e informações necessárias, se necessário**" (*Ibid.*: 5-8).

Não está claro como qualquer um dos mecanismos mencionados no relatório para evitar a usurpação de terra e promover "investimento responsável" vai, realmente, alcançar estes objectivos e como, exactamente, será evitado o "investimento irresponsável" e serão protegidos, eficazmente, os direitos das pessoas e o ambiente. Os mecanismos de protecção descritos no Relatório No.2, parecem ser incrivelmente fracos e, em última instância, inexequíveis considerando-se que 96,4% da área cultivada em Moçambique é ocupada por pequenos agricultores (Censo Agro-Pecuário 2009-2010 do INE) e quase 77% da área na Província de Niassa está coberta por florestas. Se o objectivo principal do ProSAVANA é, realmente, apoiar os pequenos agricultores locais e os três governos signatários estão, verdadeiramente, comprometidos sobre como proteger os direitos dos agricultores e o ambiente (como dizem estar), o "draft" do relatório ProSAVANA-PD para o Plano Director não deveria ter sido escrito e apresentado desta forma. (*Ibid.*: 5-5).

d) Os QIPs podem envolver "reassentamento involuntário"

O relatório enumera oito projectos Públicos e 8 do Sector Privado (*Ibid.*: 4-3, 4-4) e admite que seis deles "**podem, possivelmente, implicar a necessidade de reassentamento involuntário**" (*Ibid.*: 4-60). Ainda assim, o ProSAVANA-PD acolhe esses projectos, uma vez que são "rápidos, visíveis e irão gerar impactos atraentes". De acordo com o relatório:

“No caso em que o reassentamento involuntário for inevitável, as actividades de reassentamento devem ser formuladas e implementadas como planos de desenvolvimento sustentável, fornecendo recursos às pessoas deslocadas, para que possam desfrutar de benefícios derivados do projecto” (*Ibid.*).

4.2.2 Support for preparation of Resettlement Action Plan in relation to QIPs

ProSAVANA will fully adopt the concept of RAI (Responsible Agricultural Investment). In this perspective, the QIPs of both public sector and private sector will be subject to the 7 internationally accepted fundamental principles.

There are 6 QIPs that may eventually imply the need for involuntary resettlement, though its necessity is still difficult to evaluate due to the lack of precise information. As a support for the public entities as well as private enterprises that will take responsibility of the implementation of these QIPs, standard TORs for the resettlement planning will be presented in the Draft Final Report.

Fonte: ProSAVANA-PD, Relatório No.2, 2013: 4-60.

O relatório não menciona que 6 QIPs são esses que podem exigir "o reassentamento involuntário", mas há o projecto chamado "Planeamento de Reserva de Terra para Investimento de Escala Média e Grande" em Ribáuè, na Província de Nampula (*Ibid.* :4-19), que parece sugerir a necessidade de uma tal "involuntário", ou, por outras palavras, reassentamento forçado. Os leitores do relatório ficam a perguntar-se sobre que os outros QIPs podem requerer a reassentamento. Em quais distritos específicos irão os meios de subsistência rural ser postos em risco pelo programa e seus projectos? Aqui, podemos ver mais um exemplo de como o ProSAVANA priorizou os interesses empresariais sobre os dos agricultores locais e comunidades rurais.

2.4.2. “O ProSAVANA não tem qualquer relação com o Fundo de Nacala”?

(a) O papel duplo da FGV no ProSAVANA e o Fundo de Nacala

Fingermann declara: "[o ProSAVANA-]PD não tem qualquer relação com o Fundo de Nacala", com base na entrevista que fez "[a]os *policy-makers* moçambicanos" (Fingermann, 2013:2). Então, porque o Relatório No.2 menciona que **o Fundo de Nacala é um dos "33 projectos componentes" e "projectos prioritizados" para o Plano Director** (ProSAVANA-PD, Relatório No. 2, 2013: 3-2, 3-7) .

As a result of these review and rearrangement, 33 component projects in total are proposed for the Master Plan. The result of review and rearrangement is summarized in Table 3.1.1.

Table 3.1.1 Rearrangement of Proposed Project in Draft Development Plan

Report No.2 : Quick Impact Projects

Project in Draft Development Plan		Modified in This Report		Remarks
Original No.	Project Title	New No.	Project Title	
5	Project for Financial Supporting System for Large Investors	18	Formulation of the Nacala Corridor agriculture investment fund for large-scale agriculture development project (the Nacala Fund)	To be filled after confirming the contents of the Nacala Fund.

Fonte: ProSAVANA-PD, Relatório No.2, 2013: 3-2.

Table 3.1.4 Prioritization of Project

1) **Prioritization of Platform Project**

No.	Master Plan Project	Zone						Priority Project
		I	II	III	IV	V	VI	
1	Project for Land Registration (DUAT) of Small and Medium Scale Farmers	A	A	A	A	A	A	X
2	Project for Planning of Availability of Land for Investment	A	A	A	-	A	A	X
18	Formulation of the Nacala Corridor agriculture investment fund for large-scale agriculture development project (the Nacala Fund)	A	A	A	A	A	A	X

Fonte: ProSAVANA-PD, Relatório N°.2, 2013: 3-7.

* A letra A usada no quadro representa a selecção como “muito necessário” para a Fase I.

Support of Agriculture Development Master Plan for Nacala Corridor in Mozambique	
18. Formulation of the Nacala Corridor agriculture investment fund for large-scale agriculture development project (the Nacala Fund)	
<i>The project sheet will be completed after confirming the situation of the Nacala Fund.</i>	

Fonte: ProSAVANA-PD, Relatório N°.2, 2013: 3-35.

Além disso, embora não tenha mencionado isso no seu artigo, há uma outra ligação óbvia e directa entre o ProSAVANA-PD e o Fundo de Nacala. O único consultor contratado do ProSAVANA-PD do lado brasileiro e o "iniciador independente do fundo" (Fingermann, 2013:1) são a mesma instituição: a FGV (Fundação Getúlio Vargas) Projectos⁹⁵. Foi Giuliano Senatore da FGV Projectos, um chefe da equipe brasileira para o ProSAVANA-PD e um dos membros do seu pessoal que fez as apresentações sobre o ProSAVANA e sobre o Fundo de Nacala numa conferência internacional em Novembro de 2012. Porque é o mesmo pessoal da mesma instituição a trabalhar no, e a fazer apresentações públicas sobre, ambos o ProSAVANA e o Fundo Nacala, se os dois não têm nada a ver com o outro?

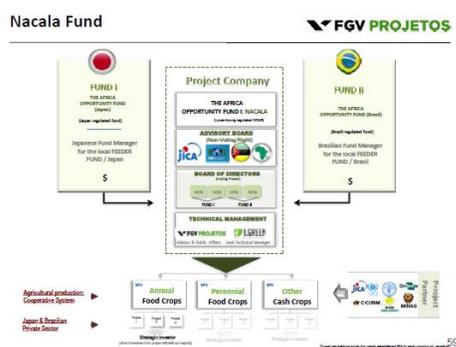
A FGV é uma instituição brasileira de investigação, educacional e de negócios, que se diz ser o "**autor principal do Relatório No.2**", cujo objectivo declarado era "**atrair projectos/ investimentos de grande escala de desenvolvimento agrícola**" (ProSAVANA-PD, Relatório No.2, 2013:3-2; 3-7). Os pesquisadores internacionais do *Future Agricultures Consortium*, também questionam o "papel paralelo" da FGV: "**Como o envolvimento da FGV na componente de cooperação técnica do ProSAVANA está relacionada com a sua participação numa iniciativa privada paralela de mobilizar investimento estrangeiro directo** na região de Nacala (através da lançamento do Fundo de Nacala) "é uma questão que se coloca (Cabral e Shankland, 2013:15).

Durante uma apresentação sobre o ProSAVANA em Novembro de 2012, Kota Sakaguchi da JICA, foi directamente questionado sobre o envolvimento japonês no Fundo de Nacala. Sakaguchi deu a seguinte resposta: "Não estamos na fase de (...) dizer que vamos oferecer o nosso apoio [ao Fundo de Nacala], mas, se [o fundo] pode atingir [os objectivos de] inclusão social, de desenvolvimento [económico e social] e de protecção do ambiente, iremos considerar a participação nele" (Sakaguchi, Nov. 15, 2012).

⁹⁵ Ver o site a seguir sobre a FGV Projectos: <http://fgvprojotos.fgv.br/>

A decisão do Japão de optar por não participar ou contribuir para o fundo está relacionada com a forte crítica que o MNE e a JICA receberam sobre o ProSAVANA, e sobre a maneira como este assunto tinha sido levado para os mídia e parlamentares e publicamente exibidos. A sua decisão está, também, relacionada com os escândalos na ODA acima mencionados que tiveram lugar no Japão no passado e o processo subsequente de reforma da ODA. Após as reformas no Japão, ficou muito claro que o uso de fundos públicos (ODA) para apoiar o agro-negócio (especialmente do Brasil ou estrangeiro), na medida em que aumente potencialmente a possibilidade de prejudicar os direitos dos agricultores locais, é totalmente inaceitável. Assim, tornou-se importante o distanciamento do ProSAVANA do Japão de modelos de investimento, tais como o Fundo de Nacala.

Curiosamente, durante a apresentação feita por técnicos da FGV em Novembro de 2012, o logótipo da JICA foi adicionado a um slide da apresentação em *power point* em que se discutia o Fundo de Nacala, embora, oficialmente, o Japão se tivesse retirado da prestação de apoio ao ProSAVANA através do fundo. Eles foram mais longe ao mencionar que "o Fundo de Nacala oferece investimentos de baixo risco e alto retorno", dado que os riscos devem ser minimizados pelo "pacote institucional" do ProSAVANA (FGV Projetos, 2012).



Fonte: FGV Projetos, 2012.

Porque é que foi permitido que a FGV Projetos do Brasil, que está a colectar dinheiro para investimento em todo o mundo para o Corredor de Nacala (a primeira estimativa é de cerca de 2 mil milhões de dólares americanos), elaborasse "projecto" do Plano Director da mesma região? Como é que pode ser suficientemente responsabilizada por servir os interesses do povo e priorizar o meio ambiente acima dos interesses dos seus clientes (investidores)? Tanto quanto se pode observar, a partir da análise final do Relatório No.2 escrito pela FGV Projetos, a sua intenção de priorizar e servir os interesses de empresas é muito clara, enquanto o seu entusiasmo em proteger os direitos dos locais é terrivelmente fraco. Será que a corrida à terra e conflitos (Instituto Oakland, 2011; UNAC e JA, 2011; Land Matrix, 2012, 2013) não constituem obstáculos graves à transparência e à prestação de contas do programa e em contradição com o objectivo de ProSAVANA de "apoiar os pequenos agricultores locais"?

De acordo com a "Declaração Conjunta", elaborada por organizações da sociedade civil, anteriormente referida neste artigo, através do Fundo de Nacala, a FGV está a servir os interesses empresariais brasileiros e portugueses no Corredor de Nacala, para não mencionar os interesses financeiros do próprio Presidente moçambicano:

“O Plano Director foi elaborado por um grupo de consultores da Fundacao Getulio Vargas (FGV). Esses consultores sao tambem directores na Vigna Brasil, tambem conhecida como Vigna Projetos, que presta servicos de consultoria para as empresas do agronegocio, como a

Galp Energia, Vale, Syngenta, Petrobras, e ADM. A Galp, propriedade da família Amorim de Portugal, já está investida numa operação de cultivo da soja em larga escala na área do projecto ProSAVANA através de uma *jointventure* chamada AgroMoz com a Intelec, uma holding parcialmente controlada pela família do presidente moçambicano. A Vigna Brasil tem o mesmo endereço de contacto que a empresa 4I.Green, que é descrita como gerente técnica do Fundo de Nacala – o principal veículo de financiamento para os grandes projectos do agronegócio no Corredor de Nacala” (Declaração Conjunta, 29 de Abril de 2013).

Por intenção, ou não, da FGV, não irá ela ganhar financeiramente através das suas relações com este fundo, directa e/ou indirectamente? No contexto japonês, isto pode facilmente ser considerado como um mecanismo corrompido. Porque não no Brasil ou em Moçambique?

b) Agro-negócios brasileiros – sem interesses na zona Norte de Moçambique?

Finalmente, há um outro elemento importante que está, conspicuamente, ausente do argumento de Fingermann e que deve merecer alguma consideração aqui. É que, os empresários brasileiros associados a empresas de agro-negócio, têm estado a viajar pela zona Norte de Moçambique para ver por si mesmos o potencial agrícola das terras da região. Muitos desses brasileiros são os que compõem os delegados brasileiros da ProSAVANA, oficialmente enviados pelo fundo público brasileiro, liderados pelo deputado Luiz Nishimori. Estes brasileiros têm falado abertamente sobre a sua intenção de trazer "colonos brasileiros" para o Corredor de Nacala (*SankeiBiz*, 20 de Agosto de 2012; *Nikkei Shimbun*, 1 de Maio de 2012), sobre a obtenção de terras extremamente "baratas e férteis" na região (Presidente da Associação de Algodão de Mato Grosso, *Reuters*, 15 de Agosto de 2011). Durante uma entrevista na televisão que ele deu em meados de 2012, Nishimori descreveu o objectivo de ProSAVANA como segue⁹⁶:

“Este acordo [ProSAVANA] foi criado para transplantar a experiência do Cerrado brasileiro para a Savana africana. (...) Nesta área, a Vale do Rio Doce [uma mineradora brasileira] já começou a extrair diversos recursos minerais. **Agora estamos a levar trabalhadores agrícolas brasileiros para a mesma área. São jovens que têm pouca terra.** (...) O [ProSAVANA] dará muitas oportunidades a esses jovens agricultores que estão cultivando 4 a 5 ha de terra no sul do Brasil e **que estão dispostos a praticar agricultura moderna e de grande escala**”(TV Camara, 27 de Junho de 2012).

O Deputado Nishimori não é apenas um membro do parlamento, como Hongo da JICA tentou enfatizar durante a visita oficial do presidente da UNAC ao MNE em Fevereiro de 2013. Ele é uma figura-chave envolvida na fase inicial de planeamento do ProSAVANA e, sendo um *Nikkei* deputado brasileiro, tem muitas ligações influentes na embaixada japonesa e na JICA. Nishimori foi, também, chefe duma delegação brasileira composta por 15 representantes do agro-negócio, funcionários governamentais e jornalistas que viajaram para Moçambique numa missão conjunta para visitar a região do Corredor de Nacala em Abril de 2012.

⁹⁶ TV CAMARA Palavraberta, 27 de Junho de 2012 no ar: <http://farmlandgrab.org/post/view/21652>



ミッション概要③

■参加者

- 日本(19名): 民間企業8社、3省庁、JICA
- ブラジル(16名): ルイス西森議員、民間企業、農業生産者、ジャーナリスト、ブラジル国際協力庁(ABC)
- モザンビーク(20名): マラテ駐日大使、農業省及び農業省関連機関、商工省、投資促進センター、経済特区事務局、経団連

■プログラム

- 4/16(マプト) ウェルカムカンファレンス
- 4/17(ナンブラ) 州知事との協議、現地農業視察
- 4/18(ナンブラ) 現地農業・インフラ視察、民間企業等とのラウンドテーブル
- 4/19(リンガ) 州政府との協議、現地農業視察、民間企業等とのラウンドテーブル
- 4/20(マプト) アリ首相への報告、農業副大臣への報告

[Esquerda]: Entrevista de Nishimori à TV Camara, 27 de Junho de 2012.

[Direita]: O nome de Nishimori aparece como chefe da Missão Conjunta do ProSAVANA na apresentação da JICA (Inui, 5 de Junho de 2013: Slide 4).

Em resposta às observações feitas acima de Nishimori, na 2ª reunião ONG-MNE, a JICA afirmou que ele deve ter sido: "**confundido sobre o objectivo do programa**, mas agora ele sabe" (Kota Sakaguchi, 5 de Março de 2013). No entanto, a informação oficial da JICA sobre o resultado desta missão conjunta, parece contradizer esta disjunção, ao declarar que "através da participação nesta missão, os actores relacionados do Japão, Brasil e Moçambique, foram capazes de compartilhar a **visão comum com a mesma consciência** (...)"(JICA, 14 de Maio de 2012).

Do lado brasileiro, os actores envolvidos no ProSAVANA (ou de alguma forma interessados em se envolver), têm sido muito mais directos quando falam sobre as intenções para a sua participação no programa (que, digamos, os seus contrapartes japoneses, por exemplo). As observações feitas por Nishimori não são apenas um exemplo isolado. Em vez disso, tais observações parecem ser representativas do que parece ser uma compreensão generalizada entre muitos actores brasileiros, que consideram o programa como uma forma para adquirir terras aráveis a baixo custo, ter acesso aos mercados de exportação e trabalho com baixos salários, e gerar lucros privados enormes (*Reuters*, 15 de Agosto de 2011). Dentro e entre os círculos brasileiros de negócios e política, o discurso sobre o ProSAVANA foi amplamente dominado pela ideia de que a terra está, simultaneamente, "disponível", "fértil" e incrivelmente "barata" na zona Norte de Moçambique.

O agro-negócio brasileiro está fortemente integrado nas cadeias do agro-negócio globais, tanto nacional como internacionalmente, e desempenha um papel chave no fornecimento de vários produtos agrícolas importantes para o mercado global (Schlesinger, 2012). Dado o nível avançado do país de especialização técnica e conhecimento do desenvolvimento da agricultura tropical de grande escala, os brasileiros são uma componente essencial do objectivo inicial do programa ProSAVANA. O seu envolvimento é, também, essencial devido ao facto do Brasil e Moçambique partilharem uma língua comum – o português. Várias empresas de agro-negócio interessadas em investir em Moçambique já foram capazes de obter dados e informações detalhadas sobre a área e actores na zona Norte de Moçambique e estabeleceram fortes ligações com o governo moçambicano através do seu envolvimento no ProSAVANA. Como a pesquisa da *Future Agriculture* confirma: "A representação do Brasil no país [Moçambique] foi consideravelmente reforçada com este programa particular (ProSAVANA)" (Chivava, et al., 2013: 12).

Muitos dos pontos acima foram trazidos à atenção internacional no início de Setembro de 2012 por Clements & Fernandes (2012), embora Fingermmann chame aos argumentos deles um "mito" (Fingermmann, 2013:1-2); dois estudos recentemente publicados por Nogueira & Ollinaho (2013) e Schlesinger (2013c) sobre o ProSAVANA, confirmam estes pontos. Após realizar uma análise

aprofundada de 41 entrevistas com os actores do ProSAVANA em/dos três países e pesquisa no terreno na área alvo do ProSAVANA, Nogueira e Ollinaho compartilham as suas constatações como se segue:

“O ponto focal moçambicano em Nampula informou que "os investidores brasileiros são os que vêm em maior número no âmbito do ProSAVANA". "Houve duas grandes missões [brasileiras] e, numa delas, eles contrataram um Boeing completo, com 70 investidores em Novembro de 2012. (...) No último sábado, houve uma equipe brasileira para procurar terra para trabalhar aqui. Mas eles saíram um decepcionados porque a terra aqui não é o que eles tinham imaginado. Não é fácil encontrar 20.000 ha aqui (...), há muita terra escondida, mas o investidor entra e olha perto da estrada. Com o zonamento realizado pelo ProSAVANA será mais fácil'. Além do Grupo Pinesso, até meados de 2013, pelo menos, três empresas do agromercado brasileiras estavam à espera da aprovação dos seus DUATs, o direito de uso da terra concedido pelo Estado "(Nogueira & Ollinaho, 2013: 9).

2.5. Exame do “Mito 3 - Conflitos entre agricultores de escala comercial (agronegócio) e agricultores de pequena escala”

O último "mito" que Fingermann aborda é uma pergunta sobre (a) se haverá conflitos de terra causados pelo ProSAVANA, ou não, e (b) se, actualmente, estão a haver tais conflitos na área do Corredor de Nacala (Fingermann, 2013:2). A sua resposta para (a) é que "não se pode dizer se haverá (que tipo de) conflitos relacionados com o ProSAVANA", porque "o momento ainda não chegou" (*Ibid.*). É de perguntar, porque esperar para confirmar se esses conflitos vão realmente ocorrer, quando todos os documentos relacionados com o ProSAVANA indicam a possibilidade de conflitos de terra entre os locais e empresas agrícolas de escala comercial? Como já discutido, seis QIPs são listados como potencialmente exigindo "re-localizações involuntárias" (ProSAVANA-PD, Relatório N.º.2, 2013:4-60).

2.5.1 “Apenas um caso de conflito de terra na região”?

Fingermann escreveu que reconhece apenas um caso de tais conflitos na região, um caso em Matanusca, Província de Nampula, indicando um relatório publicado pela UNAC e Justiça Ambiental, organizações que ela considera como criadoras de "mitos" (Fingermann, 2013:1, UNAC & JA, 2011). No entanto, dois anos se passaram desde a publicação do relatório, e muitos mais conflitos de terra entre empresas de escala comercial e os agricultores locais estão a ocorrer, não só na área do Corredor de Nacala, mas também em todo Moçambique.

Vejamos o caso mais famoso localizado na área alvo do ProSAVANA, o caso de Hoyo Hoyo, em Lioma, Distrito de Gurué, Província da Zambézia. Hanlon and Smart (2012) foi quem escreveu, primeiro, sobre este caso, seguindo-se o *IPS* com o seu artigo recente (*IPS*, 25 de Fevereiro de 2013). Hoyo Hoyo, ou Quifel (o nome registado da empresa), obteve 10.000 ha de Empresa Agrícola Estatal de Lioma, que foi abandonada pelo governo durante a guerra, mas que os regressados começaram a usar após o acordo de paz de 1992. Quando a empresa apareceu, 836 pequenos agricultores locais estavam a cultivar 3.500 hectares da exploração. A Hoyo Hoyo prometeu aos locais compensação, emprego e novas terras para trabalhar. Mas a empresa só parcialmente cumpriu a sua promessa, e nenhuma terra foi oferecida (*Ibid.*).

Até Agosto de 2013 os problemas acima não tinham sido resolvidos (pesquisa de campo da autora⁹⁷). De acordo com os agricultores locais e associações de agricultores, a terra oferecida pela empresa era um pântano. Os agricultores locais recusaram e pediram terra melhor para o cultivo, mas a Hoyo Hoyo não concordou. Depois de não terem conseguido cultivar durante um ano, os agricultores famintos começaram o seu cultivo no "mato" (floresta) longe de sua própria comunidade (3 horas a pé em vez de 1.5 hora para a Empresa Agrícola Estatal de Lioma). Eles pediram à empresa para ajudar na preparação da terra, cortando árvores e preparação da terra, por exemplo, mas a Hoyo Hoyo recusou na base de que a empresa já tinha oferecido "nova terra para cultivo", o pântano (entrevista da autora com os agricultores locais, em 11 de Agosto de 2013). Um membro local do conselho, diz que uma comissão para resolver estes problemas foi criada pela empresa e pelo governo local, mas nenhum dos agricultores que estão a protestar activamente contra a empresa e suas acções, foi convidado para participar na comissão (entrevista da autora com um membro do conselho, em Agosto de 2013).

Apontando para o campo onde ela costumava cultivar dentro da empresa estatal, a 30 minutos a pé da sua residência, uma mãe de sete filhos disse à autora:

“Olhe para isto. Nós costumávamos produzir tudo na minha *machamba* [terreno de cultivo]. Estávamos a comer quatro vezes por dia. Produzíamos, não só a nossa comida, mas, também excedente. Não só a minha família, mas as crianças aqui estavam a comer bem, iam à escola secundária, e até conseguíamos que elas ficassem em dormitórios. Cultivamos esta terra há mais de 10 anos, mas a Hoyo Hoyo insistiu que a terra era deles agora. Um dia, veio o seu tractor e estragou todas as culturas que plantámos em frente de nossos próprios olhos. Nós gritámos para que parassem, chorámos e dissemos-lhes para esperar, pelo menos, até que colhêssemos, mas não nos ouviram (...) Há mais de um ano que comemos apenas uma vez por dia. As crianças estão sempre com fome, mas eu não sei o que fazer" (entrevista da autora, 11 de Agosto de 2013).



[Esquerda]: Terra agrícola constante no DUAT da Hoyo Hoyo – foto tirada pela autora (Março de 2012); [Direita]: Tractores e máquinas da Hoyo Hoyo (Agosto de 2013).

⁹⁷ Esta informação foi confirmada com um membro do conselho local, mas ainda faltam entrevistas com representantes da Hoyo Hoyo.



Terra de cultivo dos agricultores locais danificada pela Hoyo Hoyo
(foto tirada por Bertram Zagema, Agosto de 2013).

Mesmo que Fingermann não tenha visitado Lioma durante a sua "viagem ao Corredor de Nacala" para confirmar os conflitos de terra que estão em curso no distrito, a informação está facilmente disponível na internet (Hanlon & Smart, 2012; IPS, 25 de Fevereiro de 2013). Na secção do relatório que discute os resultados da análise SWOT, os casos de conflitos de terras entre os agricultores locais e o agro-negócio em 4 dos 6 zonas do ProSAVANA (Zona I, Zona III, Zona V, Zona VI) são claramente identificados e destacados:

“Conflitos de terra entre agricultores locais, e entre os agricultores locais e explorações de empresas” em Monapo e Alto Molócuè [*sic.*]; “Conflito de terras sério entre os agricultores locais e explorações de empresas [posto administrativo de Lioma e Mandimba], e entre os agricultores locais em Cuamba”; “Conflito de terras sério entre os agricultores locais e fazendas corporativas explorações de empresas em todos os distritos [em Majune, Lichinga e Sanga]” (ProSAVANA-PD, Relatório No.2, 2013:2-24; 2-26; 2-27).

Há muitos outros investimentos em agro-negócios Lioma, incluindo alguns actores relacionados com o ProSAVANA. Hanlon e Smart (2012) reportam que a AgroMoz obteve 10.000 ha de terras para a produção de soja em larga escala, em Setembro de 2012, e é propriedade do Grupo Américo Amorim de Portugal (que detém o Banco Único em Moçambique), Pinesso (um grande produtor de soja brasileiro) e a Intelec Holdings (empresa moçambicana parcialmente detida pelo Presidente Armando Guebuza) (Hanlon & Smart, 2012:7; *Mail & Guardian*, 6 de Janeiro de 2012). De acordo com Devlin Kuyek da GRAIN e com a "Declaração Conjunta", o Grupo Américo Amorim controla a Galp Energia, a quem a FGV parece prestar serviços de consultoria para as suas actividades de agro-negócio (Kuyek, 2013⁹⁸; "Declaração Conjunta", 2013).

Será pura coincidência que muitos dos actores do ProSAVANA, estejam na lista? Porque estão juntos a obter vastas áreas de terra na área alvo do ProSAVANA um ano após ter sido assinado pelos governos do Brasil, Moçambique e Japão outro acordo para a implementação ProSAVANA, e

⁹⁸ Apresentação feita por Devlin Kuyek em Yokohama, 29 de Maio de 2013. A apresentação pode ser acedida em: <http://Mozambiquekaihatsu.blog.fc2.com/blog-entry-36.html>

no meio da preparação Plano Director? Um breve relato do caso da AgroMoz e da exploração da terra é elucidativo deste ponto.



Plantação de soja da AgroMoz. A empresa obteve DUAT de 3.000 ha nesta área (foto tirada pela autora, Agosto de 2013).

Havia 199 famílias de agricultores ou 464 agricultores individuais usando um total de 275,4 hectares dentro da área onde a AgroMoz obteve o DUAT (entrevista da autora com a autoridade governamental local, 11 de Agosto de 2013). De acordo com um líder tradicional local e alguns membros da comunidade, os agricultores locais que desistiram de suas terras só receberam o pagamento de 500 meticais (cerca de 16 dólares americanos) por 1 ha, sendo que a maioria deles cultivava 1-2 ha. Dado que aceitaram esta "compensação", a empresa recusou-se a preparar novas terras. Assim, o líder tradicional teve que procurar terrenos alternativos (floresta) e alocá-los aos que perderam terra, mas, ainda assim, a empresa não ofereceu a sua assistência para destronar e arar a terra (entrevista da autora, 11 de Agosto de 2013). Alguns agricultores estão a ficar ansiosos por não estarem prontos para a próxima temporada de chuvas⁹⁹.

No entanto, a autoridade governamental local, negou quaisquer "problemas" entre a empresa e os residentes locais, e assegurou: "Dado que toda a comunidade está muito feliz com os investidores e com o que eles lhes trouxeram [como o emprego e a doação de cadernos e de alimentos para escolas], não houve problemas levantados pelos residentes locais durante a nossa reunião trilateral [entre a comunidade, os representantes da AgroMoz e a autoridade governamental] (entrevista da autora à autoridade governamental local, 11 de Agosto de 2013)¹⁰⁰. No entanto, tanto o líder tradicional, como o líder do governo, concordaram num ponto (em entrevistas separadas): "Não

⁹⁹ De acordo com o líder tradicional, durante a consulta à comunidade, antes do pedido do DUAT, que teve lugar em Maio de 2012, os representantes da empresa não deram informação sobre o valor da "compensação" e prometeram preparar a nova terra para cultivo, mesmo a quem tivesse recebido dinheiro (entrevista da autora, 11 de Agosto de 2013). A entrevista da autora a representantes da empresa foi adiada devido a problemas logísticos, e tem que ser perseguida.

¹⁰⁰ Este caso será discutido em detalha em próximas publicações, mas deve-se notar que as dificuldades de pesquisa enfrentada neste caso devido à natureza política desta empresa e área. Muitas pessoas têm muito medo em falar e o ambiente e processo das entrevistas teve, constantemente, que ser alterado. A experiência passada de pesquisa no terreno durante a guerra na região, certamente, ajudou nas entrevistas.

vamos aceitar mais os investidores que procuram terras para essa comunidade. Não temos mais terra".

Como é possível proteger os direitos dos pequenos agricultores locais, quando a figura mais responsável na governação do país e os formuladores principais do plano director de desenvolvimento que determina as directrizes e os projectos para os doadores internacionais, têm interesses comerciais na mesma área? A seguinte pergunta de uma agricultora no Distrito de Lioma ilustra, simbolicamente, a situação.

“Onde está o nosso ‘pai’? Somos crianças abandonadas. Não temos alguém que possa proteger a nós e nossos direitos ” (entrevista da autora, 11 de Agosto de 2013).

2.5.2. “As empresas actualmente na área não têm relação com o ProSAVANA”?

Embora seja fácil para os actores do ProSAVANA dizerem que não existe "oficialmente" qualquer conexão ou relacionamento entre o programa e a onda de empresas agora a correr para adquirir terras na área do Corredor de Nacala, os dois eventos são, obviamente, a desenvolver-se, simultaneamente, na mesma região, e, muitas vezes, envolvem o mesmo círculo de pessoas que estão envolvidas no ProSAVANA. Assim, precisamos fazer a pergunta simples: "Porquê?" A medida em que o fenómeno da "corrida às terras" actualmente a acontecer no Corredor de Nacala está realmente relacionado com o ProSAVANA tem que ser cuidadosamente analisada. O representante do MNE, Yoshiko Kijima, concordou com este ponto durante a 2ª reunião ONG-MNE sobre o ProSAVANA realizada em Março de 2013, depois de receber informações semelhantes destacando essas preocupações¹⁰¹.

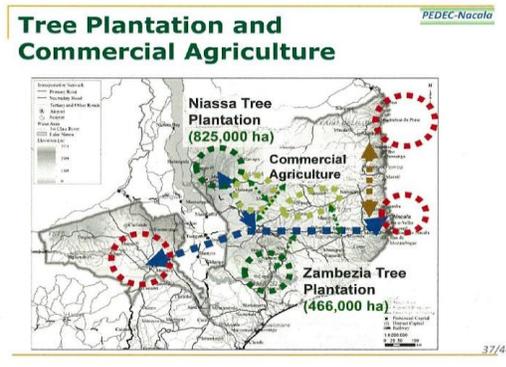
De facto, nos últimos anos muitas empresas estrangeiras obtiveram DUATs e investiram em projectos de desenvolvimento em larga escala no Corredor de Nacala, em particular nos sectores florestal e de mineração, e esta tendência resultou no surgimento dos graves conflitos de terra em curso na região. Os impactos nos direitos humanos relacionados com as operações de Chikweti Forests¹⁰² na Província de Niassa (Zona VI para o ProSAVANA) fornecem apenas um caso particular em questão. Outro caso exemplar é encontrado no surgimento de graves conflitos de terra entre as empresas de mineração, como a Vale (Brasil), Rio Tinto (Reino Unido, Austrália) e Jindal (Índia), e a população local no Distrito de Moatize, Província de Tete. Os impactos sociais e ambientais relacionados com as operações destas empresas em Moçambique são continuamente transmitidos pela mídia internacional (*BBC* e *Reuters*), e têm sido bem documentados em diversas publicações académicas (Mosca & Selemane, 2011; Garcia, et al., 2012; Mosca & Selemane, 2013).

Apesar do Distrito de Moatize, ou a Província de Tete, não estar incluído na área alvo do ProSAVANA, ele está incluído no âmbito da "Abordagem de Desenvolvimento Abrangente do Corredor de Nacala" da JICA anunciada durante a TICAD V¹⁰³. Isso também fica claro nos seguintes slides.

¹⁰¹ http://www.mofa.go.jp/mofaj/gaiko/oda/shimin/oda_ngo/taiwa/prosavana/prosavana_02.html

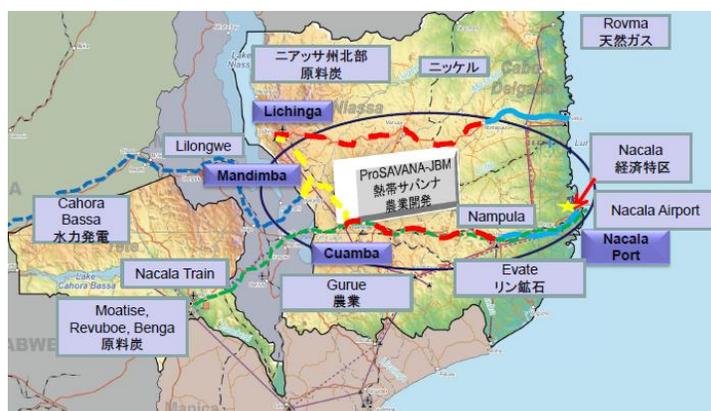
¹⁰² O relatório é amplamente disponível em Agrarian Justice, 2012 (<http://www.tni.org/report/human-rights-niassa-province>).

¹⁰³ <http://www.ticad.net/africa/jicaevents/img/summary/2Jun9-12Corridor%20development%20in%20Africa.pdf>



Apresentações sobre o Projecto de Estratégias de Desenvolvimento Económico para o Corredor de Nacala feitas por Oriental Consultants para a JICA em 13 de Fevereiro de 2013.

Isto mostra como o ProSAVANA está ligado ao âmbito e agenda institucional mais amplos da JICA, como se pode ver a partir de seus documentos e mapas. Um exemplo é o mapa abaixo mostrando a ligação das minas em Tete ao porto de Nacala, através do Malawi (representada pela linha verde). Tal como o PRODECER estava conectado ao Projecto de Grande Carajás no Brasil, o ProSAVANA está ligado às grandes empresas de mineração em Tete, através do desenvolvimento de infra-estruturas controladas, por certo, pelos actores/empresas¹⁰⁴ do Japão e Brasil. Na verdade, uma empresa de japonesa, a Nippon Steel & Sumitomo Metal, já obteve concessões mineiras para a mina de Ruvuboé na Província de Tete, "ao lado da mina de Moatize operada pela Vale", segundo a empresa¹⁰⁵.



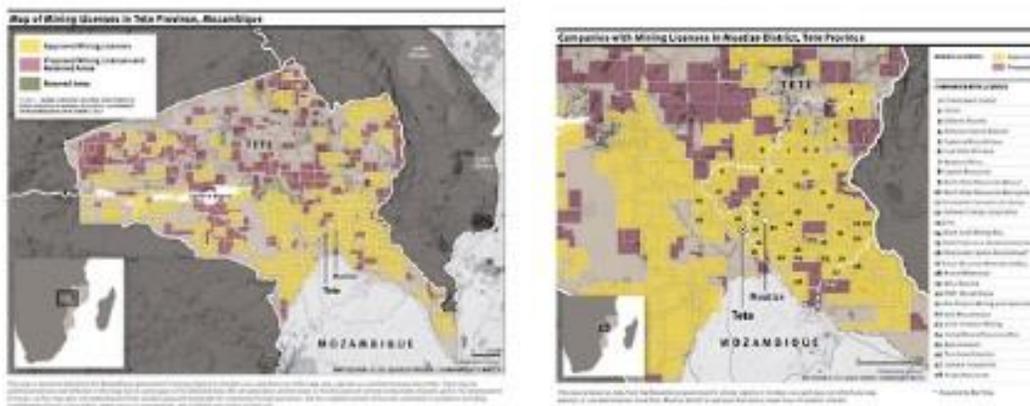
Fonte: JICA 2012.

Os mapas a seguir mostram as áreas de terras que já foram cedidos a empresas de mineração no Distrito de Moatize, e, mais geralmente, na Província de Tete, e as áreas em negociação (Human Rights Watch, 2013). Estes mapas mostram a magnitude da terra "usurpada" que está a acontecer na região e pintam um retrato da escala de desapropriação das comunidades locais que estas usurpações, muitas vezes, parecem requerer. A resistência pela população local está-se a tornar violenta devido à falta de resposta significativa das empresas ou do governo¹⁰⁶.

¹⁰⁴ Este ponto será explorado mais aprofundadamente em trabalhos futuros.

¹⁰⁵ http://www.nssmc.com/en/news/20130404_100_01.pdf

¹⁰⁶ Voice of America (Aug.27, 2013) "Mozambique Villagers Exposed to Open-Pit Coal Mine". <http://www.voanews.com/content/Mozambique-villagers-exposed-to-open-pit-coal-mine/1737927.html>



Fonte: Human Rights Watch, 2013. ([Esquerda]: Província de Tete; [Direita]: Distrito de Moatize)
 *Amarelo: área mineira já contratada; Roxo: área mineira em negociação.

Os interesses das empresas estão a ser priorizados antes dos direitos das pessoas, embora Moçambique tenha a mesma administração e uma lei de terras "pró-pobre". Este não é um fenómeno limitado a Moçambique, de acordo com um especialista em questões de terra, Liz Alden Wily (2013). Muitos estudos comparativos já analisaram este fenómeno usando casos de Moçambique (Palmer, 2003; Theting & Brekke, 2010; FIAN, 2010). Simplesmente, não é suficiente comparar a zona Norte de Moçambique com o PRODECER no Brasil e assumir que "não haverá a usurpação de terra porque o"ProSAVANA não é uma réplica do PRODECER ". A actual corrida à terra impulsionada pelo investimento agrícola é um fenómeno mundial e não há nenhuma razão para que Moçambique ou o ProSAVANA (ou o Fundo de Nacala), devam ser discutidos isoladamente.

Ao invés, Moçambique é um dos principais alvos da corrida à terras global (WB, 2010; UNCWFS-HLPE de 2011; GRAIN, 2011; Terra Matrix, 2012; 2013). Considerando os dados mais recentes, cerca de metade de todas as transacções de terra no mundo ocorreram na África, "com muitas em Moçambique e na Etiópia" (BBC, 10 de Junho de 2013). Na última série de dados publicados pela Land Matrix, Moçambique é listado como um dos cinco países mais visados no mundo e mais de 2 milhões de hectares já foram adquiridos por negócios da terra transnacionais (Land Matrix 2013¹⁰⁷).

Conclusão

Como vimos, a partir do exame de fontes primárias obtidas de actores do ProSAVANA (JICA, MNE, EMBRAPA, ProSAVANA-PD, Ministério da Agricultura e consultores), moçambicanos, brasileiros, japoneses, de OSCs internacionais, japonesas, e moçambicanas, e mídia brasileiros, por meio do acesso público e pessoal, entrevistas e observação participante, os argumentos de Fingermann não resistem a um escrutínio mínimo. A maioria dos seus argumentos baseia-se em suposições e, quando ela se ofereceu "evidências", estas basearam-se, principalmente, em "entrevistas" a actores do ProSAVANA. Tornou-se também evidente que ela excluiu da sua análise e conclusões documentos ou metodologias cruciais.

¹⁰⁷ <http://landmatrix.org/get-the-idea/web-transnational-deals/> Os detalhes destes negócios de terra podem ser obtidos no seguinte site. <http://landmatrix.org/get-the-detail/by-target-country/Mozambique/>

Neste trabalho, discuti os desafios da pesquisa do ProSAVANA, tais como a disponibilidade limitada de fontes abertas ao público; constante mudança no discurso, a importância de consultar não só fontes em português e inglês, mas também em japonês; problemas com a excessiva dependência em entrevistas dos actores do ProSAVANA, e em pesquisa de campo organizada à pressa pela autoridade usando questionários fixos, e os perigos duma atitude de "esperar para ver até que as coisas ocorrem". A partir das nossas dolorosas "lições de Fukushima", sugiro a redescoberta da importância de uma "abordagem de precaução", permitindo que o dano futuro a ser previsto, e quatro métodos de investigação academicamente sólidos deste tipo: (1) exame histórico e crítico das fontes, (2) a observação participante, (3) pesquisa no terreno¹⁰⁸, e, (4) estudo comparativo. Neste artigo, usei todos estes métodos, mas, sobretudo (1) e (2). Por último, não podemos esquecer que, independentemente de quem quer que sejamos e de como conduzimos a nossa investigação, não podemos omitir a consideração e análise das relações de poder.

Pelo que observámos, fica claro que estamos num momento crucial para determinar a direcção do ProSAVANA e do seu Plano Director. O plano deverá estar concluído em Outubro de 2013, sem muita modificação do Relatório N.º.2, se os relatórios não tivessem escapado e se não se tivesse intensificado a advocacia por parte da sociedade civil local e internacional desde a declaração da UNAC em Outubro 2012. Pergunto-me porque é que Fingermann, que listou muitas das mesmas fontes que tenho (excepto as japonesas), não parece tê-las examinado totalmente. Em vez disso, ela criou seus próprios "mitos" e denunciou aqueles que têm vindo a lutar pelos direitos das pessoas e pelo ambiente, baseando as suas conclusões apenas em "entrevistas" e suposições.

Termino este artigo citando Ruth First, que contribuiu para estabelecer a base para a academia em Moçambique. Vou citar o discurso em Setembro de 2012 de Carlos Nuno Castel-Branco, Director do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE) – do qual parece que Fingermann é/era uma pesquisadora associada.

“[Ruth costumava dizer:] a pesquisa é sobre o que não sabemos e o que sabemos. Não comece com "soluções", mas centre-se em "o que está a acontecer" e "como isso está a acontecer. Não se concentre em "o que está faltando", mas "como é a situação actual", e "porquê desta maneira". A Política e a Economia parecem existir separadamente, mas sempre conectadas. Continue a questionar, questione, até mesmo, o seu quadro de conhecimentos”.

¹⁰⁸ O relatório e artigos detalhados na pesquisa no terreno serão publicados num futuro próximo. Serão incluídas nestes documentos discussões sobre “Nova Aliança para a Segurança Alimentar e Nutrição em Moçambique do G8” (*G8 New Alliance of Food Security and Nutrition in Mozambique*) no contexto do ProSAVANA. O ProSAVANA é listado como um projecto da Aliança e o governo japonês é responsável pela sua implementação em Moçambique, juntamente com o governo dos EUA.

Bibliografia:

Fontes Primárias:

Registos/ Acta de Reunião (MoM – *Minute of Meeting*):

- Câmara dos Deputados (1980), Projecto de Resolução No.159.
- MoM on Triangular Cooperation for Agricultural Development of the Tropical Savannah in Mozambique (17 Set. de 2009).
- MoM of the Detailed Planning on Triangle Agreement for Support of agricultural Development Master Plan for Nacala Corridor in Mozambique Agreed between Japan International Cooperation Agency, Brazilian Cooperation Agency and Authorities Concerned of the Government of the Republic of Mozambique (28 de Julho de 2011).
- MoM on the third JCC Meeting (3 de Dezembro de 2012).

Registo (Reuniões ONG-MNE/JICA Meetings):

- Acta da palestra de Tomoya Inyaku, PARC, na Meijigakuin Univ., 8 de Novembro de 2012.
- Acta da palestra de Kota Sakaguchi, JICA, na Meijigakuin Univ., 15 de Novembro de 2012. (não pública)
- Acta do ODA Policy Council, 14 Dezembro de 2012 (NGO・外務省定期協議会 ODA 政策協議会)
http://www.mofa.go.jp/mofaj/gaiko/oda/shimin/oda_ngo/taiwa/oda_seikyo_12_2.html
- Acta da Reunião ONG-MNE sobre o ProSAVANA (não pública *acordou-se que somente o resumo é público)
A 1ª reunião, 25 de Janeiro de 2013.
http://www.mofa.go.jp/mofaj/gaiko/oda/shimin/oda_ngo/taiwa/prosavana/prosavana_01.html
A 2ª reunião, 15 de Março de 2013.
http://www.mofa.go.jp/mofaj/gaiko/oda/shimin/oda_ngo/taiwa/prosavana/prosavana_02.html
A 3ª reunião, 19 de Abril de 2013.
http://www.mofa.go.jp/mofaj/gaiko/oda/shimin/oda_ngo/taiwa/prosavana/prosavana_03.html
A 4ª reunião, 9 de Maio de 2013.
http://www.mofa.go.jp/mofaj/gaiko/oda/shimin/oda_ngo/taiwa/prosavana/prosavana_04.html
A 5ª reunião, 12 de Julho de 2013.
- Acta da Reunião com representantes da UPCN, 2 de Abril de 2013. (não pública)
- JICA (25 de Março de 2013) “JICA’s reply to NGOs’ questions” para a 3ª reunião ONG-MNE.

Relatórios de Organizações Governamentais e Inter-governamentais:

- FAO (2012), “The Voluntary Guidelines on the Responsible Governance of Tenure of Land, Fisheries and Forests”. <http://www.fao.org/docrep/016/i2801e/i2801e.pdf>
- IBAMA (2009) “Relatório técnico de monitoramento de desmatamento no bioma cerrado 2002 a 2008: dados revisados”, Brasília.
- Instituto de Planejamento Econômico e Social (ano desconhecido, mas nos anos 80) “Considerações sobre o projeto do JICA”, Brasília.
- INE (2011) “Censo Agro-Pecuário 2009 - 2010: Resultados Preliminares-Moçambique”, Maputo.
- United Nations Commission on World Food Security – High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition (2011) “Land Tenure and International Investments in Agriculture”. http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/hlpe/hlpe_documents/HLPE-Land-tenure-and-international-investments-in-agriculture-2011.pdf
- World Bank (2010) “Rising Global Interest in Farmland: Can it yield sustainable and equitable

- benefits?」.
- http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/IW3P/IB/2011/02/08/000334955_20110208033706/Rendered/PDF/594630PUB0ID1810Box358282B01PUBLIC1.pdf

Relatórios da JICA e MNE:

- JICA (1979) “Projeto do Relatório Final (Sumário): Estudo de desenvolvimento regional dos três estados”.
- JICA (1983) 「PRODECER 拡大」
- —— (2000) 「PRODECER 環境モニタリング報告書」
- —— (2001) 「PRODECER インパクト調査（地域開発効果等評価調査）帰国報告書」
- ——(2011) 「ナカラ回廊農業開発マスタープラン策定 業務指示書」（非公開資料）
- —— (2010) 「ProSAVANA 準備調査最終報告書」 『モザンビーク国 日伯モザンビーク三角協力による熱帯サバンナ農業開発協力プログラム準備調査最終報告書』
<http://libopac.jica.go.jp/search/detail.do?rowIndex=1&method=detail&bibId=0000252732>
- JICA (2011) 「ProSAVANA-PD 業務指示書」.
- MoFA (2009a) 「海外投資促進に関する指針」
- ——(2009b) 「官民連携モデルのイメージ」
- ProSAVANA-PD, Relatório No.1, Maio 2013. <http://farmlandgrab.org/post/view/21996>
- —————Relatório No.2, Março 2013. <http://farmlandgrab.org/post/view/21996>
- Hongo & Hosono (2012) 本郷豊&細野昭雄(2012) 『ブラジルの不毛の大地「セラード」開発の奇跡』ダイヤモンド社.

Notícias da JICA:

- JICA (30 de Junho de 2009) 「熱帯サバンナ開発にみる食料安全保障 (“Food Security seen in development of tropical savannah”）」.
http://www.jica.go.jp/story/interview/interview_75.html
- JICA Topics (28 de Setembro de 2009) 「日本とブラジルがモザンビークで農業開発協力—ブラジル・セラード農業開発の知見を生かして(“Japan and Brazil cooperate in agricultural development in Mozambique: using experiences of the Cerrado Agricultural Development”）」 http://www.jica.go.jp/topics/2009/20090928_01.html
- JICA-RI News & Topic (2012) ”JICA-RI conducts research for an upcoming book on the Cerrado in Brazil” http://jica-ri.jica.go.jp/topic/jica-ri_director_hosono_and_senior_advisor_hongo_conducted_field_studies_in_the_brazilian_cerrado_an.html
- JICA (14 de Maio de 2012) 「日本、ブラジル、モザンビークで官民合同ミッション—ナカラ回廊への農業投資促進を目指す—(“Japan, Brazil and Mozambique went on Public-Private Joint Mission – Envisioning agricultural investment on the Nalaca Corridor”）」
http://www.jica.go.jp/topics/news/2012/20120514_02.html
- JICA (22 de Fevereiro de 2013) 「田中理事長がモザンビークを訪問 (“JICA’s President visited Mozambique”）」 . http://www.jica.go.jp/press/2012/20130222_01.html

Entrevistas/Apresentações de actores do ProSAVANA:

- JICA 「第5回 ProSAVANA-JBM : モザンビーク北部農業開発に関する意見交換会(“The 5th ProSAVANA-JBM Seminar on Agricultural Development of Northern Mozambique”）」 Tokyo, July 31, 2012.
- José Pacheco (Agriculture Minister of Mozambique), JICA’s High Level Seminar on ProSAVANA, Tokyo, Apr. 2, 2013.

- FGV Projetos, “Agricultural Investment in Africa: Brazilian Expertise to Promote Sustainable Agriculture Investments”, Dakar, November 6, 2012.
http://www.g15.org/Renewable_Energies/J2-06-11-2012%5CPRESENTATION_DAKAR-06-11-2012.pptx
- Kota Sakaguchi (坂口孝太 JICA), 「モザンビークでの JICA 熱帯サバンナ農業開発プログラム 市民社会との勉強会(“Study Lecture on ProSAVANA”)」 at Meijigakuin Univ., Tokyo, 15 de Novembro de 2012.
- Luiz Nishimori (Brazilian Deputy), on TV Camara, Brasilia, 24 de Junho de 2012.
<http://farmlandgrab.org/post/view/21652>

Declarações/Relatórios da Sociedade Civil:

- ABRASCO (Associação Brasileira de Saúde Coletiva) (2012) “Dossiê ABRASCO – Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde” ABRASCO, Rio de Janeiro, 1ª parte.
<http://www.contraosagrototoxicos.org/index.php/materiais/relatorios/dossie-abrasco-um-alerta-sobre-os-impactos-dos-agrototoxicos-na-saude/download>
- ADECRU (Ação acadêmica para o desenvolvimento das comunidades Rurais) (April 18, 2013) “Violência e Confrontos entre Polícia e Famílias na Mina da Vale em Moçambique”.
- AEAGO (Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de Goiás), in *Diário de Manhã* (10 de Março de 1984).
- CPT (Comissão Pastoral da Terra) -Goias (1984) “para quem fica nossa terra onde vai nosso povo”.
- CPT (Comissão Pastoral da Terra) - MG (1985) “Para onde vão o nossos alimentos”.
- FIAN, “Land grabbing in Kenya and Mozambique: A report on two research missions and a human rights analysis of land grabbing”.
<http://www.fian.at/assets/StudieLandgrabbinginKeniaMozambiqueFIAN2010.pdf>
- GRAIN (2008) “Seized: The 2008 landgrab for food and financial security”.
<http://www.grain.org/article/entries/93-seized-the-2008-landgrab-for-food-and-financial-security>
- ----- (2011) “Extent of Farmland Grabbing for Food Production by Foreign Investors: How much agricultural land has been sold or leased off”.
<http://www.grain.org/fr/article/entries/4479-grain-releases-data-set-with-over-400-global-land-grabs>
- Human Rights Watch (2013) “What is a House without Food? Mozambique’s Coal Mining Boom and Resettlements”. <http://www.hrw.org/ja/node/115802>
- Japanese Experts (8 de Maio de 2013) 「専門家によるマスタープラン暫定案に関する分析と問題提起 (“Analysis and problem presentations of the interim Master Plan by Japanese experts”)」 . <http://mozambiquekaiatsu.blog.fc2.com/blog-entry-24.html>
- Justiça Ambiental & Friends of the Earth Mozambique (25 de Janeiro de 2013) “Position on the ProSAVANA Programme”. <http://farmlandgrab.org/post/view/21565>
- Justiça Ambiental, Forum Mulher, et al.,(29 de Abril de 2013) “Joint Statement: Leaked copy of the Master Plan for the ProSAVANA programme in Northern Mozambique confirms the worst”. <http://farmlandgrab.org/post/view/21996>
- Land Matrix (2012; 2013) <http://www.landmatrix.org>
- The Oakland Institute (2009) “The Great Land Grab: Rush for world’s farmland threatens food security for the poor”.
http://www.oaklandinstitute.org/sites/oaklandinstitute.org/files/LandGrab_final_web.pdf
- ----- (2011) “Understanding land investment deals in Africa: Country Report Mozambique”.
http://www.oaklandinstitute.org/sites/oaklandinstitute.org/files/OI_country_report_mozambiqu

- [e_0.pdf](#)
- UNAC & Justiça Ambiental (2011) “Os Senhores da Terra: Análise Preliminar do Fenómeno de Usurpação de Terras em Moçambique: casos de estudo”.
http://www.cebem.org/cmsfiles/publicaciones/senhores_terra.pdf
- UNAC (11 de Outubro de 2012) ”Statement on the ProSAVANA Programme”.
<http://www.unac.org.mz/index.php/7-blog/39-pronunciamento-da-unac-sobre-o-programa-prosavana>
- 23 organizações moçambicanas (28 de Maio de 2013) “Open Letter [Carta Aberta] from Mozambican civil society organisations and movements to the presidents of Mozambique and Brazil and the Prime Minister of Japan to Urgently Stop and Reflect on the ProSavana Programme”. <http://farmlandgrab.org/post/view/22150#sthash.h08JHxyX.dpuf>
- 2KR Network (2005) 『最終報告書』 .

Mídia:

- *AIM* (in Portuguese) (25 de Dezembro de 2013) “Governo Reitera que o Projecto Pro-SAVANA não vai confiscar terras de camponeses”
<http://noticias.sapo.mz/aim/artigo/652525122012154125.html>
- *AIM* (in English) (26 de Dezembro de 2012) “Pro-Savana” will not deprive farmers of land”.
- *BBC* (10 de Junho de 2013), “Database says level of global ‘land grabs’ exaggerated”.
http://www.bbc.co.uk/news/science-environment-22839149#story_continues_2
- *Brazilian Nikkei* (1 de Maio de 2012) /ニッケイ新聞 「日伯用国が連携し、モザンビークのサバンナ地帯を農業開発する『プロサバンナ事業』 (“Japan and Brazil collaborate, and develop agriculture in the Mozambican savannah”)) .
<http://www.nikkeishimbun.com.br/nikkei/html/show/120501-71colonia.html>
- *Diário de Manhã* (10 de Março de 1984) “JICA:parlamentares reivindicam debate”; “Agronomos contra o projeto”.
- *IPS* (25 de Fevereiro de 2013) “Mozambican Farmers Fear Foreign Land Grabs”.
<http://farmlandgrab.org/post/view/21682>
- *Reuters* (15 de Agosto de 2011) “Interview: Mozambique offers Brazilian farmers land to plant”. <http://www.reuters.com/article/2011/08/15/grains-brazil-mozambique-idAFN1E77E05H20110815>
- *Mail & Guardian* (6 de Janeiro de 2012) “Mozambique’s ‘Mr Guebusiness’”.
<http://mg.co.za/article/2012-01-06-mozambiques-mr-guebusiness/>
- *MOZAMBIQUE* No. 209, News reports & clippings (14 de Dezembro de 2012) “Land conflicts and resettlement”.
<http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk.technology.mozambique/files/pics/d137382.pdf>
- *MOZAMBIQUE* No. 210, News reports & clippings (28 de Dezembro de 2012) “Pacheco says peasants protected, but Pro-Savana land grab debate continues”.
<http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk.technology.mozambique/files/pics/d137381.pdf>
- *Revista Urgente* (1981), “Projeto JICA: Capital Japonesa Agita o Brasil Central”.
- *SankeiBZ* (20 de Agosto de 2012) 「熱いブラジル、農業開発で日本と官民連携、モザンビーク投資本格化 (“Hot Brazil collaborates with Japan for agricultural development. Public-Private investment accelerates in Mozambique”))」 .

Fontes secundárias:

- Alden Wily, Liz (2013), “Legal and Development Implications of International Land Acquisitions”, Paper presented at the Law and Development Conference 2013, Kyoto, 30-31

- Maio de 2013. <http://www.lawanddevelopment2013.org/images/papers/LizAldenWily.pdf>
- Cabral, Lídia & Shankland, Alex (2013) “Narratives of Brazil-Africa Cooperation for Agricultural Development: New Paradigms?”. http://www.future-agricultures.org/research/cbaa/7817-china-and-brazil-in-africa-new-papers#.UdRC_TupVSQ
 - Chichava, Sérgio, et al.(2013) “Chinese and Brazilian Cooperation with African Agriculture: The Case of Mozambique”, Working Paper 49. http://www.future-agricultures.org/research/cbaa/7817-china-and-brazil-in-africa-new-papers#.UdRC_TupVSQ
 - Clements, Elizabeth Alice & Fernandes, Bernardo Mançano (2012) “Land-grabbing, agribusiness and the peasantry in Brazil and Mozambique”, paper submitted to the International Conference on Global Land Grabbing II, 17-19 de Outubro de 2012. http://www.cornell-landproject.org/download/landgrab2012papers/Clements_Fernandes.pdf
 - ————— (2013) “Estrangeirização da terra, agronegócio e campesinato no Brasil e em Moçambique”, *OBSERVADOR RURAL* Nº 6.
 - De Shutter, Olivier (2010), “Destroying the world’s peasantry”, *Project Syndicate*, 4 de Junho de 2010. <http://www.project-syndicate.org/commentary/responsibly-destroying-the-world-s-peasantry>
 - Ferreira Ribeiro, Ricardo (2002) “*O Eldorado do Brasil central: história ambiental e convivência sustentável com o Cerrado*”, CLACSO. <http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D2548.dir/12ribeiro.pdf>
 - Ferrando, Tomaso (2013) “Dr Brasilia and Mr Nacala: the apparent duality behind the Brazilian state-capital nexus”, Social Science Research Network. http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2288940
 - Fingermann, Natalia N. (2013), “Os mitos por trás do ProSAVANA”, *IDEIAS Boletim*, No.49, IESE. http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_49.pdf
 - Funada-Classen, Sayaka (2012) *The Origins of War in Mozambique: A History of Unity and Division*, Ochanomizu Shobo. *A versão revista deste livros foi publicada por African Minds Publisher in 2013. Baixar no site: <http://www.africanminds.co.za/?products=the-origins-of-war-in-mozambique-a-history-of-unity-and-division>
 - ————— (2013a) “Analysis of the discourse and background of the ProSAVANA programme in Mozambique – focusing on Japan’s role”. <http://farmlandgrab.org/post/view/21574>
 - ————— (2013b) “Análise do Discurso e dos Antecedentes do Programa ProSAVANA em Moçambique – enfoque no papel do Japão” <http://farmlandgrab.org/post/view/21802>
 - ————— (2013c) "Fukushima, ProSAVANA and Ruth First:Examining Natália Fingermann’s 'Myths behind ProSAVANA'", in 国際関係論叢 (Kokusai Kankei Ronso), Vol. 2 No. 2 (2013, pp.85-114. <http://www.tufs.ac.jp/common/fs/iir/publications.html>
Ou no seguinte site: <http://farmlandgrab.org/post/view/22335>
 - ————— (2013d) “Fukushima, ProSAVANA e Ruth First:Análise de "Mitos por trás do ProSAVANA" de Natália Fingermann”, *IDEIAS Boletim*, No. 51 – No.53, IESE. http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_51.pdf
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_52.pdf
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_53.pdf
ou versão integrada no seguinte site: [http://farmlandgrab.org/uploads/attachment/Fukushima,%20ProSAVANA%20and%20Ruth%20First%20\(pt\)%20-%20final.pdf](http://farmlandgrab.org/uploads/attachment/Fukushima,%20ProSAVANA%20and%20Ruth%20First%20(pt)%20-%20final.pdf)
 - —————/船田クラーク・センさやか (2013e) 「モザンビーク・プロサバンナ事業の批判的検討——日伯連携 ODA の開発言説は何をもたらしたか？」大林稔・西

- 川潤・阪本公美子（編）『新生アフリカの内発的発展——住民自立と支援』昭和堂近刊.
- Garcia, Ana Saggiaro, et al. (2012) “A historia contada pela caca ou pelo caçador? - Perspectivas sobre o Brasil em Angola e Mocambique”, PACS.
 - Hanlon, Joseph & Smart, Teresa (2012) “Soya boom in Gurue has produced few bigger farmers – so far”.
<http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk.technology.mozambique/files/pics/d136343.pdf>
 - Ishikawa, Kiyoshi /石川清 (1999) 「第7章 食糧増産援助で売れた工業製品」 in 福家洋介・藤林泰（編）『日本人の暮らしのためだったODA』コモンズ.
 - Jaiantilal, Dipac (2013) “Agro-Negócio em Nampula: casos e expectativas do ProSAVANA”, *OBSERVADOR RURAL* N° 7.
 - Klink, Carlos & Machado, Ricardo (2005) “Conservação do Cerrado brasileiro”, *Megadiversidade*, vol.1.no.1, Julho de 2005.
http://www.conservacao.org/publicacoes/files/20_Klink_Machado.pdf
 - Palma, Danielly (2011) “Agrotóxicos em leite humano de mães residentes em Lucas do Rio Verde – MT. Ufimt. Cuiabá”, dissertation submitted to Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal de Mato Grosso.
http://www.mcpbrasil.org.br/biblioteca/agrotoxicos/doc_view/41-agrotoxicos-em-leite-humano-de-maes-residentes-em-lucas-do-rio-verde-mt
 - Palmer, Robin (2003) “Struggling to secure and defend the Land Rights of the Poor in Africa”, *Journal für Entwicklungspolitik* (Austrian Journal of Development Studies), XIX, 1, 2003, 6-21. http://www.mokoro.co.uk/files/13/file/lria/struggling_to_defend_land_rights_of_poor.pdf
 - Peret, Frei Rodrigo (ano de publicação desconhecido) “PRODECER: Transformação e Exclusão”, in a newsletter of Animação Pastoral e Social no Meio Rural-APR-Tangulo Mineiro e Alto Paranaíba.
 - Pessoa, Vera Lucia (1988) “Acção do Estado e as Transformação Agrária no Cerrado das Zonas de Paracatu e Alto Paranaíba, MG”, dissertação submetida à Universidade Estadual Paulista.
http://www.lagea.ig.ufu.br/biblioteca/teses/docentes/tese_pessoa_v_l_s.pdf
 - Mazzeto Silva, Carlos Eduardo (2006) “Os Cerrados e a Sustentabilidade: territorialidade em tensão”, Ph.D. dissertação submetida à Universidade Federal Fluminense.
http://www.btd.ndc.uff.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3492
 - Mosca, João and Selemane, Tomás (2011) *El dorado Tete: os mega projectos de mineração*, CIP (Centro de Integridade Pública).
<http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Comunicacoes/JMosca1.pdf>
 - ————— (2013) “Grandes Projectos e Segurança Alimentar em Moçambique”. <http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Comunicacoes/JMosca2.pdf>
 - Negrão, José (2003) “A Propósito das Relações entre as ONGs do Norte e a Sociedade Civil Moçambicana”. <http://www.sarpn.org/documents/d0000650/P662-Relacoes.pdf>
 - Nogueira, Isabela & Ollinaho, Ossi (2013) “From Rhetoric to Practice in South-South Development Cooperation: A case study of Brazilian interventions in the Nacala corridor development program”, Working Paper, Institute of Socioeconomics, University of Geneva.
http://www.unige.ch/ses/socioeco/institut/postdoc/Nogueira/NOGUEIRA_OLLINAHO_WorkingPaper_NACALA_CORRIDOR.pdf
 - San Martin, Paulo & Pelegrini, Bernardo (1984) *Cerrados: uma ocupação japonesa no campo*, Rio de Janeiro.
 - Sergio Schlesinger (2012) “Cooperação e Investimentos Internacionais do Brasil: a internacionalização do etanol e do biodiesel”, FASE.
<http://www.fase.org.br/v2/pagina.php?id=3758>

- ————— (2013a) “Dois casos sérios em Mato Grosso. A soja em Lucas do Rio Verde e a cana-de-açúcar em Barra do Burges”, FORMAD, 44p.
- ————— (2013b) “Dois casos sérios em Mato Grosso. A soja em Lucas do Rio Verde e a cana-de-açúcar em Barra do Burges”, FORMAD, 100p.
http://issuu.com/ongfase/docs/livro_completo_soja_cana_acucar_fas
- ————— (2013c) “Cooperação e investimento do Brasil na África - O caso do ProSavana em Moçambique”, FASE, 60p.
http://issuu.com/ongfase/docs/caderno_prosavana_fase?e=2143384/4368368
- Theting, Hans & Brekke, Brita (2010) “Land Investments or Land grab? A critical view from Tanzania and Mozambique”, SPIRE.
http://spireorg.no/files/spire/documents/Land_investment_or_land_grab08112010.pdf
- NHK, 2010 『ランドラッシュ』 新潮社.

Números publicados

Nº	Título	Autor(es)	Data
1	Porque é que a produção alimentar não é prioritária?	João Mosca	Setembro de 2012
2	Balança Comercial Agrícola. Para uma estratégia de substituição de importações?	João Mosca e Natacha Bruna	Novembro de 2012
3	Preços e mercados de produtos agrícolas alimentares.	João Mosca e Máriam Abbas	Janeiro de 2013
4	Algumas dinâmicas estruturais do sector agrícola.	João Mosca, Vitor Matavel e Yasser Arafat Dada	Março de 2013
5	Contributo para o estudo dos determinantes da produção agrícola	João Mosca e Yasser Arafat Dada	Abril de 2013
6	Estrangeirização da terra, agronegócio e campesinato no Brasil e em Moçambique	Elizabeth Alice Clements e Bernardo Mançano Fernandes	Maió de 2013
7	Agro-Negócio em Nampula: casos e expectativas do ProSAVANA	Dipac Jaiantilal	Junho de 2013
8	Agricultural Intensification in Mozambique <i>Opportunities and Obstacles—Lessons from Ten Villages</i>	Peter E. Coughlin Nícia Givá	Julho de 2013
9	Orçamento do estado para a agricultura	Américo Izaltino Casamo, João Mosca e Yasser Arafat	Setembro de 2013
10	Shallow roots of local development or branching out for new opportunities: how local communities in Mozambique may benefit from investments in land and forestry exploitation	Emelie Blomgren & Jessica Lindkvist	Outubro de 2013
11	Crédito Agrário	João Mosca, Natacha Bruna, Katia Amreén Pereira e Yasser Arafat Dadá	Novembro de 2013

Como publicar

- Os autores deverão endereçar as propostas de textos para publicação em formato digital para o e-mail do OMR (office@omrmz.org) que responderá com um e-mail de aviso de recepção da proposta.
- Não existe por parte do Observatório do Meio Rural qualquer responsabilidade em publicar os trabalhos recebidos.
- Após o envio, os autores proponentes receberão informação por e-mail, num prazo de 90 dias, sobre a aceitação do trabalho para publicação.
- O autor tem o direito a 10 exemplares do número do *OBSERVADOR RURAL* que contiver o artigo por ele escrito.

Regras de publicação:

- Apresentação da proposta de um tema que se enquadre no objecto de trabalho do OMR.
- Aprovação pelo Conselho Técnico.
- Submissão a uma revisão redactorial num prazo de sessenta dias, a partir da entrega da proposta de artigo pelo autor.
- Informação aos autores por parte do OMR acerca da decisão da publicação, por *e-mail*, com solicitação de aviso de recepção, num prazo de 90 dias após a apresentação da proposta.
- Caso exista um parecer negativo de um ou mais revisores, o autor tem a oportunidade de voltar uma vez mais a propor a edição do texto, desde que introduzidas as alterações e observações sugeridas pelo(s) revisore(s).
- Uma segunda proposta do mesmo texto para edição procede-se nos mesmos moldes e prazos.
- Um segundo parecer negativo tem carácter definitivo.
- O proponente do texto para publicação não tem acesso aos nomes dos revisores e estes receberão os textos para revisão sem indicação dos nomes dos autores.
- A responsabilidade de publicação é da Direcção do Observatório do Meio Rural sob proposta do Conselho Técnico, independentemente dos pareceres dos revisores.
- O texto não pode ter até 40 páginas em letra 11, espaço simples entre linhas, e margens 3 cm e toda a página (cima, baixo lado e esquerdo e direito).
- A formatação do texto para publicação é da responsabilidade do OMR.



O OMR é uma Associação da sociedade civil que tem por objectivo geral contribuir para o desenvolvimento agrário e rural numa perspectiva integrada e interdisciplinar, através de investigação, estudos e debates acerca das políticas e outras temáticas agrárias e de desenvolvimento rural.

O OMR centra as suas acções na prossecução dos seguintes objectivos específicos:

- Promover e realizar estudos e pesquisas sobre políticas e outras temáticas relativas ao desenvolvimento rural;
- Divulgar resultados de pesquisas e reflexões;
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, seja através de comunicados de imprensa como pela publicação de textos;
- Constituir uma base de dados bibliográfica actualizada, em forma digitalizada;
- Estabelecer relações com instituições nacionais e internacionais de pesquisa para intercâmbio de informação e parcerias em trabalhos específicos de investigação sobre temáticas agrárias e de desenvolvimento rural em Moçambique;
- Desenvolver parcerias com instituições de ensino superior para envolvimento de estudantes em pesquisas de acordo com os temas de análise e discussão agendados;
- Criar condições para a edição dos textos apresentados para análise e debate do OMR.

Patrocinadores:



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra



Universidade Politécnica

Av. Paulo Samuel Kankhomba, nº 1011.
Maputo – Moçambique